# Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

## SECRETARIA

Processo Nº 107 Exercício de 1993

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 012/93, Institui o Código tributário do Município de Holambra e dá outras providências.

Nome: PODER EXECUTIVO

## ATUAÇÃO

Aos dias do mês de de 19 , nesta cidade de Holambra, na Secretaria Municipal, autuo como diante se vê. Do que para constar, faço êste têrmo.

Eu, _____, a subscrevi.

# Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ACOMPANHAMENTO AO PROCESSO Nº..107../.93

TEOR:- Projeto de Lei Complementar nº 012/93
Institui o Código Tributário do Município de Holambra
e dá outras providências.

DATA:-_16_/_11_/93_____

VISTO SECRETARIA:-_____

VISTO DIRETOR:- _____

| DATA | TRAMITE/OCORRÊNCIA/SITIAÇÃO/ DIVERSOS | VISTO |
|---|---|---|
| 16/11/93 | Protocolo | |
| 16/11/93 | Encaminha-se às Comissões | |
| 17/11/93 | Lido em Sessão | |
| 26/11/93 | Emenda ao Projeto | |
| 01/12/93 | Emenda Lido em Sessão | |
| 01/12/93 | Parecer à Emenda - Favorável | |
| 01/12/92 | Parecer ao Projeto - Favorável | |
| 09/12/93 | Of. encaminhando Aut. 085/93 | |
| 30/12/93 | Lei Complementar nº 014/93 | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

# Prefeitura Municipal de Holambra

*( Cidade das Flores )*

Tels.: (0192) 60-1432 / 60-1437 - Cep. 13825-000 - Holambra - Est. de São Paulo - CGC 67.172.437/0001-83


OF.Nº 764/93
GPM/CC/jaads
Holambra, 16 de novembro de 1993.

Senhor Presidente:

Encaminhamos à essa Egrégia Câmara Municipal, incluso, o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre Instituição do Código Tributário do Município de Holambra, e dá outras providências.

Solicitamos que a apreciação do projeto em referência receba caráter de urgência.

Aproveitamos a oportunidade para externarmos nossa estima e elevada consideração.

Atenciosamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

**CELSO CAPATO**
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
**VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT**
MD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Holambra - SP

LIDO EM SESSÃO
DE 17 / 11 / 93
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 664
Fls. No 23 Livro No 01
Data 16/11/93
SECRETÁRIA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

## projeto de lei complementar n. 012 /93

# COD. TRIBUTARIO

LIDO EM SESSÃO
DE
17/11/93
PRESIDENTE

# PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO EM SESSÃO DE 01/12/93.
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/93

Institui o Codigo Tributário do Município de Holambra e dá outras providências.

CELSO CAPATO, Prefeito do Município de Holambra, Estado de Sao Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO EM SESSÃO DE 08/12/93.
PRESIDENTE

## LIVRO I

## DO SISTEMA TRIBUTARIO MUNICIPAL

### TITULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 1º**- Esta Lei institui o Código Tributário do Município, dispondo sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidade, a concessão de isenções e administração tributária.

**ARTIGO 2º**- Aplicam-se às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes as normas gerais de direito tributário constante deste Código e do Código Tributário Nacional.

**ARTIGO 3º**- Compõem-se o sistema tributário do Município:

I - impostos:

a) sobre propriedade territorial urbana;
b) sobre propriedade predial;
c) sobre serviços de qualquer natureza;

## TITULO II

## DOS IMPOSTOS

## CAPITULO I

## DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA

### SEÇÃO I

### Do fato gerador e do contribuinte

**ARTIGO 5º** -O imposto sobre a propriedade territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado na zona urbana do Município, observando-se o disposto no artigo 7º.

Parágrafo 1º - O imposto também é devido pelos proprietários titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de terreno que, mesmo localizado fora de zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Parágrafo 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

**ARTIGO 6º** - O contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de terreno.

**ARTIGO 7º** - O Imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio ou possuidores, a qualquer título, de terreno que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, **POSSUIDORES DE ARES SUPERIORES A I ( UM HECTARE ) .**

**ARTIGO 8º**- As zonas urbanas, para os efeitos deste imposto, são aquelas fixadas por lei, nas quais existam pelo menos dois dos seguintes melhoramento, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento parar distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**ARTIGO 9º**- Também são consideradas zonas urbanas as áres urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habilitação, ao comércio ou à indústria, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior.

**ARTIGO 10** - Para os efeitos deste Imposto, considera-se terreno o solo, sem benfeitoria ou edificação, e o terreno que contenha:

I - construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II - construção em andamento ou paralisada;

III - construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;

IV - construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto à área ocupada, para destinos ou utilização pretendida.

**ARTIGO 11** – O imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos a ela relativos do compromissário comprador se estiver de posse do imóvel.

**ARTIGO 12** – Para a lavratura de escritura pública relativa ao terreno é obrigatória a apresentação de Certidão Negativa de tributo sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

## SEÇÃO II

### Da base de cálculo e da alíquota

**ARTIGO 13** – A base de cálculo do imposto é o valor venal do terreno, ao qual se aplica a alíquota de 4% ( quatro por cento ).

**ARTIGO 14** – O valor venal do terreno será obtido pela multiplicação de sua área, ou de sua parte ideal, pelo valor do metro quadrado do terreno, aplicados os fatores de correção.

Parágrafo Único – Na determinação do valor venal do bem imóvel não serão considerados:

I – o valor dos bens móveis nele mantidos, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

II – as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão;

III – o valor das construções ou edificações, nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 10º.

**ARTIGO 15** – O poder Executivo editará mapas contendo:

I - valores do metro quadrado do terreno segundo sua localização e existência de equipamentos urbanos;

II - fatores de correção e respectivos critérios de aplicação com os valores do metro quadrado de terreno.

**ARTIGO 16** - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente por decreto do Executivo, antes do lançamento deste imposto, independente de qualquer vinculação aos índices de correção monetária, obedecendo-se os seguintes critérios:

I - preços correntes no mercado imobiliário;

II - localização e características do terreno;

III - equipamentos urbanos;

IV - outros elementos informativos obtidos pelo órgão competente e que possam ser tecnicamente admitidos.

**SEÇÃO III**

**Da Inscrição**

**ARTIGO 17** - A inscrição no cadastro fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada terreno de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção.

Parágrafo Unico - São sujeitos a uma só inscrição , requerida com a apresentação de planta ou croqui:

I - as glebas sem quaisquer melhoramentos;

II - as quadras indivisas das áreas arruadas.

**ARTIGO 18** – O contribuinte é obrigado a promover a inscrição em formulário especial, no qual, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras informações que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarará:

I – seu nome e qualificação;

II – número anterior, no Registro de Imóveis, do registro do título relativo ao terreno;

III – localização, dimensões, área e confrontações do terreno;

IV – uso a que efetivamente está sendo destinado o terreno;

V – informações sobre o tipo de construção, se existir;

VI – indicação da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil e do número de seu registro no Registro de Imóveis competente;

VII – valor constante do título aquisitivo;

VIII – tratando-se de posse, indicação do título que a justifique, se existir;

IX – endereço para a entrega de avisos de lançamento e notificações.

**ARTIGO 19** – O contribuinte é obrigado a promover sua inscrição dentro do prazo de (30) dias, contados da:

I – convocação eventuamente feita pela Prefeitura;

II – demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;

III – aquisição ou promessa de compra de terreno;

IV - aquisição ou promessa de compra de parte do terreno, não construida, desmembrada ou ideal;

V - posse do terreno exercida a qualquer título.

**ARTIGO 20** - Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, até o mês de dezembro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário, relação dos lotes que durante o ano tenham sido alienados, definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador, sua qualificação, endereço, o número da quadra e de lote, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Imobiliário.

**ARTIGO 21** - O contribuinte omisso será inscrito de ofício, observado o disposto no artigo 34.

Parágrafo Unico - Equipara-se ao contribuinte omisso o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosos.

## SEÇÃO IV

## Do lançamento

**ARTIGO 22** - O imposto será lançado anualmente, observando-se o estado do terreno em 1º de janeiro do ano a que se corresponder o lançamento.

Parágrafo Unico - Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas obras durante o exercício, o imposto será devido até o final do ano em que seja expedido o "Habite-se", em que seja obtido o "Auto de Vistoria", ou em que as construções sejam efetivamente ocupadas.

**ARTIGO 23** - O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar de inscrição.

Parágrafo 1º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição do compromissário comprador.

Parágrafo 2º - Tratando-se de terreno que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

**ARTIGO 24** - Nos casos de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os proprietários, nos dois primeiros casos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

**ARTIGO 25** - O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

**ARTIGO 26** - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício, aplicando-se, para a revisão, as normas previstas no artigo 206.

Parágrafo 1º - O pagamento do crédito tributário objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em conseqüência de revisão de que se trata este artigo.

Parágrafo 2º - O lançamento complementar resultante da revisão não invalida o lançamento anterior.

**ARTIGO 27** - O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos da propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do Imóvel.

**ARTIGO 28** - O aviso de lançamento será entregue no domínio tributário do contribuinte, considerando-se como tal o local indicado pelo mesmo.

**ARTIGO 29** - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedade em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

**ARTIGO 30** - Não sendo conhecido o proprietário do terreno, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do terreno.

## SEÇÃO V

## Da arrecadação

**ARTIGO 31** - O pagamento do imposto será feito em 12 (doze) parcelas iguais, com vencimento do último dia do mês e prazo para quitação até o 5º (quinto) dia útil após o respectivo vencimento.

**ARTIGO 32** - Nenhuma prestação poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

**ARTIGO 33** - O pagamento do imposto não implica reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, de legitimidade da propriedade do domínio útil ou da posse do terreno.

## SEÇÃO VI

## Das penalidades

**ARTIGO 34** - O contribuinte que não cumprir o disposto no artigo 19 será imposta a multa equivalente a 30 % (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

**ARTIGO 35** - Aos responsáveis pelo parcelamento do solo a que se refere o artigo 20 que não cumprirem o disposto naquele artigo será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até que seja

feita a comunicação exigida.

**ARTIGO 36** - A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

I - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários;

II - à multa DE 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente;

III - juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, incidente sobre o valor originário.

**ARTIGO 37** - A inscrição do crédito da Fazenda Municipal far-se-á com as cautelas previstas no capítulo II do título V.

## SEÇÃO VII

### Da isenção

**ARTIGO 38** - São isentos do pagamento do imposto os terrenos:

I - de propriedade das instituições de filantropias e benemerência legalmente constituídas e sem fins lucrativos;

II - cedidos gratuitamente em sua tonalidade, para uso da União do Estado ou do Município;

III - de propriedade das entidades esportivas e utilizados como praças de esportes;

IV - de propriedade dos Sindicatos e associações de classe;

V - de propriedade dos hansenianos, reconhecidamente pobres, internados em leprosários de Estado ou submetidos à sua assistência de fiscalização mediante prévia manifestação do Departamento de Promoção Social e Saúde.

**ARTIGO 39** - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob a pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

Parágrafo Único - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se aquela documentação.

## CAPITULO II

## DO IMPOSTO SOBRE A PRORIEDADE PREDIAL

### SEÇAO I

### Do fato gerador e do contribuinte

**ARTIGO 40** - O imposto sobre a propriedade predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel construido, localizado na zona urbana do Município, observando-se o disposto nos artigos 42 e 43.

Parágrafo 1º - Para os efeitos deste imposto, considera-se imóvel construido o terreno com as respectivas construções permanentes, que sirvam para habitação, uso, recreio ou para o exercício de quaisquer atividades lucrativas ou não, seja qual for sua forma ou destino aparente ou declarado, ressalvadas as construções a que se refere o artigo 10, incisos I a IV.

Parágrafo 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

**ARTIGO 41** - O contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel construido.

**ARTIGO 42** - O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel construido que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

**ARTIGO 43** - O imposto também é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado fora da zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Parágrafo Unico - O imóvel situado na zona rural, pertencente a pessoas físicas, ou jurídicas, será caracterizado como sítio de recreio quando:

I - sua produção não seja comercializada;

II - sua área não seja superior à área do modulo nos termos da legislação agrária aplicável, para a exploração não definida na zona típica em que estiver localizada;

III - tenha edificações e seu uso seja, reconhecidamente para a destinação de que se trata este artigo.

**ARTIGO 44** - Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana a definida nos artigos 8º e 9º desta Lei.

## SEÇÃO II

### Da base de cálculo e da alíquota

**ARTIGO 45** - A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel construído, ao qual se aplica a alíquota de 1% (um por cento).

**ARTIGO 46** - O valor venal do imóvel, englobando o terreno e as construções nele existentes, será obtido da seguinte forma:

I - para o terreno, na forma do disposto no artigo 14;

II - para a construção, multiplica-se a área construida pelo valor unitário médio correspondente ao tipo e ao padrão de construção, aplicados os fatores de correção.

**ARTIGO 47** - O poder Executivo editará mapas contendo:

I - valores do metro quadrado de edificação, segundo o tipo de padrão;

II - fatores de correção e os respectivos critérios de aplicação.

**ARTIGO 48** - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente, por decreto do Executivo, antes do lançamento deste imposto, independentemente de qualquer vinculação aos índices de correção monetária, obedecendo-se os seguintes critérios:

I - preços correntes no mercado imobiliário;

II - custos de construção fornecidos por publicações especializadas;

III - outros elementos informativos obtidos pelo órgão competente e que possam ser tecnicamente admitidos.

**ARTIGO 49** - Na determinação do valor venal não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no bem imóvel, para efeito de sua atualização, exploração, aformosamento ou comodidade;

II - as vinculações restritivas do direito de propriedade;

III - o valor das construções ou edificações, nas hipóteses previstas nos incisos I a IV, do artigo 102

## SEÇÃO III

## Da inscrição

**ARTIGO 50** - A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada imóvel construído de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, mesmo nos casos de imunidade ou isenção.

**ARTIGO 51** - Para o requerimento de inscrição de imóvel construído, aplicam-se as disposições do artigo 18, incisos I a IX, com o acréscimo das seguintes informações:

I - dimensões e área construida do imóvel;

II - área do pavimento térreo;

III - número de pavimentos;

IV - data da conclusão da construção;

V - informações sobre o tipo de construção;

VI - número e natureza dos cômodos.

**ARTIGO 52** - O contribuinte é obrigado a promover a inscrição dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da:

I - convocação eventualmente feita pela Prefeitura;

II - conclusão ou ocupação da construção;

III - aquisição ou promessa de compra de imóvel construído;

IV - aquisição ou promessa de compra de parte de imóvel construído, desmembrada ou ideal;

V - posse de imóvel construído exercida a qualquer título.

**ARTIGO 53** - O contribuinte omisso será inscrito de ofício, observado o disposto no artigo 59.

Parágrafo Único - Equipara-se ao contribuinte omisso o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosos.

**SEÇAO IV**

**Do lançamento**

**ARTIGO 54** - O imposto será lançado anualmente, observando-se o estado do imóvel em 1º de Janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

Parágrafo 1º - Tratando-se de construções concluídas durante o exercício, o imposto será lançado a partir do exercício seguinte àquele em que seja expedido o "Habite-se", o "Auto de Vistoria", ou em que as construções sejam parcial ou totalmente ocupadas.

Parágrafo 2º - Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o imposto será devido até o final do exercício, passando a ser devido o imposto sobre a propriedade territorial urbana a partir do exercício seguinte.

**ARTIGO 55** - Aplicam-se ao lançamento deste imposto todas as disposições constantes dos artigos 22 a 30.

## SEÇÃO V

## Da arrecadação

**ARTIGO 56** - O pagamento do imposto será feito em cota única, com 20% (vinte por cento) de desconto, ou em até 10 (dez) prestações iguais, respeitando na fixação do número de parcelas o limite mínimo de 1 (uma) UFMH( Unidade Fiscal do Município de Holambra.

Parágrafo Único - Considerar-se-á UFMH base para o lançamento, aquela vigente em 1º de janeiro de cada exercício.

**ARTIGO 57** - Nenhuma prestação poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

**ARTIGO 58** - O pagamento do imposto não implica o reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

## SEÇÃO VI

## Das penalidades

**ARTIGO 59** – Ao contribuinte que não cumprir o disposto no artigo 52 será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

**ARTIGO 60** – A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

I – a correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários;

II – à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, corrigido monetariamente;

III – à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, incidente sobre o valor originário.

**ARTIGO 61** – A inscrição do crédito da Fazenda Municipal far-se-á com as cautelas previstas no Capítulo II, do Título V.

## SEÇÃO VII

## Da isenção

**ARTIGO 62** –São isentos de pagamento de imposto :

I - os imóveis pertencentes às instituicões de filantropia, e benemerência legalmente constituídas e sem fins lucrativos;

II - os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso da União do Estado ou do Município;

III - os imóveis pertencentes a entidades esportivas e utilizados como praças de esportes;

IV - os imóveis pertencentes aos sindicatos e associações de classe;

V - templos pertencentes às entidades religiosas de qualquer culto.

**ARTIGO 63**- As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruido com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o 15 (décimo quinto ), dia útil do mês de dezembro, de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

Parágrafo Unico - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação..

## CAPITULO III

## DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

### SEÇAO I.

### Do fato gerador e do Contribuinte

**ARTIGO 64**- O imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação por empresa ou profissional autônomo , com ou sem estabelecimento fixo, de serviços especificados na Tabela I , que faz parte integrante da presente Lei;

Parágrafo 1º - Excluem-se da incidência desse imposto os serviços compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Parágrafo 2º - Os serviços incluídos na tabela ficam sujeitos ao imposto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolvam o fornecimento de mercadorias.

Parágrafo 3º - O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificado na Tabela I., não é fato gerador deste imposto.

**ARTIGO 65-** O contribuinte do imposto é o prestador do serviço especificado na tabela I., constante do artigo 64.

Parágrafo Único - Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscal de sociedades.

**ARTIGO 66** - Considera-se local da prestação de serviços, para a determinação da competência do Município:

I - O local do estabelecimento prestador do serviço, ou , na falta de estabelecimento o, local do domicílio do prestador;

II - No caso de construção civil , o local onde se efetuar a prestação.

**ARTIGO 67** - Entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para prestação de serviços sendo irrelevante sua denominação ou a sua categoria, bem como as circunstância de o serviço ser prestado, habitual ou eventualmente em outro local.

Parágrafo Único - A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjunção parcial ou total dos seguintes elementos:

I – manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução do serviço;

II – estrutura organizacional ou Administrativa;

III – inscrição nos órgãos previdenciários;

IV – indicação como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais e municipais;

V – permanência ou ânimo de permanecer no local para exploração econômica de prestação de serviços , exteriorizada através da indicação no endereço em impressos e formulários, locação do imóvel, propaganda ou publicidade e fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

**ARTIGO 68** – A incidência do imposto independe :

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação do serviço;

III – do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação de serviços.

**SEÇAO II.**

**Da base de Cálculo e da Alíquota**

**ARTIGO 69** – A base de cálculo do imposto é o preço do serviço , ao qual se aplicam as alíquotas que se seguem;

I - 10% ( dez por cento ) , aos preços dos serviços de diversões públicas, previstos no item 60 da Tabela I de serviços;

II - 5% ( cinco por cento ), aos preços dos demais serviços do Artigo 64, excluídos os casos em que o imposto é calculado como dispõem os parágrafos seguintes:

Parágrafo 1º - Os prestadores de serviços especificados nos itens **1, 4, 8, 25, 26, 27, 28, 30, 52, 53, 88, 89, 90, 91 e 92,** , pagarão o imposto anualmente calculado com aplicação das alíquotas previstas na Tabela I anexa a este Código.

Parágrafo 2º - Quando os serviços a que se referem os itens **1, 4, 8, 25, 52 , 88, 89, 90, 91 e 92** da Tabela de serviços, forem prestados por sociedades, essas, ficarão sujeitas ao imposto anualmente, na forma do parágrafo 1º, deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não que preste serviço em nome da sociedade embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável..

Parágrafo 3º - Em qualquer caso em que o serviço seja prestado, comprovadamente, sob a forma de trabalho exclusivamente pessoal do próprio contribuinte, independentemente de ter ou não formação técnica , científica ou artística especializada, com atuação profissional autônoma , o imposto será pago anualmente calculado com a aplicação de alíquota sobre o valor da UFMH, vigente no Município conforme as anotações da tabela I.

Parágrafo 4º - Nos casos dos itens **38, 42, 68, 69, e 70,** da citada Tabela, o imposto será calculado excluindo-se a parcela que tenha servido de base de cálculo para o imposto sobre circulação de mercadorias.

Parágrafo 5º - Na prestação dos serviços a que ser referem os itens 32, 33, 34, da Tabela de serviços, o imposto será calculado sobre o preço, deduzido das parcelas correspondentes:

I - ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços quando produzidos fora do local da prestação dos serviços;

II - ao valor das sub-empreitadas, já atingidas pelo imposto;

III - ao valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços .

Parágrafo 6º- Na prestação dos serviços a que se referem o item 99, da Tabela de serviços, o imposto será calculado sobre o preço, deduzida a parcela correspondente a alimentação , quando não incluída no preço da diária ou da mensalidade.

Parágrafo 7º- Na prestação de serviços a que se referem os itens 68, 69, 70, da Tabela de serviços, o imposto será calculado sobre o preço, deduzidas as parcelas correspondestes as peças e partes de máquinas e aparelhos fornecidos pelo prestador do serviço.

Parágrafo 8º - Os profissionais autônomos ou as empresas de prestação de serviços de qualquer natureza, que desempenharem mais de uma atividade, sujeitar-se-ão ao imposto com base na alíquota correspondente a cada atividade separadamente, constante da Tabela I.

**ARTIGO 70**- Será arbitrado o preço do serviço mediante processo regular, nos seguintes casos:

I - quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte embaraçar o exame de livros ou documentos necessários ao lançamento e a fiscalização do tributo, ou se não estiver inscrito no cadastro fiscal;

II - quando o contribuinte não apresentar sua guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza no prazo legal;

III - quando o contribuinte não possuir os livros documentos, talonários de notas fiscais e formulários a que se refere o artigo 75.

IV - Quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo, quando for difícil a apuração do preço, ou quando a prestação do serviço tiver caráter transitório ou instável.

Parágrafo 1º - Para o arbitramento do preço do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios , os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor das instalações e equipamentos do contribuinte, sua localização , a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários.

Parágrafo 2º - Nos casos de arbitramento de preços para os contribuintes, a que se refere o artigo 69, incisos I, II e III, a soma dos preços em cada mês, não poderá ser inferior a soma dos valores das seguintes parcelas referentes ao mês considerado:

I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos;

II - total dos salários pagos;

III - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

IV - total das despesas de água, luz, força e telefone;

V - aluguel do imóvel e das máquinas, e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% ( um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

**ARTIGO 71** - Nos casos dos itens 32, 33, 34, da Tabela I, é indispensável a exibição da prova do reconhecimento do tributo devido, bem como da documentação fiscal no ato da expedição do Habite-se.

Parágrafo 1º - Antes da expedição do Habite-se, o contribuinte deverá exibir todas as notas de serviços consernentes a obra, quer as que tenham sido por ele próprio emitidas, quer as que tenham sido , se for o caso, pelos sub-empreiteiros, afim de que esse elementos sejam confrontados com os constantes de pauta fiscal, elaborada pela Assessoria de Planejamento, baseada nos preços mínimos correntes na praça.

Parágrafo 2º - Se, constatar-se que o imposto recolhido não atinge o mínimo fixado, na pauta referida no parágrafo anterior, será obrigado o contribuinte a recolher a diferença que se apurar, sem o que, não será fornecido o HABITE-SE.

## SEÇÃO III

## Da inscrição

**ARTIGO 72** - O contribuinte deve promover sua inscrição no cadastro fiscal de prestadores de serviços antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessárias para a correta fiscalização do tributo nos formulários oficiais próprios.

Parágrafo 1º - Para cada local de prestação de serviços o contribuinte deve fazer inscrições distintas.

Parágrafo 2º - A inscrição e alterações processadas não implicam na aceitação, pela Prefeitura dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais poderão ser verificados para fins de lançamento e atualização cadastral.

Parágrafo 3º - Poderão ser processados de ofício a inscrição as alterações e o cancelamento cadastral.

**ARTIGO 73**- Os contribuintes a que se referem os parágrafos 1º e 2º do artigo 69, deverão, até 30 de dezembro de cada ano, atualizar os dados de sua inscrição, quanto ao número de profissionais, que participam da prestação de serviços , ou quanto a sua situação de prestadores autônomos de serviços.

**ARTIGO 74** - O contribuinte deve comunicar à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data de sua ocorrência as alterações ou a cessação de atividades para fins de atualização cadastral ou baixa de sua inscrição só deferindo-se o pedido após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

**ARTIGO 75** - A Prefeitura exigirá dos contribuintes a emissão de nota fiscal de serviços e a utilização de livros, formulários ou outros documentos necessários ao registro, controle e fiscalização dos serviços ou atividades tributáveis, sempre que tal exigência se fizer necessária em razão da peculiaridade da prestação.

Parágrafo 1º - Ficam desobrigados das exigências que forem com base neste artigo os contribuintes a que se referem os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 69.

Parágrafo 2º - A Prefeitura poderá exigir dos responsáveis pelos serviços correspondentes aos itens 32, 33, 34, da tabela, a apresentação de relação dos profissionais autônomos que participam da obra e os contratos firmados com empresas se houver.

## SEÇÃO IV

## Do lançamento

**ARTIGO 76** - O imposto sobre serviços de qualquer natureza deve ser calculado pelo próprio contribuinte, mensalmente, nos casos do artigo 69, incisos I, II e III.

Parágrafo 1º - Nos casos de diversões públicas, previstos no item 60, da Lista de Serviços, do artigo 64, se o prestador do serviço não tiver estabelecimento fixo e permanente no Município, o imposto será calculado diariamente.

Parágrafo 2º - O imposto será calculado pela Fazenda Municipal, anualmente, nos casos dos parágrafos 1º, 2º, e 3º, do artigo 69.

**ARTIGO 77** - Os lançamentos de ofício serão comunicados ao contribuinte, no seu domicílio tributário, acompanhados do auto de infração e imposição de multa, se houver.

**ARTIGO 78** - Quando o contribuinte quiser comprovar com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico, por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município, deve fazer a comprovação no prazo estabelecido por este código para o recolhimento do imposto.

**ARTIGO 79** - O prazo para homologação do cálculo do contribuinte, nos casos do artigo 69, incisos I, II e III, é de 5 (cinco) anos, contados da data da ocorrência do fato gerador salvo se comprovada a existência do dolo, fraude ou simulação de contribuinte.

**ARTIGO 80** - Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de serviços aconselhar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Municipal, observadas as seguintes normas, baseadas em:

I - informações fornecidas pelo contribuinte e em outros elementos informativos, inclusive estudos em orgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculados à atividade;

II - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos;

III - total dos salários pagos;

IV - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

V - total das despesas de água, luz, força e telefone;

VI - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

Parágrafo 1º - O montante do imposto assim estimado será parcelado para o recolhimento em prestações mensais.

Parágrafo 2º Findo o período , fixado pela administração, para o qual se fez a estimativa, ou deixando o sistema de ser aplicado, por qualquer motivo, ou qualquer tempo, será apurado o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado.

Parágrafo 3º - Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e o apurado, será ela:

I - recolhida dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data da notificação;

II - restituída, mediante requerimento do contribuinte, a ser apresentado dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data do encerramento ou cessão da adoção do sistema.

Parágrafo 4º - O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério da Fazenda Municipal, poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimentos ou por grupos de atividades.

Parágrafo 5º - A aplicação do regime de estimativa poderá ser suspensa a qualquer tempo, mesmo não tendo findado o exercício ou período, a critério da Fazenda Municipal, seja de modo geral, individual ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento, ou por grupos de atividades.

Parágrafo 6º - A autoridade fiscal poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período, e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

**ARTIGO 81** - Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Municipal notificá-lo-á do "quantun" do tributo fixado e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

**ARTIGO 82** - Os contribuintes enquadrados nesse regime, serão comunicados, ficando-lhe reservado o direito de reclamação, no prazo de **20 (vinte dias)**, contados do recebimento da comunicação.

## SEÇÃO V

## Da arrecadação

**ARTIGO 83** - Nos casos do artigo 69, incisos I, II e III, o imposto será recolhido mensalmente aos cofres da Prefeitura Municipal, mediante o preenchimento de guias especiais independentemente de prévio exame da autoridade administrativa, até o último dia útil do mês subseqüente ao vencido.

Parágrafo Único - Nos casos de diversões públicas previstos no inciso I, do artigo 69, se o prestador do serviço não tiver estabelecimento fixo e permanente no Município, o imposto será recolhido diariamente, dentro das 24 (vinte e quatro) horas seguintes ao encerramento das atividades do dia anterior.

**ARTIGO 84** - Nos casos do parágrafo I, II e

d) sobre transmissão de bens imóveis;

e) sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

II - taxas decorrentes do efetivo exercício do poder de polícia administrativa:

a) de licença para localização;
b) de fiscalização para funcionamento em horário normal e especial;
c) de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante;
d) de licença para execução de obras particulares;
e) de licença para publicidade.

III - taxas decorrentes de utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou posto à sua disposição:

a) limpeza pública;
b) conservação de vias e logradouros públicos;
c) iluminação pública;
d) consevação de estradas municipais;
e) vigilância pública;
f) prevenção e extinção de incêndio;
g) coleta e remoção de lixo domiciliar.

IV - Contribuição de melhoria.

**ARTIGO 4º**- Para seviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas, serão estabelecidos, pelo Executivo, preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.

III do artigo 69, o imposto será recolhido pelo contribuinte, anualmente, aos cofres da Prefeitura Municipal, em até 12 (doze) prestações nos prazos indicados no aviso de lançamento.

**ARTIGO 85** - As diferenças de imposto, apuradas em levantamento fiscal, constarão de auto de infração e serão recolhidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias contínuos, contados da data de recebimento da respectiva notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## SEÇÃO VI

## Das Penalidades

**ARTIGO 86** - Ao contribuinte a que se refere o artigo 69, incisos I, II e III, que não cumprir o disposto no artigo 72 e seu parágrafo 1º será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto que não tenha sido recolhido desde o início de suas atividades, até a data da regularização da inscrição, voluntária ou de ofício.

**ARTIGO 87** - Ao contribuinte a que se referem os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 69, que não cumprir o disposto no artigo 72 e seu parágrafo 1º, será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, até a data da regularização da inscrição voluntária ou de ofício.

**ARTIGO 88** - Ao contribuinte a que se referem os parágrafos 2º e 3º, do artigo 69, que não cumprir o disposto no artigo 73, será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, até a data de atualização voluntária ou de ofício dos dados da inscrição.

**ARTIGO 89** - Pelo descumprimento do

disposto do artigo 74, será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto no mês da ocorrência, ou no ano em que se verificaram as alterações ou a cessação das atividades, conforme a omissão das obrigações tributárias acessórias haja sido praticada, respectivamente, pelos contribuintes arrolados nos incisos I, II e III ou nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 69.

**ARTIGO 90** - Ao contribuinte que não possuir documentação fiscal a que se refere ao artigo 75, será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido, que seja apurado pela fiscalização em decorrência do arbitramento do preço, observando-se o disposto no artigo 70, incisos I, II, III e IV e seus parágrafos 1º e 2º no que couber.

**ARTIGO 91** - A falta de pagamento do imposto no prazo fixado no artigo 82 e seu parágrafo único, ou, quando for o caso, no prazo fixado no artigo 83 sujeitará ao contribuinte:

I - à correção monetária do débito calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários;

II - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente.

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração incidente sobre o valor originário.

**ARTIGO 92** - A inscrição do crédito da Fazenda Municipal far-se-á com as cautelas previstas no Capítulo II, do Título V.

SEÇÃO VII

Da responsabilidade

**ARTIGO 93** - São solidariamente responsáveis, conjuntamente, com o contratante e o empreiteiro da obra, o proprietário do bem imóvel quanto aos serviços previstos nos itens 32, 33 e 34, do artigo 64, prestados sem a documentação fiscal correspondente e sem prova de pagamento do imposto.

SEÇÃO VIII

Da isenção

**ARTIGO 94** - São isentos do imposto sobre serviços de qualquer natureza:

I - os serviços de execução, por administração, empreitada e sub-empreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil, e os respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos;

II - os serviços de instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao Poder Público, às autarquias e às empresas concessionárias de produção de energia elétrica;

III - as entidades de filantropia e benemerência;

IV - as promoções por entidades de fins culturais e assistenciais, cujas rendas no todo ou em parte revertam aos cofres dessas instituições;

V - os hospitais que mantenham mensalmente

à disposição da administração municipal sem ônus no mínimo 10% (dez por cento) dos leitos existentes;

VI - as atividades individuais de rendimento mensal não superior a 1 (um) salário mínimo regional destinado exclusivamente ao sustento de quem as exerça ou de sua família;

VII - os engraxates ambulantes;

VIII - os portadores de deficiência física;

IX - serviços dos Partidos Políticos, inclusive suas Fundações, das entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e Assistência Social, sem fins lucrativos;

X - impressão e distribuição de livros e jornais e periódicos.

Parágrafo Único - Os servidores de engenharia consultiva a que se refere o inciso I, deste artigo, são os seguintes:

I - elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia;

II - elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;

III - fiscalização e supervisão de obras e serviços de engenharia.

**ARTIGO 95** - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentada até o 15º( décimo quinto) dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

Parágrafo 1º - A documentação apresentada

com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se aquela documentação.

Parágrafo 2º - Este artigo não se aplica às isenções a que se refere o artigo 94, incisos I e II, deste Código.

Parágrafo 3º - Nos casos de início de atividades, o pedido de isenção deve ser apresentado simultaneamente com o pedido de inscrição.

## CAPITULO IV

## DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS

### SEÇAO I.

### Do fato gerador e do contribuinte

**ARTIGO 96** - O imposto sobre transmissão de bens imóveis, mediante ato oneroso inter-vivos, tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acesso física, conforme definido no Código Civil;

II - a transmissão, a qualquer título de direitos reais sobre imóveis exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos as transmissões referidas nos incisos anteriores.

**ARTIGO 97** - A incidência do imposto alcança as seguintes mutações pratimoniais:

I - compra e venda pura e condicional e atos equivalentes;

II - doação em pagamento;

III - permuta;

IV - arremação ou adjudcação em leilão hasta pública ou praça;

V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica ressalvados os casos previstos nos incisos III e IV do Artigo 98.

VI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionista ou respectivos sucessores;

VII - tornas ou reposição que ocorram;

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiros receber, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condomínio quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal.

VIII - mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;

IX - instituição de fideicomisso;

X - enfiteuse e subenfiteuse;

XI - rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

XII - concessão real de uso:

XIII - cessão de direito de usufruto;

XIV - cessão de direitos ao usucapião;

XV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação;

XVI - cessão de promessa de venda ou

cessão de promessa de cessão;

XVII - acesso física quando houver pagamento de indenização;

XVIII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XIX - qualquer ato judicial ou extrajudicial "inter-vivos" não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acesso física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

Parágrafo 1º - Será devido novo imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão;

IV - na retrovenda.

Parágrafo 2º - Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;

III - a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

**SEÇÃO II**

## Das imunidades e da não incidência

**ARTIGO 98** - O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

I - o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações;

II - adquirente for partido político, templo de qualquer culto, instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III - efetuada para a sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

IV - decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Parágrafo 1º - O disposto nos incisos III e IV deste artigo não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Parágrafo 2º - Considera-se caracterizada atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos seguintes à aquisição decorrer de vendas, administração ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

Parágrafo 3º - Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

Parágrafo 4º - As instituições de educação e assistência social deverão observar ainda os seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela de

seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado;

II - aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

III - manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

**SEÇÃO III**

**Das isenções**

**ARTIGO 99** - São isentas do imposto:

I - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da sua propriedade;

II - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens de casamento;

III - a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;

IV - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;

V - a transmissão de gleba rural de área não excedente a 25 (vinte e cinco) hectares, que se destine ao cultivo pelo proprietário e sua família, não possuindo este outro imóvel ao Município;

VI - a transmissão decorrente de investidura;

VII - a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para a população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;

VIII - as transferências de imóveis

desapropriados para fins de reforma agrária.

## SEÇÃO IV

## Do contribuinte e do responsável

**ARTIGO 100** - O imposto é devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

**ARTIGO 101** - Nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento, o transmitente e o cedente conforme o caso.

## SEÇÃO V

## DA BASE DE CALCULO

**ARTIGO 102** - A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo Município.

Parágrafo 1º - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

Parágrafo 2º - Nas tornas ou reposições a base de cálculo será o valor da fração ideal.

Parágrafo 3º - Na instituição de *fideicomisso*, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel ou do direito transmitido, se maior.

Parágrafo 4º - Nas rendas expressamente negócio ou 30% (trinta por cento) do valor venal do bem imóvel,

base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

Parágrafo 6º - No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

Parágrafo 7º - No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

Parágrafo 8º - Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terra nua estabelecido pelo órgão Federal competente, poderá o Município atualizá-lo monetariamente.

Parágrafo 9º - A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido.

## SEÇÃO VI

## DAS ALIQUOTAS

**ARTIGO 103** - O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

I - transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação, em relação à parcela financiada - 0,5% (meio por cento);

II - demais transmissões 2% (dois por cento).

## SEÇÃO VII

## DO PAGAMENTO

**ARTIGO 104** - O imposto será pago até a data do fato translativo, exceto nos seguintes casos:

I - na transferência de imóvel à pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contador da data da assembléia ou da escritura em que tiverem lugar aqueles atos;

II - na arrematação ou na adjudicação em praça ou leilão, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que exista recurso da indenização;

III - na acessão física, até a data do pagamento da indenização;

IV - nas tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

**ARTIGO 105** - Nas promessas e compromissos de compra e venda é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.

Parágrafo 1º - Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tornar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo de valor, verificando no momento da escritura definitiva.

Parágrafo 2º - Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Parágrafo 3º - Não se restituirá o imposto pago:

I - quando houver subseqüente cessão da

promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em conseqüência, lavrada a escritura;

II - àquele que venha a perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

**ARTIGO 106** -O imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

I - anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - nulidade do ato jurídico;

III - rescisão de contrato e desfazimento de arrematação com fundamento no art. 1136 do Código Civil.

**ARTIGO 107** - A guia para pagamento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente, conforme dispuser regulamento.

## SEÇAO VIII

## DAS OBRIGAÇOES ACESSORIAS

**ARTIGO 108** -O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente da prefeitura os documentos e informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em regulamento.

**ARTIGO 109** - Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais sem que o imposto tenha sido pago.

**ARTIGO 110** - Os tabeliães e escrivães transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarem.

**ARTIGO 111** - Todos aqueles que

adquirirem bens ou direitos cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto são obrigados a apresentar seu título à repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudição ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

## SEÇAO IX

## DAS PENALIDADES

**ARTIGO 112** - O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título à repartição fiacalizadora, no prazo legal, fica sujeito à multa de 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor do imposto.

**ARTIGO 113** - O não pagamento do imposto nos prazos fixados nesta lei sujeita o infrator à multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo Unico - Igual penalidade será aplicada aos serventuários que descumprirem o previsto no art. 110.

**ARTIGO 114** - A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonegado.

Parágrafo Unico - Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou declaração e seja conivente ou auxiliar na inexatidão ou omissão praticada.

**ARTIGO 115** - O crédito tributário não liquidado na época própria fica sujeito à atualização monetária.

## CAPITULO V.

## DO IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTIVEIS LIQUIDOS E GASOSOS.

### SEÇAO I

### Do fato gerador e do Contribuinte.

**ARTIGO 116** - O imposto sobre combustíveis líquidos e gasosos tem como fato gerador a venda a varejo, dentre outros dos seguintes produtos:

I- gasolina;

II - querosene;

III - óleo combustível;

IV - Álcool etílico anídro combustível AEAC;

V - Álcool etílico hidratado combustível AEHC;

VI - gás natural.

**ARTIGO 117** - Considera-se contribuinte:

I - o vendedor de qualquer quantidade de combustível e consumidor final, em especial:

a) as distribuidoras, pelas vendas efetuadas pelos grandes consumidores e aos consumidores especiais;

b) os postos revendedores e os transportadores, revendedores, retalhistas pelas vendas efetuadas aos pequenos consumidores;

c) as sociedades civis de fins não econômicos, inclusive cooperativas operações de vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;

d) os órgaos da administração pública

direta , as autarquias, as empresas públicas , as sociedade de economia mista e as fundações que vendam a varejo produtos sujeitos ao imposto, ainda que os compradores de determinada categoria profissional ou funcional.

II - o comprador, quando revendedor ou distribuidor, pela quantidade de combustível por ele consumida.

**ARTIGO 118** - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido:

I - o transportador em relação aos combustíveis transportados e comercializados no varejo durante o transporte;

II - o armazém e o depósito que mantenha sob sua guarda, em nome de terceiros combustíveis destinados a venda direta ao consumidor final.

**SEÇÃO II**

**Da base de cálculo e das alíquotas.**

**ARTIGO 119** - A base de cálculo do imposto é o preço da venda a varejo dos combustíveis, sobre o qual será aplicada a alíquota de 3% (três por cento).

Parágrafo Unico. O montante do imposto integra a base de cálculo referida no "CAPUT" do artigo, constituindo o seu destaque mera indicação para fins de controle.

**seção III**
**Do local da ocorrência do fato gerador.**

**ARTIGO 120** - Considera-se ocorrido o fato gerador no estabelecimento vendedor, entendido como o local, construído ou não, onde o contribuinte exerce a atividade de comercialização de combustíveis a varejo, em caráter permanente ou temporário, inclusive veículos utilizados no comércio ambulante.

Parágrafo Unico. O disposto neste artigo não se aplica a simples entrega de produtos a destinatário certo, em decorrência de operação já tributada no Município.

SEÇÃO IV

Do lançamento.

ARTIGO 121 - Os contribuintes do imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos estão sujeitos ao regime de lançamento por homologação.

SEÇÃO V

Do pagamento.

ARTIGO 122 - O imposto será apurado e pago mensalmente até 15 (quinze ) dias após o encerramento de cada mês, através de DOCUMENTO DE arrecadação MUNICIPAL - DAM.

SEÇÃO VI

Da documentação fiscal.

ARTIGO 123 - Os contribuintes do imposto são obrigados, além de outras exigências estabelecidas em lei, a emissão e escrituração de livros , notas fiscais e mapas de controle necessários ao registro das entradas, movimentações e vendas relativas ao combustível.

Parágrafo Unico. Enquanto não forem definidos em regulamento novos tipos de documentos fiscais, serão aceitos pelo fisco municipal os já adotados por determinação do órgão federal competente.

ARTIGO 124 - Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito sucursal, agência ou representação terá escrituração fiscal própria.

SEÇÃO VII

Das penalidades.

**ARTIGO 125** – Quando por ação ou omissão do contribuinte, voluntária ou não, não puder ser conhecida a base de cálculo do imposto em determinado período, ou ainda quando os registros contábeis relativos as operações estiverem em desacordo com as normas de legislação, ou não mereçam fé, o imposto será calculado sobre a base de cálculo arbitrada pelo Fisco, por comparação ou em função de dados que exteriorizem a situação econômico financeira do sujeito passivo, independentemente da penalidade cabível.

**ARTIGO 126** – O descuprimento das obrigações tributárias sujeitará o infrator, sem prejuízo das exigências do imposto, as seguintes penalidades:

I – falta do recolhimento do tributo – multa de 50% (cinquenta por cento ) do valor do imposto corrigido monetariamente;

II – falta de emissão de documento fiscal em operação não escriturada – multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto monetariamente;

III – falta de emissão de documento fiscal em operação escriturada – multa de 70% (setenta por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente;

IV – emissão de documento fiscal consignado importância diversa do valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, com o objetivo de reduzir o valor do imposto a pagar – multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto não pago corrigido monetariamente;

V – transporte, recebimento ou manutenção em estoque ou depósito de produtos sujeito ao imposto sem documentação fiscal, ou acompanhado de documentação fiscal inidônia – multa de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente;

VI – falta de inscrição do contribuinte na repartição competente – multa de 5 UFMH;

VII – recolhimento do imposto fora do prazo antes de qualquer procedimento fiscal – multa de 20% ( vinte por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente, ao mês ou fração, até o limite de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo Unico – O crédito tributário não liquidado nas épocas próprias, fica sujeito a atualização monetária de seu valor, até a data de seu efetivo pagamento.

SEÇÃO VIII

**Das medidas acessórias.**

**ARTIGO 127** – Para os efeitos deste Capítulo , as denominações relativas aos produtos, distribuidores, revendedores e consumidores, obedecem as normas estabelecidas pelo órgão federal competente.

Parágrafo Unico. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o órgão Federal competente , o Estado ou Municípios, objetivando a fiscalização da distribuição, comercialização e consumo dos produtos neste Capítulo.

TITULO III

DAS TAXAS

CAPITULO I

DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCICIO DO

PODER DE POLICIA ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

Do fato gerador e do contribuinte

**ARTIGO 128** - As taxas de licença tem como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

**ARTIGO 129** - Considera-se exercício do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernante à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos, individuais e coletivos.

Parágrafo 1º- Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio do poder.

Parágrafo 2º - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos deste Código, de prévia licença da Prefeitura.

**ARTIGO 130** - As taxas de licença serão devidas para:

I - localização;

II - fiscalização de funcionamento em horário normal e especial;

III - exercício da atividade do comércio ambulante;

IV - execução de obras particulares;

V - publicidade.

**ARTIGO 131** - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 128.

## SEÇÃO V

### Da arrecadação

**ARTIGO 136** - As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte ou pela administração, observando-se os prazos estabelecidos neste Código.

## SEÇÃO VI

### Das penalidades

**ARTIGO 137** - O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos, sujeitos ao poder de polícia do Município e dependentes de prévia licença, sem a autorização da Prefeitura, de que trata o artigo 129, parágrafo 2º e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, ficará sujeito:

I - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal, para a atualização do valor dos créditos tributários;

II - à multa de 20% (vinte por cento);

III - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente;

IV - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor originário.

Parágrafo Único - Ao contribuinte reincidente será imposta a multa equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor corrigido da taxa devida, com as demais cominações deste artigo.

licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou no exercício da atividade.

Parágrafo 2º - A licença poderá ser cassada e determinado fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Parágrafo 3º - As licenças serão concedidas sob forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

**ARTIGO 148** - Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a taxa de licença para funcionamento será calculada e paga levando-se em consideração a atividade sujeita a maior ônus fiscal.

**ARTIGO 149** - A taxa de licença para funcionamento é devida de acordo com a tabela II, anexa a este código, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições da seção de I a VII, do Capítulo I do Título III.

Parágrafo Único- As atividades permanentes que se iniciarem no 2º semestre do ano pagarão a taxa com redução de 50% (cinquenta por cento), perdendo o benefício, todavia, àquele que estiver comprovadamente, em funcionamento sem o devido alvará de licença, por mais de trinta dias.

## SEÇÃO X

## Da taxa de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante.

**ARTIGO 150** - Qualquer pessoa que queira exercer o comércio ambulante poderá fazê-lo mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença de comércio ambulante.

Parágrafo 1º. Considera-se comércio

ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento instalações fixa, com características eminentemente não sedentária.

Parágrafo II. Considera-se também como ambulante o comerciante que embora estabelecido em outro Município, aqui exerça atividade sem localização fixa.

Parágrafo III. A inscrição deverá ser permanentemente atualizada , sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade.

**ARTIGO 151** - Ao comerciante ambulante, que satisfizer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentado, quando solicitado.

**ARTIGO 152** - Respondem pela taxa de licença de comércio ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

**ARTIGO 153** - Estão isentos da taxa de licença de comércio ambulante os portadores de deficiência física, e os vendedores de livros, jornais e revistas.

**ARTIGO 154** - A taxa de licença de comércio ambulante será recolhida antes do início das atividades ou da prática dos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

**ARTIGO 155** - A licença para o comércio ambulante poderá ser caçada e determinada a proibição de seu exercício, a qualquer tempo desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão de licença, ou quando o contribuinte mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação de sua atividade.

**ARTIGO 156** - A taxa de licença de comércio

ambulante é devida de acordo com a tabela II, anexa a este Código e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções de I a VII, do Capítulo I, do Título III.

## SEÇÃO XI

### Da taxa de licença para execução de obras particulares.

**ARTIGO 157** - Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescer ou demolir edifícios, casa, edículas, muros, grades, guias e sargetas, assim como proceder ao parcelamento e anexação do solo urbano , a colocação de tapumes ou andaimes, e quaisquer outras obras em imóveis , está sujeita a prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para a execução de obras.

Parágrafo 1º. A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras na forma da legislação urbanística e edílica aplicável.

Parágrafo 2º. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

**ARTIGO 158** - estão isentas desta taxa:

I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II - a construção de barracões destinados a guarda de materiais para obra já licenciada pela Prefeitura;

III - os muros e passeios dos tipos aprovados pela Prefeitura.

## SEÇÃO XII

### Da taxa de licença para publicidade.

**ARTIGO 158** - A publicidade levada a

efeito através de quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação, de todo o tipo ou espécie , processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos, ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos , locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

**ARTIGO 159** - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas, físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.

**ARTIGO 160** - O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação , das cores dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as inscrições e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender ou colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

**ARTIGO 161** - Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar obrigatoriamente o número de identificação, fornecido pela repartição competente.

**ARTIGO 162** - A publicidade escrita fica sujeita a revisão da repartição competente.

**ARTIGO 163** - A taxa de licença para a publicidade é devida de acordo com a Tabela II , anexa a este Código e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções I a VII, do Capítulo I do Título III.

**ARTIGO 164º** - Estão isentos da taxa de licença para publicidade, se o seu conteúdo não tiver caráter publicitário:

I - os cartazes ou letreiros destinados a

fins patrióticos, religiosos, eleitorais, culturais, assistenciais, beneficentes ou desportivos, em qualquer caso;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como a de rumo ou direção de estrada;

III - tabuletas indicativas de hospitais, casa de saúde, ambulatórios e pronto-socorros;

IV - placas colocadas nos vestíbulos de edifícios, nas portas de consultórios, e de escritório de residência, identificando profissionais liberais, sob a condição de que contenham o nome e a profissão do interessado, e não tenham dimensões superiores a 40 cm x 15 cm;

V - placas indicativas dos locais de construção, dos nomes de firmas engenheiros, arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras, particulares ou públicas;

VI - os anúncios em jornais, revistas ou catálogos, e os em estações de rádio difusão e televisão transmitidos.

**ARTIGO 165** - A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança , sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa de licença para publicidade e cassação da licença.

Parágrafo Único - Fica sujeita as mesmas penalidades deste artigo, a publicidade que não observar o disposto no artigo 162.

## CAPITULO II

## DAS TAXAS DE SERVIçOS PÚBLICOS

### SEÇÃO I

### Do fato gerador e do Contribuinte.

**ARTIGO 166** - As taxas de serviços públicos tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição .

Parágrafo Único - Considera-se o serviço publico:

I - utilizado pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II - específico, quando possa ser destacado em unidade autônoma de intervenção, de utilidade, ou necessidade pública;

III - divisível, quando suscetível de utilização separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

**ARTIGO 167** - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel lindeiro a via ou logradouro público abrangido pelo serviço prestado.

Parágrafo Único - Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila ou assemelhados, à via ou logradouro público.

**ARTIGO 168** - As taxas de serviços serão devidas para:

I - limpeza pública;

II - conservação de vias e logradouros públicos;

III - iluminação pública;

IV - conservação de estradas municipais;

V - vigilância pública;

VI - prevenção e extinção de incêndio;

VII - coleta e remoção de lixo domiciliar.

SEÇÃO II

Da base de cálculo e da alíquota

**ARTIGO 169** - A base de cálculo das taxas se serviços públicos é o custo dos serviços, considerando-se o total anual das despesas do exercício anterior, relativas à prestação dos serviços, devidamente corrigido, na conformidade com o índice oficial divulgado pelo Governo Federal por via de seus órgãos competentes.

**ARTIGO 170** - O custo da prestação dos serviços públicos será rateado pelos contribuintes de acordo com os critérios específicos, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas no parágrafo 1º do artigo 176.

SEÇÃO III

Do lançamento

**ARTIGO 171** - As taxas de serviços podem ser laçadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recebidos constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

SEÇÃO IV

Da arrecadação

**ARTIGO 172** - O pagamento das taxas de serviços públicos será feito nos vencimentos e locais indicados nos "avisos-recibos".

## SEÇÃO V

### Das penalidades

**ARTIGO 173** - O contribuinte que deixar de recolher as taxas devidas ficará sujeito:

I - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários;

II - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente.

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor originário.

## SEÇÃO VI

### Da isenção

**ARTIGO 174** - São isentos do pagamento das taxas de serviços:

I - os imóveis pertencentes as instituições de filantropia e benemerências legalmente constituídas e sem fins lucrativos;

II - os próprios estaduais, federais e respectivas autarquias quando exclusivamente utilizados por serviços da União e do Estado;

III - os templos de qualquer culto e os imóveis pertencentes às entidades e instituições de assistência social legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Parágrafo Único - Aplicam-se no que couber, às taxas de serviços as disposições do artigo 139.

## SEÇÃO VII

### Da taxa de limpeza pública

**ARTIGO 175** - A taxa de limpeza tem como fato gerador a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, de serviços municipais de limpeza das vias e logradouros públicos e particulares.

Parágrafo Único - Considera-se serviço de limpeza:

I - a varrição, a lavagem e a capinação das vias e logradouros;

II - a limpeza de córrego, bueiros e galerias pluviais.

**ARTIGO 176** - O custo despendido com a atividade da limpeza pública será dividido proporcionalmente às testadas dos imóveis, situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura, observando a freqüência..

Parágrafo 1º - Nos casos de condomínios, vilas, grupos de casas edificações, qualquer que seja o número de pavimentos, nos quais se constate a existência de unidades imobiliárias autônomas, nos termos desta lei, a taxa será devida por unidade beneficiada direta ou indiretamente, considerando-se para cada uma, a testada mínima de 5 (cinco) metros lineares.

Parágrafo 2º - A taxa será acrescida de 40% (quarenta por cento) do seu valor, quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, para atividades comerciais ou de prestação de serviços.

## SEÇÃO VIII

### Da taxa de conservação de vias

### e logradouros públicos

**ARTIGO 177** - A taxa de conservação de vias e logradouros públicos tem como fato gerador a utilização efetiva, ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, de serviços municipais de conservação de ruas, praças, jardins, parques, caminhos, avenidas e outras vias e logradouros públicos, dotados, pelo menos, de um dos seguintes melhoramentos:

I - pavimentação de qualquer tipo;

II - guias e sarjetas;

III - guias.

**ARTIGO 178** - O custo despendido com a atividade será dividido proporcionalmente às testadas dos imóveis situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.

Parágrafo Unico - A taxa será acrescida de 20% (vinte por cento) do seu valor, quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, por garagem, posto de serviço de veículos e supermercados.

## SEÇÃO IX

## Da taxa de iluminação pública

**ARTIGO 179** - A taxa de iluminação pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, dos serviços prestados, por intermédio da Prefeitura, de iluminação nas vias e logradouros públicos.

**ARTIGO 180** - O custo despendido com a atividade de iluminação pública será dividido proporcionalmente à potência das luminárias e às testadas dos imóveis situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.

Parágrafo Unico - Considera-se testada beneficiada aquela que ficar a 20 (vinte) metros além da luminária postada no sentido da via pública.

## SEÇÃO X

## Da taxa de conservação de estradas municipais

**ARTIGO 181** - A taxa de conservação de estradas municipais tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, de serviços de manutenção de estradas ou caminhos municipais.

**ARTIGO 182** - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóveis localizados na zona rural do território do Município, situados na área servida, direta ou indiretamente, pelas estradas ou caminhos municipais.

**ARTIGO 183** - O custo será dividido pela testada dos imóveis beneficiados direta ou indiretamente pelos serviços de conservação.

## SEÇÃO XI

Da taxa de vigilância pública

**ARTIGO 184** - A taxa de vigilância pública tem como fato gerador a utilização ou possibilidade de utilização dos serviços de vigilância diurna e noturna, e de preservação da segurança pessoal e patrimonial da comunidade.

**ARTIGO 185** - Contribuinte da taxa é o proprietário de imóvel edificado, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**ARTIGO 186** - O custo despendido com a vigilância pública será dividido proporcionalmente as áreas edificadas dos imóveis situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.

Parágrafo Único - A taxa será acrescida:

I - de 100% (cem por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade para atividades comerciais, ou de prestação de serviços desde que não inclusos nos incisos seguintes deste parágrafo;

II - de 150% (cento e cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade para atividades industriais e postos de serviços de abastecimento de veículos;

III - de 450% (quatrocentos e cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade por instituições financeiras.

## SEÇÃO XII

### Da taxa de prevenção e extinção de incêndio

**ARTIGO 187** - A taxa de prevenção e extinção de incêndio tem como fato gerador a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte dos serviços de prevenção contra sinistros e debelação de incêndio, mantidos e prestados pela Prefeitura.

**ARTIGO 188** - O contribuinte da taxa é o proprietário de imóvel edificado na zona urbana, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**ARTIGO 189** - O custo despendido com a prevenção e extinção de incêndio será dividido proporcionalmente à área edificada.

Parágrafo Único - A taxa será acrescida:

I - de 50% (cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade para atividades comerciais ou de prestação de serviços desde que não inclusas nos incisos seguintes deste parágrafo;

II - de 80% (oitenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado em parte ou em sua totalidade por instituições financeiras;

III - de 100% (cem por cento) de seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade para atividades industriais e postos de serviços de abastecimento de veículos.

## SEÇÃO XIII

### Da taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar

**ARTIGO 190** - A taxa da coleta e remoção de lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, pelo contribuinte, dos serviços municipais de coleta e remoção de lixo domiciliar.

**ARTIGO 191** - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel edificado.

**ARTIGO 192** - O custo despendido com a atividade será dividido proporcionalmente à freqüência diária dos serviços e às áreas edificadas dos imóveis, situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.

Parágrafo Único - A taxa será acrescida:

I - de 50% (cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, para atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços, desde que não inclusas no inciso II, deste parágrafo;

II - de 60% (sessenta por cento) do seu valor, quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, por hotel, pensão, padaria, confeitaria, bar, restaurante, cantina, mercearia, açougue, casa de carnes, peixaria, cinema e outras casas de diversões públicas, clube, garagem, posto de serviço de veículos, hospital e afins.

**ARTIGO 193** - Pelas remoções de lixo ou entulho, que excedam a 1,00 m3 (um metro cúbico), serão cobrados preços públicos.

## TITULO IV

## DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

**ARTIGO 194** - A contribuição de melhoria tem como fato gerador a execução de obras públicas que beneficiem bens imóveis.

**ARTIGO 195** - Contribuinte da contribuição de melhoria é o proprietário do imóvel beneficiado, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

**ARTIGO 196** - A base de cálculo da contribuição de melhoria é a despesa realizada com a execução da obra pública, instituída face o custo de obras públicas, de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual ou acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Unico - Na apuração da despesa realizada serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação,, administração, execução e financiamentos, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos.

**ARTIGO 197** - A determinação da contribuição de melhoria, far-se-á rateando-se proporcionalmente, a despesa realizada pelas testadas dos imóveis beneficiados, entendendo-se por testada, qualquer que seja sua extensão: a frente, o lado ou o fundo do terreno, que confronte com a via ou logradouro público beneficiado pela obra.

Parágrafo Unico - Em razão de características especiais da obra pública, lei especial poderá determinar redução da despesa realizada, para efeito de cálculo da contribuição de melhoria.

**ARTIGO 198** - As despesas realizadas com a execução da obra serão corrigidas monetariamente, segundo índices fixados pelo Governo Federal.

**ARTIGO 199** - No caso de pavimentação, o custo do melhoramento, para os proprietários de imóveis de esquina, será calculado proporcionalmente às suas testadas, prolongando-se até o limite de bissetriz do ângulo formado pelo cruzamento dos eixos das vias pavimentadas.

**ARTIGO 200** - O pagamento de contribuição de melhoria poderá ser:

I - em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais atualizadas monetariamente, nos vencimentos e local indicados no aviso do lançamento, observando-se , entre o pagamento de uma e outra parcela, o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.

II - em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais sem incidência do fato de correção monetária, aos Núcleos enquadrados no Sistema Financeiro da Habitação.

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais sem incidência do fato de correção monetária, aos contribuintes com situação econômica precária, comprovada pelos órgãos competentes.

Parágrafo 1º - Fica facultado ao contribuinte, a qualquer tempo, liquidar o saldo do débito, atualizado monetariamente até a época do pagamento.

Parágrafo 2º - A contribuição de melhoria que for arrecadada totalmente, no prazo de vencimento da primeira parcela, gozará de um desconto de 20% (vinte por cento).

**ARTIGO 201** - Ficam isentos da Contribuição de Melhoria:

I - as instituições de filantropia, benemerência ou assistência social, legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Parágrafo 1º - O benefício isencional previsto no inciso I deste artigo somente se efetivará em favor

das entidades que protocolarem requerimentos na Prefeitura, com dispensa do pagamento do preço público devido deste, até 30 (trinta) dias contador da data do edital contendo os elementos sobre a execução da respectiva obra.

Parágrafo 2º - O requerimento referido no parágrafo anterior deverá ser devidamente instruído com estatuto social formalizado e ata da última eleição da diretoria.

**ARTIGO 202** - As parcelas que não forem recolhidas nos respectivos prazos de vencimentos, ficarão sujeitas:

I - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários;

II - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente;

III - juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor originário.

## LIVRO II

## DAS NORMAS GERAIS

## TITULO I

## DA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

**ARTIGO 203** - A expressão legislação tributária compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

**ARTIGO 204** - Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos ou a sua redução;

III - a definição do fato regador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

Parágrafo 1º - Equipara-se a majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso.

Parágrafo 2º - Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II, deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

**ARTIGO 205** - O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta lei.

**ARTIGO 206** - São normas complementares das Leis e decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios celebrados entre o

Município, a União e o Estado.

**ARTIGO 207** - Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte aquele em que ocorra sua publicação os dispositivos de lei:

I - que instituam ou majorem tributos;

II - que defiram novas hipóteses de incidência;

III - que extingam ou reduzam isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

**ARTIGO 208** - A lei implica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado;

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha implicado a falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

## TITULO II

## DA OBRIGAÇÃO TRIBUTARIA

### CAPITULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 209** - A obrigação tributária é

principal ou acessória.

Parágrafo 1º - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e se extingue juntamente com o crédito dela decorrente.

Parágrafo 2º - A obrigação acessória decorre da legislação tributária, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Parágrafo 3º - A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

## CAPITULO II

## DO FATO GERADOR

**ARTIGO 210** - Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

**ARTIGO 211** - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**ARTIGO 212** - Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II -. tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

**ARTIGO 213** - Para os efeitos do inciso

II, do artigo anterior, e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

**ARTIGO 214** - A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

## CAPITULO III

## DO SUJEITO ATIVO

**ARTIGO 215** - Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município, pessoa jurídica de direito público, é o titular da competência para arrecadar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes..

Parágrafo 1º - A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.

Parágrafo 2º - Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

## CAPITULO IV

## DO SUJEITO PASSIVO

### SEÇÃO I

### Das disposições gerais

**ARTIGO 216** - Sujeito passivo da obrigação

principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tem a relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

**ARTIGO 217** - Sujeito passivo da obrigação acessória da pessoa obrigada as prestações que constituam o seu objeto.

**ARTIGO 218** - Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativa a responsabilidade pelo pagamento de tributo, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

## SEÇÃO II

## Da solidariedade

**ARTIGO 219** - São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo Único - A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

**ARTIGO 220** - Salvo disposição de lei em contrário , são seguintes os efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, substituindo, neste caso a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

## SEÇÃO III

## Da capacidade tributária.

**ARTIGO 221** - A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de se achar a pessoa natural sujeita a medidas que importam privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

## SEÇÃO IV

## Do domicílio tributário.

**ARTIGO 222** - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável considera-se como tal:

I - quanto as pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida o centro habitual de sua atividade;

II - quanto as pessoas jurídicas de direito privado ou as firmas individuais,

o lugar de sua sede, ou , em relação aos atos ou fatos que derem origem a obrigação ou de cada estabelecimento;

III - quanto as pessoas jurídicas de direito público , qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

Parágrafo 1º - Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer um dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem a obrigação.

Parágrafo 2º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

## CAPITULO V.

## DA RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA

### SEÇÃO I

### Da disposição geral.

**ARTIGO 223** - Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, incluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

### SEÇÃO II

### Da responsabilidade dos sucessores

**ARTIGO 224** - Os créditos tributários relativos ao imposto predial e territorial urbano, bem como as taxas pela prestação de serviços públicos ou as contribuições de melhoria, sub-rogam-se nas pessoas dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Unico - No caso de arrecadação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

**ARTIGO 225** - São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelos "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelos "de cujos" até a data da abertura da sucessão.

**ARTIGO 226** - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação, incorporação ou cisão de outra, ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas, incorporadas, cisionadas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social , ou sob firma individual.

**ARTIGO 227** - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar

dentro de seis meses a contar da data da alienação nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

## SEÇÃO III

## Da responsabilidade de terceiros.

**ARTIGO 228** - Nos casos de impossibilidade de exigência de cumprimento, da obrigação principal pelo contribuinte respondem solidariamente com este nos atos em que intervirem ou pelas omissões de que forem resposáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos pelos seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só se aplica em matéria de penalidades, as de caráter moratório.

**ARTIGO 229** - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes as obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos ou empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoa jurídica de direito privado.

## SEÇÃO IV

## Da responsabilidade por infrações

**ARTIGO 230** - Salvo disposição de lei em contrária, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**ARTIGO 231** - A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto as infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções , salvo quando praticados no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto as infrações em cuja a definição o dolo específico seja elementar;

III - quanto as infrações que decorram direta ou indiretamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 228, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

**ARTIGO 232** - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração , acompanhada, se for o

caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo Unico - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

## TITULO III

## DO CRÉDITO TRIBUTARIO

### CAPITULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 233** - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

**ARTIGO 234** - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão os seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

**ARTIGO 235** - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

### CAPITULO II

## DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTARIO

### Seção Única

### Do lançamento

**ARTIGO 236** - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Unico - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**ARTIGO 237** - O lançamento reporta-se a data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo 1º - Aplica-se ao lançamento a lesgilação que, posteriormente a ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de alteração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios exceto, neste último caso para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Parágrafo 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considere ocorrido.

**ARTIGO 238** - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - impugnação do sujeito passivo;

II - recurso de ofício;

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 240.

**ARTIGO 239** - O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - lançamento por declaração - quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato indispensáveis a sua efetivação;

II - lançamento direto - quando feito unilateralmente pela autoridade tributária, sem intervenção do contribuinte;

III - lançamento por homologação - quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento de tributo sem prévio exame de autoridade administrativa, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologue.

Parágrafo 1º - O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso III, deste artigo, extingue o crédito sob condição resolutória de anterior homologação do lançamento.

Parágrafo 2º - Na hipótese do inciso III, deste artigo, não influem sob a obrigação tributária quaisquer atos anteriores a extinção total ou parcial do crédito; tais atos serão porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

Parágrafo 3º - É de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso III, deste artigo; expirado esse prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Parágrafo 4º - Nas hipóteses dos incisos I e III, deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir

tributo, só será admissivel mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

Parágrafo 5º - Os erros contidos na declaração a que se referem os incisos I e II deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de ofício pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

**ARTIGO 240** - O lançamento é efetivado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juizo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou emissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o inciso III do artigo anterior;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que de lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo Único - A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

## CAPITULO III

## DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTARIO

### SEÇÃO I

### Das disposições Gerais

**ARTIGO 241** - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos dos artigos 334, 343 e 346.

IV - a concessão de medida liminar em mandato de segurança.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo o crédito seja suspenso, ou dela conseqüentes..

### SEÇÃO II

### Da moratória

**ARTIGO 242** - A moratória somente pode ser concedida por lei:

I - em caráter geral;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa.

**ARTIGO 243** - A lei que conceda a moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestação e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão de caráter individual.

**ARTIGO 244** - Salvo disposição de lei em contrário a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado aquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo Unico - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

**ARTIGO 245** - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada, de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo Único - No caso do inciso I, deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito a cobrança do crédito; no caso do inciso II, deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

## CAPITULO IV

## DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTARIO

### Seção I

### Das modalidades de extinção

**ARTIGO 246** - Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - a transação;

IV - a remissão;

V - a prescrição e a decadência;

VI - a conversão de depósito em renda;

VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 239, inciso III e seus parágrafos 1º e 3º;

VIII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente;

IX - a decisão administrativa e irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que

não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X - a decisão judicial passada em julgado.

## SEÇÃO II

## Do pagamento

**ARTIGO 247** - O pagamento será efetuado em moeda corrente ou em cheque.

Parágrafo Único - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

**ARTIGO 248** - O pagamento de um crédito não importa a impresunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II - quando o total, de outros créditos referente ao mesmo ou, a outros tributos.

**ARTIGO 249** - A imposição de penalidade não inibe o pagamento integral do crédito tributário, nem desonera o cumprimento da obrigação acessória.

**ARTIGO 250** - Os juros moratórios resultantes da impontualidade de pagamento serão cobrados do dia seguinte ao do vencimento a razão de 1% (um por cento) ao mês calendário, ou fração, e calculados sobre o valor originário.

Parágrafo 1º - Entende-se por valor originário o que corresponda ao débito decorrente de tributos excluídas as parcelas relativas à correção monetária, juros de mora e multa de mora.

Parágrafo 2º - Os juros de mora não são passíveis de correção monetária.

**ARTIGO 251** - A correção monetária incidirá mensalmente sobre os créditos fiscais decorrentes de tributos ou penalidades não liquidados na data de seus vencimentos.

**ARTIGO 252** - As multas incidentes sobre os créditos tributários vencidos e não pagos serão calculadas em função dos tributos corrigidos monetariamente.

Parágrafo Unico - As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão também corrigidas monetariamente.

## SEÇÃO III

## Do pagamento indevido

**ARTIGO 253** - O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevido ou maior que o devido em face da lesgilação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

**ARTIGO 254** - A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebe-la.

**ARTIGO 255** - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo Único - A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

**ARTIGO 256** - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II, do artigo 253, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III, do artigo 253 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

**ARTIGO 257** - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

## SEÇÃO IV

## Das demais modalidades de extinção

**ARTIGO 258** - A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

Parágrafo 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante propõe-se a pagar.

Parágrafo 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento reputa-se efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**ARTIGO 259** - A lei pode, nas condições e sob as garantias de estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Parágrafo Único - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação do vencimento.

**ARTIGO 260** - A lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em terminação de litígio e conseqüente extinção de crédito tributário.

Parágrafo Único - A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.

**ARTIGO 261** - A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto a matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - a consideração de eqüidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - as condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo Único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, o disposto no artigo 245.

**ARTIGO 262** - O direito de a Fazenda Pública construir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**ARTIGO 263** - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo 1º - A prescrição interrompe-se:

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda extra-judicial, que importe em reconhecimento do débito.

Parágrafo 2º - Não correrá o prazo de prescrição, enquanto não localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.

## CAPITULO V

## DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTARIO

### SEÇÃO I

### Das disposições gerais

**ARTIGO 264** - Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo Unico - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído,, ou dela conseqüentes..

### SEÇÃO II

Da isenção

**ARTIGO 265** - A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo Unico - A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

**ARTIGO 266** - A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III, do artigo 207.

entidade tributante, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

**ARTIGO 270** - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

Parágrafo Único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível , o disposto no artigo 245.

## TITULO IV.

## DAS IMUNIDADES

**ARTIGO 271** - São imunes dos impostos municipais:

I. o patrimônio e os serviços da União, dos Estados e respectivas autarquias, cujos serviços sejam vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes;

II. os templos de qualquer culto;

III. o patrimônio e os serviços de partidos políticos e de instituições de educação e de assistência social, observados os requisitos do artigo 273.

Parágrafo I.- O disposto no inciso I, deste artigo não se estende aos serviços públicos concedidos nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incidir sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

Parágrafo II.- O disposto neste artigo não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

**ARTIGO 272** - A imunidade não abrange as taxas e a contribuição de melhoria e não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.

**ARTIGO 273** - O disposto no inciso III, do artigo 271, subordina-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I. não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II. aplicarem integralmente, no país, os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III. manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo I. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no parágrafo II, do artigo 271, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

Parágrafo II. Os serviços a que se referem o inciso III, do artigo 271, são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata o citado artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

**ARTIGO 274** - Serão aplicadas, no que couber aos pedidos de reconhecimento da imunidade, as disposições do artigo 39.

## TITULO V

## DA ADMINISTRAÇAO TRIBUTARIA

### CAPITULO I

### DA FISCALIZAÇAO

**ARTIGO 275** - Compete à unidade administrativa de finanças a fiscalização do cumprimento da legislação tributária.

**ARTIGO 276** - A legislação tributária municipal aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozam de imunidade ou de isenção.

**ARTIGO 277** - Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibi-los.".

Parágrafo Unico - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

**ARTIGO 278** - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens negócios ou atividades de terceiros:

I. os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II. os bancos, Caixa Econômica e demais instituições financeiras;

III. as empresas de administração de bens;

IV. os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V.os inventariantes,;

VI. os síndicos comissários e liquidatários;

VII. quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, ministério, função, atividade ou profissão.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações, quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério,

atividade ou profissão.

**ARTIGO 279** - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo Unico - Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

**ARTIGO 280** - A Fazenda Pública Municipal, poderá prestar e receber assistência das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios para fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

**ARTIGO 281** - A autoridade administrativa municipal poderá requisitar o auxílio da polícia militar estadual, quando vítima de embaraço ou desacato nos exercícios de suas funções, ou quando necessária à efetivação de medida prevista na legislação tributária ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

## CAPITULO II

## DA DIVIDA ATIVA

**ARTIGO 282** - constitui dívida ativa tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuições de melhorias e multas tributárias de qualquer natureza, correção monetária e juros de mora, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

**ARTIGO 283** - A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e líquidez..

Parágrafo I. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser iludida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem a aproveite.

Parágrafo II. A fluência de juros de mora e a aplicação dos índices de correção monetária não excluem a liquidez do crédito.

**ARTIGO 284** - O termo de inscrição da dívida ativa conterá obrigatoriamente:

I. o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido o domicílio ou residência de um e de outros;

II. o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular o juros de mora e demais encargo previstos em lei ou contrato;

III. a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV. a indicação se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V. a data e o número de inscrição, no registro de dívida ativa; e

VI. o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo 1º - A certidão da dívida ativa conterá os mesmo elementos do termo de inscrição, e será autenticada pela autoridade competente.

Parágrafo 2º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou conseqüentes, poderão ser englobadas na mesma certidão.

Parágrafo 3º - O termo de inscrição e certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual , mecânico ou eletrônico.

**ARTIGO 285** - A cobrança da dívida tributária do Município será procedida:

I. por via amigável - quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

II. por via judicial - quando processada pelos órgãos judiciários.

Parágrafo Unico - As duas vias a que se refere este artigo, são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim o exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável.

**ARTIGO 286** - Aplicam-se essas disposições à dívida ativa não tributária, na forma da legislação competente.

## CAPITULO III

## DA CERTIDÃO NEGATIVA

**ARTIGO 287** - A prova de quitação do crédito tributário será feita, exclusivamente, por certidão negativa, regularmente expedida pelo órgão administrativa competente.

**ARTIGO 288** - A prova de quitação de determinado tributo será feita por certidão Negativa expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo Unico - A certidão negativa será sempre expedida nos termos que se tenha sido requerida e será fornecida dentro de 15 (quinze ) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

**ARTIGO 289** - A expedição de certidão negativa não exclui o direito de a Administração exigir, a qualquer tempo, os créditos tributários que venham a ser apurados.

**ARTIGO 290** - Terá os mesmos efeitos de certidão negativa aquela que consigne a existência de créditos tributários não vencidos, em curso de cobrança executiva, em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

## CAPITULO VI

circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

II - por carta registrada com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio.

Parágrafo 1º - Quando o edital for de forma resumida deverá conter todos os dados necessários à plena ciência do intimado.

Parágrafo 2º - Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seção para as intimações.

**ARTIGO 295** - A intimação presume-se feita:
I - quando pessoal, na data do recebimento;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, e, se for essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III - quando for edital, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

**ARTIGO 296** - Os despachos interlocutórios que não afetem a defesa do sujeito passivo independem de intimação.

## SEÇÃO III

## Da notificação de lançamento

**ARTIGO 297** - A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá, obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado e as características do imóvel, quando for o caso;

II - o valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnação;

III - a disposição legal infringida, se

for o caso, e o valor da penalidade;

IV - a assinatura do chefe do órgão expedidor, ou do servidor autorizado, e a indicação do seu cargo ou função.

Parágrafo Unico - Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo mecanográfico ou eletrônico.

**ARTIGO 298** - A notificação do lançamento será feita na forma do disposto nos artigos 294 e 295.

## CAPITULO II

## DO PROCEDIMENTO

**ARTIGO 299** - O procedimento fiscal terá início com:

I - a lavratura de termo de início de fiscalização;

II - a lavratura de termo de apreensão de bens, livros ou documentos;

III - a notificação preliminar;

IV - a lavratura de auto de infração e imposição de multa;

V - qualquer ato da Administração que caracterize o início de apuração do crédito tributário.

Parágrafo Unico - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação a atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

**ARTIGO 300** - A exigência do crédito tributário será formalizada em auto de infração e imposição de multa, notificação preliminar ou notificação de lançamento distinto por tributo.

Parágrafo Unico - Quando mais de uma infração à legislação de um tributo decorrer do mesmo fato e a comprovação do ilícito depender dos mesmo elementos de convicção,

**ARTIGO 267** - A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

Parágrafo Único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 245.

## SEÇÃO III

## Da anistia

**ARTIGO 268** - A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceda, não se implicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de concluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

**ARTIGO 269** - A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações de legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território da

a exigência será formalizada em um só instrumento e alcançará todas as infrações e infratores.

**ARTIGO 301** - O processo será organizado em forma de auto forense e em ordem cronológica e terá suas folhas e documentos rubricados e numerados.

## CAPITULO III

## DAS MEDIDAS PRELIMINARES

### SEÇÃO I

### Do termo de fiscalização.

**ARTIGO 302** - A autoridade que presidir ou proceder a exames e diligências, lavrará sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, consignando a data de início e final , o período fiscalizado, os livros e documentos examinados e o que mais possa interessar.

Parágrafo I. O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração em livro de escrita fiscal, ou em separado, hipótese em que o termo poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos à mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

Parágrafo II. Em sendo o termo lavrado em separado, ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autenticado pela autoridade, contra -recibo no original.

Parágrafo III. A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do termo de fiscalização , não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravará a pena.

Parágrafo IV. Iniciada a fiscalização o agente fazendário terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para conclui-la, salvo quando houver justo motivo de prorrogação autorizado pela autoridade superior.

### SEÇÃO II

### Da apreensão de bens, livros e documentos.

**ARTIGO 303** - Poderão ser apreendidos os

bens móveis, inclusive mercadorias, livros ou documentos em poder do contribuinte, do responsável ou de terceiros, que constituam prova material de infração, estabelecida na legislação tributária.

**ARTIGO 304** - Da apreensão lavrar-se-á auto com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 312.

Parágrafo Único - Do auto de apreensão constatarão a descrição dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e do nome do depositário, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juizo do autuante.

**ARTIGO 305** - Os livros ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, mediante recibo, ficando no processo cópia de inteiro teor da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Parágrafo Único - Os bens apreendidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja a importância será arbitrada pela autoridade competente, e passado recibo, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários a prova.

**ARTIGO 306** - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta ) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a leilão.

Parágrafo I. Quando apreensão recair em bens de fácil deterioração, o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

Parágrafo II. Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo, à multa e acréscimos devidos, será o autuado notificado para receber o excedente.

## CAPITULO IV

## DOS ATOS INICIAIS

### SEÇÃO I

Da notificação preliminar

**ARTIGO 307** - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração à legislação tributária, de que possa resultar evasão de receita, será expedido contra o infrator notificação preliminar para que , no prazo de dez ( 10 ) dias, regularize a situação.

Parágrafo I. Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração e imposição de multa.

Parágrafo II. Lavrar-se-á, imediatamente, auto de infração e imposição de multa quando o sujeito passivo se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

**ARTIGO 308** - Não caberá notificação preliminar devendo o sujeito passivo ser imediatamente autuado:

I. quando for encontrado no exercício da atividade tributável sem prévia inscrição:

II. quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;

III. quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV. quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar.

SEÇÃO II

Do auto de infração e imposição de multa

**ARTIGO 309** - Verificando-se violação da legislação tributária, por ação ou omissão, ainda que não importe em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração e imposição da multa correspondente, em duas ou mais vias, sendo a primeira entregue ao infrator.

**ARTIGO 310** - O auto será lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e

deverá:

I - mencionar o local, dia e hora da lavratura;

II - conter o nome do autuado e endereço e, quando existir, o número de inscrição no cadastro da Prefeitura;

III - referir-se ao nome e endereço das testemunhas, se houver;

IV - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes;

V - indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e o da penalidade aplicável;

VI - fazer referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso;

VII - conter intimação ao infrator para pagar os tributos, multas e acréscimos devidos, ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos;

VIII - assinatura do autuante aposta sobre a indicação de seu cargo ou função;

IX - assinatura do próprio autuado ou infrator, ou de representante, mandatário ou preposto, ou da menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura.

Parágrafo 1º - As omissões ou incorreções de auto não acarretarão nulidades quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Parágrafo 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravará a pena.

Parágrafo 3º - Havendo reformulação ou alteração do auto, será devolvido o prazo para pagamento e defesa do autuado.

**ARTIGO 311** - O auto poderá ser lavrado cumulativamente com o auto de apreensão.

Parágrafo Unico - Poderá ser solicitada a emissão de parecer e a realização de diligências, hipótese em que o prazo referido no artigo será interrompido, começando a fluir no dia em que o resultado das diligências, ou pareceres, forem recebidos pela autoridade competente.

[illegible] não produzirá efeito a consulta formulada:

I - em desacordo com o artigo 315;

II - por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

III - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

IV - quando o fato já tiver sido objeto de decisão, anterior, ainda não modificada, proferida em consulta, ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da lei tributária;

VI - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à solução, salvo se a inexatidão ou omissão for acusável pela autoridade julgadora.

Parágrafo Unico - Nos casos previstos neste artigo, a consulta será declarada ineficaz e determinado o arquivamento.

**ARTIGO 319** - Quando a resposta à consulta for no sentido da exigibilidade de obrigação, cujo fato gerador já tiver ocorrido, a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o cumprimento da mesma, fixando o prazo de 20 (vinte) dias.

**ARTIGO 320** - O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração de eventual crédito tributário, efetuando seu pagamento ou depósito obstativo, cujas importâncias serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do interessado.

**ARTIGO 321** - Não cabe pedido de reconsideração ou recurso de decisão proferida em processo de consulta.

**ARTIGO 322** - A solução dada à consulta terá efeito normativo quando adotada em circular expedida pela autoridade fiscal competente.

## CAPITULO VI

## DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO

### SEÇÃO I

### Das normas gerais

**ARTIGO 323** - Ao processo administrativo tributário aplicam-se subsidiariamente as disposições do processo administrativo comum.

**ARTIGO 324** - Fica assegurada, ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, a plena garantia de defesa e prova.

**ARTIGO 325** - O julgamento dos atos e defesas compete:

I - em primeira instância, ao responsável pela unidade administrativa de finanças;

II - em segunda instância, ao Prefeito.

**ARTIGO 326** - A interposição de impugnação, defesa ou recurso independente de garantia de instância.

intimação;

II - matéria de fato ou de direito em que se fundamenta;

III - as provas do alegado e a indicação das diligências que pretenda sejam facultadas com os motivos que a justifiquem;

IV - o pedido formulado de modo claro e preciso.

Parágrafo Único - O servidor que receber a impugnação dará recibo ao representante.

**ARTIGO 334** - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança.

**ARTIGO 335** - Juntada a impugnação ao processo, ou formado este, se não houver, o mesmo será encaminhado ao autor do ato impugnado, que apresentará réplica às razões da impugnação, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

**ARTIGO 336** - Recebido o processo com a réplica, a autoridade julgadora determinará de ofício a realização das diligências que entender necessárias, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para sua efetivação, e indeferirá as prescindíveis.

Parágrafo Único - Se na diligência forem apurados fatos de que resulte crédito tributário maior do que o impugnado, será reaberto o prazo para nova impugnação, devendo do fato ser dado ciência ao interessado.

**ARTIGO 337** - Completada a instrução do processo, o mesmo será encaminhado à autoridade julgadora.

**ARTIGO 338** - Recebido o processo pela autoridade julgadora, esta decidirá sobre a procedência ou improcedência da impugnação, por escrito, com redação clara e precisa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 1º - A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações da impugnação e da réplica, devendo

decidir de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Parágrafo 2º - No caso de a autoridade julgadora entender necessário, poderá converter o julgamento em diligência, determinando as novas provas a serem produzidas e o prazo de sua produção.

**ARTIGO 339** - A intimação da decisão será feita na forma dos artigos 294 e 295.

**ARTIGO 340** O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

Parágrafo Único - Sendo devido o crédito tributário, a importância depositada será automaticamente convertida em renda.

**ARTIGO 341** - A autoridade julgadora recorrerá de ofício, no próprio despacho, sempre que a decisão exonerar o contribuinte ou responsável do pagamento de tributo e multa, cujos valores originários somados sejam superiores a um valor referência vigente à época da decisão.

## SEÇÃO III

## Do recurso

**ARTIGO 342** - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário ao Prefeito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação.

Parágrafo Único - O recurso poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela.

**ARTIGO 343** - O recurso voluntário terá efeito suspensivo da cobrança.

**ARTIGO 344** - O Prefeito poderá converter o

julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas ou do que julgar cabível para formar sua convicção.

**ARTIGO 345** - A intimação será feita na forma dos artigos 294 e 295.

**ARTIGO 346** - O recorrente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cuja importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

## SEÇÃO IV

## Da execução das decisões

**ARTIGO 347** - São definitivas:

I - as decisões finais da primeira instância não sujeitas ao recurso de ofício, e quando esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que este tenha sido interposto;

II - as decisões finais da segunda instância.

Parágrafo Único - Tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso, nos casos de recurso voluntário parcial.

**ARTIGO 348** - Transitada em julgado a decisão desfavorável ao contribuinte, responsável, autuado, o processo será remetido ao setor competente, para a adoção das seguintes providências, quando cabíveis:

I - intimação do contribuinte, do responsável, do autuado, para que recolha os tributos e multas devidos, com seus acréscimos, no prazo de 20 (vinte) dias;

II - conversão em renda das importâncias depositadas em dinheiro;



Parágrafo 2º - A responsabilidade, no caso

deste artigo, é pessoal e independente do cargo ou função exercidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis à espécie.

**ARTIGO 352** - Nos casos do artigo anterior e seus parágrafos, ao responsável, e, se mais de um houver, independentemente uns dos outros, será cominada a pena de multa de valor igual à metade da aplicável ao contribuinte, responsável ou infrator, sem prejuízo da obrigatoriedade do recolhimento do tributo, se este já não tiver sido recolhido.

Parágrafo 1º - A pena prevista neste artigo será imposta pelo responsável pela unidade administrativa de finanças, por despacho do processo administrativo que apurar a responsabilidade do funcionário, a quem serão assegurados amplos direitos de defesa.

Parágrafo 2º - Na hipótese do valor da multa e tributos deixados de arrecada por culpa do funcionário ser superior a 10% (dez por cento) do total percebido mensalmente por ele, a título da remuneração, o responsável pela unidade administrativa de finanças determinará o recolhimento parcelado, de modo que de uma só vez não seja recolhida importância excedente aquele limite.

**ARTIGO 353** - Não será de responsabilidade do funcionário a omissão que praticar ou o pagamento do tributo cujo recolhimento deixar de promover em razão de ordem superior, devidamente provada, ou quando não apurar infração em face das limitações da tarefa que lhe tenham sido atribuída pelo chefe imediato.

Parágrafo Único - Não se atribuirá responsabilidade ao funcionário, não tendo cabimento aplicação de pena pecuniária ou de outra, quando se verificar que a infração consta de livro ou documentos fiscais a ele não exibidos e, por isso, já tenha lavrado auto de infração por embaraço à fiscalização.

**ARTIGO 354** - Consideradas as circunstâncias especiais em que foi praticada a omissão do agente fiscal, ou motivos por que deixou de promover a arrecadação de tributos, conforme fixados em regulamento, o responsável pela unidade administrativa de finanças, após a aplicação da multa, poderá dispensá-lo do pagamento desta.

**TITULO VII**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

ARTIGO 355 - Serão desprezadas as frações de centavos no cáculo de qualquer tributo.

ARTIGO 356 - O Município define e estabelece como valor de referência aquele fixado pela União no mês de Novembro do exercício imediatamente anterior.

ARTIGO 357 - Esta Lei entrará em vigor nadata de sua publicação, e terá sua eficácia a partir de 1º de janeiro de 1994.

ARTIGO 358 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, de de 1993.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

JOSÉ ANTONIO DE ANDRADE DIAS DA SILVA
Secretário de Gabinete.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

## TABELA I

PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DO I.S.S.Q.N. - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA.

| DISCRIMINAÇÃO | ALIQUOTA E BASE DE CALCULO DA RECEITA BRUTA E FIXA ANUAL<br>RENDA NBRUTA FIXA ANUAL (%) |
|---|---|
| 01. médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres | 5 ..... 30 UFMH. |
| 02. hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, pronto-socorros, manicômios, casa de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres | 5 |
| 03. bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres | 5 |
| 04. enfermeiros, obstetras, ortóptico, fonoaudiólogos, protéticos, (prótese dentária) | 5 ..... 12 UFMH. |
| 05. assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3, desta tabela, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados | 5 ..... 30 UFMH. |
| 06. planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta tabela e que se cumpram através de serviços prestados* por terceiros, contratados pela empresas ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano | 5 |
| 08. médicos veterinários | 5 ..... 18 UFMH. |



PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

09. hospitais veterinários, clínicas ve-
terinárias e congêneres.....5

10. guarda, tratamento, adestramento ,
adestramento, embelezamento,alojamen -
to e congêneres relativos a animais...5.....2 UFMH.

11. banhos, duchas, sauna, manicuros ,
pedicuros, tratamento de pele, depi -
ção e congêneres.....5.....2 UFMH.

12. banhos, duchas, sauna, massagens ,
ginásticas e congêneres.....5.....2 UFMH.

13. varrição, coleta, remoção, e in -
cineração de lixo.....5.....1 UFMH.

14. limpeza e drenagem de portos,rios,
e canais.....5.....2 UFMH.

15. limpeza, manutenção e conservação
de imóveis, inclusive vias públicas ,
parques e jardins:
a. por empresa.....5
b. por profissional autônomo sem máqui
na ou veículo.....0.....1 UFMH.
c. por profissional autônomo com má -
quina ou veículo .....2 UFMH.

16. desinfecção, imunização, higieniza
ção, desratização e congêneres.....5.....2 UFMH.

17. controle e tratamento de afluentes
de qualquer natureza e agentes físicos
e biológicos.....5.....4 UFMH.

18. incineração de resíduos quaisquer..5.....1 UFMH.

19. limpeza de chaminés.....5.....1 UFMH.

20. saneamento ambiental e congêneres..5.....2 UFMH.

21. assistência técnica.....5.....12 UFMH.

22. assessoria ou consultoria de
qualquer natureza não contida em ou -
tros itens desta tabela, organização,
programação, planejamento, assessoria
processamento de dados, consultoria -
técnica, financeira, ou administrati-
va.....5.....18 UFMH.

23. planejamento, coordenação, pro -

gramaçao, ou organização técnica, financeira ou administrativa.....5.....18 UFMH.

24. análises, inclusive de sistemas , exames, pesquisas, e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.....5.....18 UFMH.

25. a. contabilidade e auditoria.....5.....18 UFMH.
b. guarda livros , técnicos em contabilidade e congêneres.....5.....12 UFMH.

26. perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.....5.....4 UFMH.

27. traduções e interpretações.....5.....4 UFMH.

28. avaliação de bens.....5.....4 UFMH.

29. datilografia, estenografia, espediente, secretaria e congêneres.....5.....2 UFMH.

30. projetos cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.....5.....4 UFMH.

31. aerofotogrametria( inclusive interpetração ) mapeamento e topografia...5.....4 UFMH.

32. execução por administração, em empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares ( exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços , que fica sujeito ao ICMS).....5.....4 UFMH.

33. Demoliçáo.....5.....4 UFMH.

34. reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e conegêres (exceto fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....5.....4 UFMH.

35. pesquisa, perfuração, cimentação perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados coma exploração e exportação de petróleo e gás natural.....5.....4 UFMH.

36. florestamento e reflorestamento..5.....2 UFMH.

37. escoramento, e conteção de en - costas e serviços congêneres.....5.....2 UFMH.

38. paisagismo, jardinagem e decoração ( exceto fornecimento de mercadorias que ficam sujeitas ao ICMS)...5.....4 UFMH.

39. raspagem, calafetação, polimento , lustragem de pisos, paredes e divisórias.....5.....2 UFMH.

40. ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimento de qualquer grau ou natureza.....5.....4 UFMH.

41. planejamento organização e administração de feiras, exposições consos e congêneres.....5.....2 UFMH.

42. organização de festas, e recepções (exceto fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICM ).....5.....2 UFMH.

43. administração de bens e negócios de terceiros e de consórcio.....5.....6 UFMH.

44. administração de fundos mútuos ( exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.....5.....6 UFMH.,

45. agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada..... 5.....4 UFMH.

46. agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo banco Central).....5.....4 UFMH.

47. agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da proprieda de industrial, artística ou literária.....5..... 4 UFMH.

48. agenciamento, corretagem ou intermediaçào de franquia, (franchise) e de faturação (factoring), (excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central ).....5.....4 UFMH.

49. agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo passeios, excursões, guias de turismo, e congêneres.....5.....2 UFMH.

50. agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis abrangidos nos itens 45, 46, 47 e 48...5.....4 UFMH.

51. despachantes.....5.....8 UFMH.

52. agentes da propriedade industrial.....5.....6 UFMH.

53. agentes da propriedade artística ou literárias.....5.....6 UFMH.

54. leilão.....5.....2 UFMH.

55. regulação de sinistros cobertos' por contratos de seguros, inspeção' e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros, prevenção e gerência de riscos seguráveis prestados por quem não seja o segurado ou companhia de seguro.....5.....4 UFMH.

56. armazenamento, depósito, carga , descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie ( exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizada a funcionar pelo Banco Central).....5.....2 UFMH.

57. guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres .....5

58. vigilância ou segurança de pessoas e bens.....5.....2 UFMH.

59. transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município.....5.....2 UFMH.

60. diversões públicas:
a. cinemas, "taxi-dancing" e congêneres.....10
b. bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos.....10
c. exposições com cobranças de ingressos.....10
d. bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetácu-

los que sejam também transmitidos me
diante compra de direitos para tan-
to, pela televisão e pelo rádio.....10
e. jogos eletrônicos.....10
f. competições esportivas ou de des-
treza física ou intelectual, com ou
sem a participação do espectador, in
clusive a venda de direitos a trans-
missão pelo rádio e pela televisão..10
g. execução de música, individual -
mente ou em conjunto.....10.....4 UFMH.

61. distribuição e venda de bilhetes
de loteria, cartões, pules, ou cu-
pons de aposta, sorteios, prêmios e
congêneres..... 5.....10 UFMH.

62. fornecimento de música, mediante
transmissão por qualquer processo ,
para vias pública ou ambientes fe-
chados ( exceto transmissões rádio -
fônicas ou de televisão ) .....10

63. gravação e distribuição de fil-
mes e vídeos tapes.....5.....3 UFMH.

64. fonografia ou gravação de sons
ou ruídos, inclusive trucagem dubla-
gem mixagem sonora.....5.....3 UFMH.

65. fotografia e cinematografia, in-
clusive revelação, ampliação, cópia,
reprodução e trucagem.....5.....3 UFMH.

66. produção para terceiros, median-
te ou sem encomenda prévia, de espe-
táculos, entrevistas e congêneres....5.....3 UFMH.

67. colocação de tapetes e cortinas,
com material fornecido pelo usuário
final do serviço.....5.....2 UFMH.

68. lubrificação, limpeza e revisão
de máquinas, veículos, aparelhos e
equipamentos ( exceto fornecimento
de peças e partes, que fiquem sujei
tos ao ICMS).....5.....2 UFMH.

69. conserto, restauração, manuten-
ção e conservação de máquinas, veí-
culos, motores, elevadores ou de
qualquer objeto ( exceto fornecimen
to de peças e partes que fiquem su
jeitos ao ICMS) .....5.....2 UFMH.

70. recondicionamento de motores ( o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito' ao ICMS )..... 5 ..... 2 UFMH.

71. recauchutagem ou regeneração ' de pneus par o usuário final..... 5 ..... 2 UFMH.

72. recondicionamento, acondiciona mento, pintura, beneficiamento, la vagem, secagem, tingimento, galva- noplastia, anodização, corte, re - corte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não desti - nados a industrialização e comer - cializacão..... 5 ..... 2 UFMH.

73. lustração de bens móveis quan- do o serviço for prestados para o usuário final do objeto lustrado..... 5 ..... 2 UFMH.

74. instalação e montagem de apa - relhos, máquinas e equipamentos , prestados ao usuário final do ser- viço, exclusivamente o material ' por ele fornecido..... 5 ..... 2 UFMH.

75. montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, ex - clusivamente com material por ele fornecido..... 5 ..... 2 UFMH.

76. cópia ou reprodução , por quaisquer processos, de documen - tos e outros papéis, plantas ou desenhos..... 5 ..... 2 UFMH.

77. composição gráfica, fotocompo sição, clicheria, zincografia, li tografia, e fotolitografia..... 5 ..... 2 UFMH.

78. colocação de molduras e afins encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres..... 5 ..... 2 UFMH.

79. locação de bens móveis, in - clusive arrendamento mercantil..... 5

80. funerais..... 5 ..... 2 UFMH.

81. alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usu ário final, exceto aviamento..... 5 ..... 2 UFMH.

82. tinturaria e lavanderia.....5.....2 UFMH.

83. taximetria.....5.....2 UFMH.

84. recrutamento, agenciamento , seleção, colocação ou fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive, por empregados do prestador do serviço, ou por trabalhador avulso por ele contratado.....5.....2 UFMH..

85. propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários ( exceto sua impressão reprodução e fabricação ).....5.....4 UFMH.

86. veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio ( exceto jornais, periódicos, rádios e televisão ).....5.....4 UFMH.

87. serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto , ou aeroporto, atracação capatazia armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios, movimentação de mercadorias fora do cais.....5

88. advogados.....5.....16 UFMH.

89. engenheiros, arquitetos, urbanistas e agrônomos.....5.....16 UFMH.

90. dentistas.....5.....20 UFMH.

91. economistas.....5.....12 UFMH.

92. psicólogos.....5.....12 UFMH.

93. assistentes sociais.....5.....8 UFMH.

94. relações públicas.....5.....8 UFMH.

95. cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos , devolução de títulos não pagos ,



PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

manutenção de títulos vencidos , fornecimento de posições de co - brança ou recebimento ( este i - tem abrange também os serviços ' prestados por inhstituições fi - nanceiras e outras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.....5

96. instituições financeiras au- torizadas a funcionar pelo Ban- co Central : fornecimento de talão de cheques, emissão de che ques administrativos, transferên cia de fundos, devolução de che- ques, sustação de pagamento de cheques, ordem de pagamento e de crédito, por qualquer meio, emis são e renovação de cartões magné ticos, consultas em terminais e- letrônicos, pagamento por conta de terceiro, inclusive os feitos fora do estabelecimento , elabo- ração de fichas cadastral, alu - guel de cofres, fornecimento de segunda vias de avisos de lança- mento, extrato de contas, emis - são de carnês (neste item não es tá abrangido o ressarcimento , às instituições financeiras, de gastos com o porte de correio , telegramas, telex, e teleproces- samento, necessários a presta - ção dos serviços).....5

97. transporte de natureza, es - tritamente municipal:
a. prestado por empresa.....5
b. prestado por profissional au- tônomo com veículo automotor.....4 UFMH.
c. prestado por profissional au- tonômo, com veículo de tração a- nimal.....2 UFMH.

99. hospedagem em hotéis, pen - sões, e congêneres ( o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviço).....5

100. distribuição de bens de ter ceiros em representação de qual- quer natureza.....5.....8 UFMH.

## TABELA II
## PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DAS TAXAS DE LICENÇA

| DISCRIMINAÇÃO | ALIQUOTA E BASE DE CALCULO | | |
|---|---|---|---|
| I. TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO. | | | |
| A. Atividades permanentes: | | | |
| 1 - Estabelecimentos ou atividades comerciais e de prestação de serviços exceto os de créditos, financiamento e investimento, postos de serviços de abastecimento de veículos e atividades exercidas em vias e logadouros públicos, em locais autorizados..... | 6 UFMH | | |
| 2 - Estabelecimento industriais e de produção Agro Pecuária..... | 30 UFMH | | |
| 3 - Estabelecimento de crédito, financiamento e investimento situados em qualquer local..... | 20 UFMH | | |
| 4 - Postos de serviços de abastecimento de veículos, situados em qualquer local..... | 6 UFMH | | |
| 5 - Atividades exercidas em vias e logradouros públicos, em locais autorizados: | | | |
| 5.1 - Com ou sem utilização de trailler ou de veículo autorizado..... | 10 UFMH | | |
| B - Atividades temporárias, exercidas em qualquer zona de valorização imobiliária. | DIA<br>50% UF | MES<br>300% UF | ANO |
| II - TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORARIO ESPECIAL. | | | |
| A - Atividades permanentes e temporárias: | 50% UF | 300% UF | 1000% UF |

| | |
|---|---|
| III - TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORARIO NORMAL | |
| A - Atividades permanentes: | |
| 1 - Estabelecimentos ou atividades comerciais e de prestação de serviços, exceto os de crédito, financiamento e investimento, postos de serviços de abastecimento de veículos e atividades exercidas em vias e logradouros públicos, em locais autorizados; | 8% do valor da UFMH, por metro quadrado, de área construída ou não, efetivamente utilizada. |
| 2 - Estabelecimento industriais e de produção Agro-Pecuária; | 15% do valor da UFMH, por metro quadrado, de área construída ou não, efetivamente utilizada. |
| 3 - Estabelecimento de crédito, financiamento e investimentos, situados em qualquer local; | 15 % do valor da UFMH, por metro quadrado, de área construída ou não, efetivamente utilizada. |
| 4 - Postos de serviços de abastecimento de veículos em qualquer local; | 8% do valor da UFMH, por metro quadrado, de área construída ou não, efetivamente utilizada. |
| 5 - Atividades exercidas em vias e logradouros públicos, em qualquer local: | |
| 5.1 - Com ou sem utilização de trailler ou veículo motorizado. | 15 UFMH |
| B - Atividades temporárias, exercidas em qualquer local. | 100% UF 600% UF |
| IV - TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCICIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1 - Vendas de produtos alimentícios em geral: | | | |
| A - Com veículo motorizado | 60% UF | 300% UF | 900% UF |
| B - Sem veículo motorizado | 30% UF | 180% UF | 600% UF |
| 2 - Vendas de produtos de limpeza e higiene: | | | |
| A - Com veículo motorizado | 90% UF | 360% UF | 960% UF |
| B - Sem veículo motorizado | 60% UF | 240% UF | 780% UF |
| 3 - Vendas de bebidas: | | | |
| A - Com veículo motorizado | 300% UF | 1200% UF | 3000% UF |
| B - Sem veículo motorizado | 150% UF | 600% UF | 1000% UF |
| 4 - Vendas e outros produtos: | | | |
| A - Com veículo motorizado | | | 10 UFMH |
| B - Sem veículo motorizado | | | 05 UFMH |

V - TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES.

| | |
|---|---|
| 1 - Construção de prédios ou dependências de qualquer natureza, por metro quadrado de área: | |
| piso coberta; | 6% do valor da UFMH |
| 2 - Outras obras: | |
| por metro quadrado; | 6% do valor da UFMH |
| por metro linear; | 4% do valor da UFMH |
| 3 - Demolição por metro quadrado de área da edificação a ser demolida; | 4% do valor da UFMH |
| 4 - Transferência de responsável técnico; | 10 UFMH |

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

| | |
|---|---|
| 5 - Habite-se: | |
| por metro quadrado de área construída; | 4% do valor da UFMH |
| 6 - Vistorias técnicas: | |
| 6.1 - Em prédios; circos, parques de diversões e congêneres; sedes de clubes recreativos e esportivos; elevadores; | 200% do valor da UFMH |
| 7 - Fornecimento de diretrizes para loteamento; | 30 UFMH |
| 8 - Parcelamento do solo: | |
| 8.1 - Concessão de licença para execução de urbanização por metro quadrado, excetuando as áreas destinadas a espaços verdes e edificações públicas; | 0,50% do valor da UFMH |
| 8.2 - Anexação e desmembramento de lotes; | 5 UFMH por lote envolvido ou resultante |

VI - TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

| | |
|---|---|
| 1 - Publicidade relativa à atividade exercida no local, pintada ou afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários de prestação de serviços e outros - qualquer espécie ou quantidade. | 320% UF |
| 2 - Publicidade em local diverso daquele em que o ramo de atividade é exercido, pintada ou colocada em muros, paredes ou similares, desde de que visível de vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais, | |
| Por unidade; | 20% UF 400% UF 1000% UF |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 3 - Publicidade de terceiros, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - qualquer espécie ou quantidade, por interessado na publicidade; | 20% UF | 400% UF | 1000% UF |
| 4 - Publicidade: | | | |
| 4.1 - No interior de veículos de uso público não destinados a publicidade como ramo de negócio - qualquer espécie ou quantidade por anunciante; | | 160% UF | 400% UF |
| 4.2 - Na parte externa de veículos não destinados a publicidade como ramo de negócio - qualquer espécie ou quantidade por anunciante; | | 200% UF | 600% UF |
| 4.3 - Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita - qualquer espécie ou quantidade, por anunciante; | 80% UF | 1200% UF | 2000% UF |
| 4.4 - Em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dispositivos - qualquer quantidade por anunciante; | | 200% UF | 600% UF |
| 4.5 - Em vitrines "stands", vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, agropecuários, industriais, de prestação de serviços e outros, para divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte - qualquer espécie ou quantidade por anunciante; | 20% UF | 400% UF | 1000% UF |
| 5 - Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, pintados ou colocados: | | | |
| 5.1 - Em terrenos, toldos ou congêneres - qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visível de quaisquer vias ou logra | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| douros públicos, inclusive rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais<br>Por anunciante; | 40% UF | 320% UF | 800% UF |
| 5.2 - Em cadeiras, mesas, campos de esportes, clubes, associações e similares, qualquer que seja o sistema de colocação -<br>Por anunciante; | 20% UF | 200% UF | 400% UF |
| 6 - Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares, em vias ou logradouros públicos - qualquer quantidade -<br>Por anunciante; | 100% UF | | |
| 7 - Publicidade por meio de folhetos, destinados à venda de imóveis, mercadorias, serviços, etc<br>Por anunciante; | 0,8% UF | | |
| 8 - Publicidade por meio de faixas, placas, painéis, cartazes,letreiros, tabuletas e similares,colocados em postes, vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais -<br>Por anunciante; | 120% UF | | |
| 9 - Publicidade por meio de placas, painéis, cartazes,letreiros, tabuletas e similares, conduzidos por pessoas -<br>Por unidade | 20% UF | | |
| 10 - Publicidade aérea, por meio de balões, helicópteros, aviões ou congêneres -<br>Por unidade ou anunciante; | 120% UF | | |

LIVRO I – DO SISTEMA TRIBUTARIO MUNICIPAL
TITULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
TITULO II – DOS IMPOSTOS
CAPITULO I – DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA
Seção I – Do fato gerador e do contribuinte
Seção II – Da base de cálculo e da alíquota
seção III – Da inscrição
Seção IV – Do lançamento
Seção V – Da arrecadação
Seção VI – Das penalidades
Seção VII – Da isenção
CAPITULO II – DOS IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL
seção I – Do fato gerador e do contribuinte
Seção II – Da base de cálculo e da alíquota
Seção III – Da inscrição
Seção IV – Do lançamento
Seção V – Da arrecadação
Seção VI – Das penalidades
Seção VII – Da isenção
CAPITULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA
Seção I – Do fato gerador e do contribuinte
Seção II – Da base de Cálculo e da alíquota
Seção III – Da inscrição
Seção IV – Do lançamento
Seção V – Da arrecadação
Seção VI – Das penalidades
Seção VII – Da responsabilidade
Seção VIII – Da isenção
CAPITULO IV – DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS
Seção I – Do fato gerador e do contribuinte
Seção II – Das imunidades e da não incidência
Seção III – Das isenções
Seção IV – Do contribuinte e do responsável
Seção V – Da base de cálculo
Seção VI – Das alíquotas
Seção VII – Do pagamento
Seção VIII – Das obrigações acessórias
Seção IX – Das penalidades
CAPITULO V – DO IMPOSTO SOBRE VENDA A VAREJO DE COMBUSTIVEIS LIQUIDOS E GASOSOS
Seção I – Do fato gerador e do contribuinte
Seção II – Da base de cálculo e das alíquotas
Seção III – Do local da ocorrência do fato gerador
Seção IV – Do lançamento
Seção V – Do pagamento
Seção VI – Da documentação fiscal
Seção V – Das penalidades
Seção VI – Das medidas acessórias
TITULO III – DAS TAXAS
CAPITULO I – DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCICIO DE PODER DE POLICIA ADMINISTRATIVA
Seção I – Do fato gerador e do contribuinte
Seção II – Da base de cálculo e da alíquota

Seção III - Da inscrição
Seção IV - Do lançamento
Seção V - Da arrecadação
SEção VI - Das penalidades
Seção VII - Da isenção
Seção VIII - Da taxa de licença para localização
seção IX - Da taxa de licença para funcionamento em horário normal e especial
Seção X - Da taxa de licença para o exercício de atividade de comércio ambulante
Seção XI - Da taxa de licença para a execução de obras particulares
Seção XII - Da taxa de licença para publicidade
CAPITULO II - DAS TAXAS DE SERVIÇOS PUBLICOS
Seção I - Do fato gerador e do contribuinte
Seção II - Da base de cálculo e da alíquota
Seção III - Do lançamento
Seção IV - Da arrecadação
Seção V - Das penalidades
Seção VI - Da isenção
Seção VII - Da taxa de limpeza pública
Seção VIII - Da taxa de conservação de vias e logradouros públicos
Seção IX - Da taxa de iluminação pública
Seção XII - Da taxa de prevenção e extinção de incêndio
Seção XIII - Da taxa de coleta e remoção de lixo domiciliar
TITULO IV - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
LIVRO II - DAS NORMAS GERAIS
TITULO I - DA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA
TITULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTARIA
CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPITULO II - DO FATO GERADOR
CAPITULO III - DO SUJEITO ATIVO
CAPITULO IV - DO SUJEITO PASSIVO
Seção I - Das disposições gerais
Seção II - Da solidariedade
seção III - Da capacidade tributária
seção IV - Do domicílio tributário
CAPITULO V - DA RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA
Seção I - Da disposição geral
seção II - Da responsabilidade dos sucessores
Seção III - da responsabilidade de terceiros
Seção IV - Da responsabilidade por infrações
TITULO III - DO CRÉDITO TRIBUTARIO
CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPITULO II - DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTARIO
Seção Única - Do lançamento
CAPITULO III - DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTARIO
Seção I - Das disposições gerais
Seção II - Da moratória
CAPITULO IV - DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTARIO
Seção I - Das modalidades de extinção
Seção II - Do pagamento

Seção III - Do pagamento indevido
Seção IV - Das demais modalidades de extinção
CAPITULO V - DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTARIO
Seção I - Das disposições gerais
Seção II - Da isenção
Seção III - Da anistia
TITULO IV - DAS IMUNIDADES
TITULO V - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA
CAPITULO I - DA FISCALIZAÇÃO
CAPITULO II - DA DIVIDA ATIVA
CAPITULO III - DA CERTIDÃO NEGATIVA
TITULO VI - DO PROCEDIMENTO TRIBUTARIO
CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I - Dos prazos
Seção II - Da ciência dos atos e decisões
Seção III - Da notificação de lançamento
CAPITULO II - DO PROCEDIMENTO
CAPITULO III - DAS MEDIDAS PRELIMINARES
Seção I - Do termo de fiscalização
Seção II - Da apreensão de bens, livros e documentos
CAPITULO IV - DOS ATOS INICIAIS
Seção I - Da notificação preliminar
Seção II - Do auto de infração e imposição de multa
CAPITULO V - DA CONSULTA
CAPITULO VI - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO
Seção I - Das normas gerais
Seção II - Da impugnação
Seção III - Do recurso
Seção IV - Da execução das decisões
CAPITULO VII - DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS
TITULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

# Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício nº163/93 Holambra, 16 de novembro de 1993.

Senhor Vereador

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 012/93, de autoria do Poder Executivo, que Institui o Código Tributário do Município de Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
D.d. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

# Câmara Municipal de Holambra

**Estado de São Paulo**

Ofício nº 164/93 Holambra, 16 de novembro de 1993.

**Senhor Vereador**

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 012/93, de autoria do Poder Executivo, que Institui o Código Tributário do Município de Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA

**VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT**
**Presidente**

**Excelentíssimo Senhor**
GERADO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
D.d. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiçao, Justiça e Redação
Holambra - SP -

**EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/93, QUE INSTITUI O *CÓDIGO* TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.**

O Projeto de Lei Complementar nº 012/93, que institui o **Código Tributário Municipal**, passa a vigorar com as seguintes alterações:-

1- No Artigo 7º, onde se lê "Possuidores de áreas superiores a I (um hectare)", leia-se:
**"possuidores de áreas superiores a 1 ha (um hectare)".**

2- No Artigo 8º, onde se lê "seguintes Melhoramento" , leia-se:
**"seguintes melhoramentos".**

3- No Inciso V do Artigo 8º, onde se lê "distância máxima de 3 (três) quilômetros", leia-se:
**" distância máxima de 3.000 (três mil metros)".**

4- No inciso III do Artigo 14, onde se lê:...incisos I, II,III e IV do Artigo 10º", leia-se:
**",..incisos I,II,III e IV doartigo 10".**

10- Os incisos I dos Artigos 36, 60,91,137 e173, passarão a vigorar com a seguinte redação:

**"Artigos 36,60,91,137 e 173...**

**I- A correção monetária do débito calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para atualização do valor dos Créditos tributários, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento;"**

6- Os incisos II dos artigos 36,60,91,137 3 173, passarão a vigorar com a seguinte redação:

**"Artigos 36,60,91,137 e 173...**

**I- ...**

**II- à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, corrigido monetariamente;"**

7- No artigo 137, fica suprimido o inciso III, remunerando-se o inciso seguinte.

8- No inciso II do Artigo 38, onde se lê "cedidos gratuitamente em sua totalidade...", leia-se:
**"cedidos gratuitamente na sua totalidade...".**

9- Acrescenta-se após o artigo 45, novo artigo que será de nº 46, renumerando-se todos os demais, com a seguinte redação:

"Artigo 46 - A alíquota a que se refere o artigo anterior , será reduzida em 50% (cinquenta por cento) caso o imóvel possua traços arquitetônicos em sua fachada que guardem características típicas holandesas:

Parágrafo Único - A redução prevista no "caput", deste artigo, fica condicionada à formulação de requerimento pela parte interessada, instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, endereçado ao responsável pelo setor de arrecadação de tributos da prefeitura, o qual deverá deliberar sobre o mesmo em até 15 (quinze ) dias improrrogáveis".

10- O Artigo 62, passa a vigorar acrescido do inciso VI, com a seguinte redação:

"Artigo 62.....

VI- Os aposentados e pensionistas cujos proventos não ultrapassem a 4 (quatro) salários mínimos mensais, que possuam ou sejam usufrutuários de um único imóvel no município, seja ele destinado à sua moradia e não exceda a 100 m² (cem metros quadrados) de área construída.

11- No inciso I do Artigo 69, onde se lê "10% (dez por cento)", leia-se:
"5% (cinco por cento)".

12- no inciso II do artigo 69, onde se lê:"5% (cinco por cento)..." leia-se:

"2,5% ( dois e meio por cento)....."

13 - No artigo 97, "caput", onde se lê "pratimoniais" , leia-se:
"....patrimoniais".

14 - O "caput" do artigo 102 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Artigo 102 - A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negácio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, prevalecendo o que for maior, atualizando monetariamente, até a data do efetivo recolhimento".

15 - O inciso II do artigo 103 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 103...

I- ...

II-"Demais transmissões, 5% (cinco por cento)".

16 - No Anexo tabela I, à pagina 118 do projeto, onde se lê " renda nbruta anual (%), leia-se.

**"Renda Bruta Anual (%)".**

17 - No anexo tabela I, todas as alíquotas previstas em 5% passam a vigorar em 2,5% e, todas as alíquotas previstas em 10%, passam a vigorar em 5%.

Nada Mais.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 1993.

Vereadores:- Geraldo Theodorus Maria Van Schaik

Andreas Adrianus Antonius Graat

Antonio de Souza

Antonio José Esperança

Donizete Carvalho da Silva

LIDO EM SESSÃO
DE
01 / 12 / 93
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 692
Fls No 24 Livro No 01
Data 29 / 11 / 93
SECRETÁRIA

APROVADO
FAVORÁVEIS 08
CONTRÁRIOS —
ABSTENÇÕES —
01/12/93
PRESIDENTE

PROPOSTA DE EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/93, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SEÇÃO V - DA ARRECADAÇÃO

Artigo 31 - O pagamento do imposto será feito em 12 (doze) parcelas iguais, com vencimento do último dia do mês e prazo para quitação até o 5º (quinto) dia útil após o respectivo vencimento.

Emenda:

O artigo 31 passará a constar com o seguinte texto:

Artigo 31 - O pagamento do imposto será feito em até 12 (doze) parcelas iguais, com vencimento do último dia do mês e prazo para quitação até o 5º (quinto) dia útil após o respectivo vencimento.

PROPOSTA DE EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/93, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SEÇÃO V - DA ARRECADAÇÃO

Artigo 31 - O pagamento do imposto será feito em 12 (doze) parcelas iguais, com vencimento do último dia do mês e prazo para quitação até o 5º (quinto) dia útil após o respectivo vencimento.

Emenda:

O artigo 31 passará a constar com o seguinte texto:

Artigo 31 - O pagamento do imposto será feito em até 12 (doze) parcelas iguais, com vencimento do último dia do mês e prazo para quitação até o 5º (quinto) dia útil após o respectivo vencimento.

**ARTIGO 29** - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedade em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

**ARTIGO 30** - Não sendo conhecido o proprietário do terreno, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do terreno.

## SEÇÃO V

## Da arrecadação

**ARTIGO 31** - O pagamento do imposto será feito em 12 (doze) parcelas iguais, com vencimento do último dia do mês e prazo para quitação até o 5º (quinto) dia útil após o respectivo vencimento.

**ARTIGO 32** - Nenhuma prestação poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

**ARTIGO 33** - O pagamento do imposto não implica reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, de legitimidade da propriedade do domínio útil ou da posse do terreno.

## SEÇÃO VI

## Das penalidades

**ARTIGO 34** - O contribuinte que não cumprir o disposto no artigo 19 será imposta a multa equivalente a 30 % (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

**ARTIGO 35** - Aos responsáveis pelo parcelamento do solo a que se refere o artigo 20 que não cumprirem o disposto naquele artigo será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até que seja

**ARTIGO 29** - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedade em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

**ARTIGO 30** - Não sendo conhecido o proprietário do terreno, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do terreno.

## SEÇÃO V

## Da arrecadação

**ARTIGO 31** - O pagamento do imposto será feito em até 12 (doze) parcelas iguais, com vencimento do último dia do mês e prazo para quitação até o 5º (quinto) dia útil após o respectivo vencimento.

**ARTIGO 32** - Nenhuma prestação poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

**ARTIGO 33** - O pagamento do imposto não implica reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, de legitimidade da propriedade do domínio útil ou da posse do terreno.

## SEÇÃO VI

## Das penalidades

**ARTIGO 34** - O contribuinte que não cumprir o disposto no artigo 19 será imposta a multa equivalente a 30 % (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

**ARTIGO 35** - Aos responsáveis pelo parcelamento do solo a que se refere o artigo 20 que não cumprirem o disposto naquele artigo será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até que seja

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

PROCESSO Nº 107/93

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/93

AUTORIA: VEREADORES GERALDO T.M. VAN SCHAIK, ANDREAS A.A. GRAAT, ANTONIO DE SOUZA, ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA E DONIZETE CARVALHO DA SILVA.

ASSUNTO: ALTERA ALGUNS DISPOSITIVOS DO PROJETO DE CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

RELATOR: DONIZETE CARVALHO DA SILVA

CONCLUSÃO: FAVORÁVEL.

LIDO EM SESSÃO
01 / 12 / 93
PRESIDENTE

.....P A R E C E R.....

Os nobres Vereadores subscritores da Emenda em epígrafe, submetem-na à apreciação do Douto Plenário, objetivando sua aprovação que, se ocorrer, alterará os artigos 7º; 8º"Caput"; 8º,V; 14,III; 36,I e II; 38,II; 46; 60, I e II; 62; 69, I e II; 91, I e II; 97, "caput"; 102, "caput"; 103, II; 137,I,II e III; 173, I e II e o Anexo, tabela I.

As emendas propostas, não alteram a essência do Projeto, e, em alguns casos corrigem pequenas distorções.

As alterações são cabíveis, bem encaminhadas, em boa técnica de modo a não deixar dúvida quanto suas intenções.

Tratando-se de Emendas à Projeto de Lei complementar, o quórum será o mesmo exigido para o projeto original.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 1993.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Donizete Carvalho da Silva
Presidente

Antonio José Esperança
Vice-Presidente

IRAN DAIER BRUNHANI
Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Geraldo Theodorus Maria van Schaik
Presidente

Donizete Carvalho da Silva
Vice-Presidente

VALTER COSTELLA
Membro

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROCESSO Nº 107/93

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/93

AUTORIA : Poder Executivo

ASSUNTO : Dispõe sobre o Código Tributário Municipal

RELATOR : Donizete Carvalho da Silva

CONCLUSÃO : Favorável.

LIDO EM SESSÃO
DE
01 / 12 / 93
PRESIDENTE

.....P A R E C E R.....

O Excelentíssimo Senhor Prefeito, encaminhou à este Legislativo, Projeto de Lei Complementar, pelo qual, institui o Código Tributário Municipal.

O referido Código é indispensável para o bom andamento das finanças municipais que hoje obedecem à 4(quatro) municípios de origem de nossa cidade.

Ora, tal situação era insustentável, tanto no aspécto operacional posto que, torna-se impossível à administração a obediência a 4 códigos, como no aspécto jurídico, posto que, atualmente, se distingue iguais, dando tratamento tributário diferenciado em prejuízo ao princípio de isonomia.

Tratando-se de Lei Tributária, é necessária sua aprovação antes do final do exercício para que se respeite o princípio constitucional da anterioridade. Do ponto de vista da hierarquia, sendo Lei complementar, para a sua aprovação é necessário a obtenção da maioria dos membros da casa.

No mais, o projeto está em ordem, bem encaminhado por quem de direito, claro quanto seus objetivos, não havendo, pois, óbices á sua aprovação.

Eventuais correções gramaticais ou de impressão podem ser realizadas no autógrafo pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sem maiores formalidades.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1993

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereador Donizete Carvalho da Silva
Presidente

Vereador Antonio José Esperança
Vice-Presidente

Vereador Iran Daier Brunhani
Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Vereador Geraldo Theodorua Maria van Schaik
Presidente

Vereador Donizete Carvalho da Silva
Vice-Presidente

Vereador Valter Costella
Membro

# Câmara Municipal de Holambra

**Estado de São Paulo**

Ofício nº 799/93 Holambra, 09 de dezembro de 1993.

Senhor Prefeito

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Autógrafo nº 085/93, ao Projeto de Lei Complementar nº 012/93 com emendas, o qual foi apresentado e aprovado por unanimidade de votos em Sessão Ordinária realizada aos 08 de dezembro p.p., às 20:00 horas.

Para maior clareza, encaminhamos às emendas apresentadas e também aprovadas.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
CELSO CAPATO
D.D. Prefeito Municipal de Holambra
Estado de São Paulo.

# CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

AUTÓGRAFO No. 085/93
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/93

Institui o Codigo Tributário do Município de Holambra e dá outras providências.

A MESA da CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA, Estado de são Paulo, etc. etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:-

## LIVRO I

## DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

## TÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º- Esta Lei institui o Código Tributário do Município, dispondo sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidade, a concessão de isenções e administração tributária.

ARTIGO 2º- Aplicam-se às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes as normas gerais de direito tributário constante deste Código e do Código Tributário Nacional.

ARTIGO 3º- Compõem-se o sistema tributário do Município:

I - impostos:

a) sobre propriedade territorial urbana;
b) sobre propriedade predial;

c) sobre serviços de qualquer natureza;

d) sobre transmissão de bens imóveis;

e) sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

II - taxas decorrentes do efetivo exercício do poder de polícia administrativa:

a) de licença para localização;
b) de fiscalização para funcionamento em horário normal e especial;
c) de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante;
d) de licença para execução de obras particulares;
e) de licença para publicidade.

III - taxas decorrentes de utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou posto à sua disposição:

a) limpeza pública;
b) conservação de vias e logradouros públicos;
c) iluminação pública;
d) consevação de estradas municipais;
e) vigilância pública;
f) prevenção e extinção de incêndio;
g) coleta e remoção de lixo domiciliar.

IV - Contribuição de melhoria.

**ARTIGO 4º**- Para seviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas, serão estabelecidos, pelo Executivo, preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.

# TÍTULO II

## DOS IMPOSTOS

## CAPÍTULO I

## DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA

### SEÇÃO I

### Do fato gerador e do contribuinte

**ARTIGO 5º** -O imposto sobre a propriedade territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado na zona urbana do Município, observando-se o disposto no artigo 7º.

Parágrafo 1º - O imposto também é devido pelos proprietários titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de terreno que, mesmo localizado fora de zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Parágrafo 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

**ARTIGO 6º** - O contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de terreno.

**ARTIGO 7º** - O Imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio ou possuidores, a qualquer título, de terreno que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, **POSSUIDORES DE ÁREAS SUPERIORES A 1 HA ( UM HECTARE ) .**

**ARTIGO 8º**- As zonas urbanas, para os efeitos deste imposto, são aquelas fixadas por lei, nas quais existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento parar distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3.000 m (três mil metros) do imóvel considerado.

**ARTIGO 9º**- Também são consideradas zonas urbanas as áres urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habilitação, ao comércio ou à indústria, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior.

**ARTIGO 10** - Para os efeitos deste Imposto, considera-se terreno o solo, sem benfeitoria ou edificação, e o terreno que contenha:

I - construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II - construção em andamento ou paralisada;

III - construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;

IV - construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto à área ocupada, para destinos ou utilização pretendida.

**ARTIGO 11** - O imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos a ela relativos do compromissário comprador se estiver de posse do imóvel.

**ARTIGO 12** - Para a lavratura de escritura pública relativa ao terreno é obrigatória a apresentação de Certidão Negativa de tributo sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

## SEÇÃO II

Da base de cálculo e da alíquota

**ARTIGO 13** - A base de cálculo do imposto é o valor venal do terreno, ao qual se aplica a alíquota de 4% ( quatro por cento )._

**ARTIGO 14** - O valor venal do terreno será obtido pela multiplicação de sua área, ou de sua parte ideal, pelo valor do metro quadrado do terreno, aplicados os fatores de correção.

Parágrafo Único - Na determinação do valor venal do bem imóvel não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis nele mantidos, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

II - as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão;

III - o valor das construções ou edificações, nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 10.

**ARTIGO 15** - O poder Executivo editará mapas contendo:

I - valores do metro quadrado do terreno segundo sua localização e existência de equipamentos urbanos;

II - fatores de correção e respectivos critérios de aplicação com os valores do metro quadrado de terreno.

**ARTIGO 16** - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente por decreto do Executivo, antes do lançamento deste imposto, independente de qualquer vinculação aos índices de correção monetária, obedecendo-se os seguintes critérios:

I - preços correntes no mercado imobiliário;

II - localização e características do terreno;

III - equipamentos urbanos;

IV - outros elementos informativos obtidos pelo órgão competente e que possam ser tecnicamente admitidos.

**SEÇÃO III**

Da Inscrição

**ARTIGO 17** - A inscrição no cadastro fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada terreno de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção.

Parágrafo Único - São sujeitos a uma só inscrição , requerida com a apresentação de planta ou croqui:

I - as glebas sem quaisquer melhoramentos;

II - as quadras indivisas das áreas arruadas.

**ARTIGO 18** - O contribuinte é obrigado a promover a inscrição em formulário especial, no qual, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras informações que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarará:

I - seu nome e qualificação;

II - número anterior, no Registro de Imóveis, do registro do título relativo ao terreno;

III - localização, dimensões, área e confrontações do terreno;

IV - uso a que efetivamente está sendo destinado o terreno;

V - informações sobre o tipo de construção, se existir;

VI - indicação da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil e do número de seu registro no Registro de Imóveis competente;

VII - valor constante do título aquisitivo;

VIII - tratando-se de posse, indicação do título que a justifique, se existir;

IX - endereço para a entrega de avisos de lançamento e notificações.

**ARTIGO 19** - O contribuinte é obrigado a promover sua inscrição dentro do prazo de (30) dias, contados da:

I - convocação eventuamente feita pela Prefeitura;

II - demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;

III - aquisição ou promessa de compra de terreno;

IV - aquisição ou promessa de compra de parte do terreno, não construída, desmembrada ou ideal;

V - posse do terreno exercida a qualquer título.

**ARTIGO 20** - Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, até o mês de dezembro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário, relação dos lotes que durante o ano tenham sido alienados, definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador, sua qualificação, endereço, o número da quadra e de lote, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Imobiliário.

**ARTIGO 21** - O contribuinte omisso será inscrito de ofício, observado o disposto no artigo 34.

Parágrafo Único - Equipara-se ao contribuinte omisso o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosos.

## SEÇÃO IV

Do lançamento

**ARTIGO 22** - O imposto será lançado anualmente, observando-se o estado do terreno em 1º de janeiro do ano a que se corresponder o lançamento.

Parágrafo Único - Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas obras durante o exercício, o imposto será devido até o final do ano em que seja expedido o "Habite-se", em que seja obtido o "Auto de Vistoria", ou em que as construções sejam efetivamente ocupadas.

**ARTIGO 23** - O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar de inscrição.

Parágrafo 1º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição do compromissário comprador.

Parágrafo 2º - Tratando-se de terreno que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

ARTIGO 24 - Nos casos de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os proprietários, nos dois primeiros casos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

ARTIGO 25 - O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

ARTIGO 26 - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício, aplicando-se, para a revisão, as normas previstas no artigo 206.

Parágrafo 1º - O pagamento do crédito tributário objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em conseqüência de revisão de que se trata este artigo.

Parágrafo 2º - O lançamento complementar resultante da revisão não invalida o lançamento anterior.

ARTIGO 27 - O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos da propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do Imóvel.

ARTIGO 28 - O aviso de lançamento será entregue no domínio tributário do contribuinte, considerando-se como tal o local indicado pelo mesmo.

**ARTIGO 29** - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedade em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

**ARTIGO 30** - Não sendo conhecido o proprietário do terreno, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do terreno.

## SEÇÃO V

### Da arrecadação

**ARTIGO 31** - O pagamento do imposto será feito em até 12 (doze) parcelas iguais, com vencimento do último dia do mês e prazo para quitação até o 5º (quinto) dia útil após o respectivo vencimento.

**ARTIGO 32** - Nenhuma prestação poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

**ARTIGO 33** - O pagamento do imposto não implica reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, de legitimidade da propriedade do domínio útil ou da posse do terreno.

## SEÇÃO VI

### Das penalidades

**ARTIGO 34** - O contribuinte que não cumprir o disposto no artigo 19 será imposta a multa equivalente a 30 % (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

**ARTIGO 35** - Aos responsáveis pelo parcelamento do solo a que se refere o artigo 20 que não cumprirem o disposto naquele artigo será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até que seja feita a comunicação exigida.

**ARTIGO 36** - A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

I - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento;

II - à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente;

III - juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, incidente sobre o valor originário.

**ARTIGO 37** - A inscrição do crédito da Fazenda Municipal far-se-á com as cautelas previstas no capítulo II do título V.

## SEÇÃO VII

Da isenção

**ARTIGO 38** - São isentos do pagamento do imposto os terrenos:

I - de propriedade das instituições de filantropias e benemerência legalmente constituídas e sem fins lucrativos;

II - cedidos gratuitamente na sua tonalidade, para uso da União do Estado ou do Município;

III - de propriedade das entidades esportivas e utilizados como praças de esportes;

IV - de propriedade dos Sindicatos e associações de classe;

V - de propriedade dos hansenianos, reconhecidamente pobres, internados em leprosários de Estado ou submetidos à sua assistência de fiscalização mediante prévia manifestação do Departamento de Promoção Social e Saúde.

ARTIGO 39 - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob a pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

Parágrafo Único - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se aquela documentação.

## CAPÍTULO II

## DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL

### SEÇÃO I

Do fato gerador e do contribuinte

ARTIGO 40 - O imposto sobre a propriedade predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel construído, localizado na zona urbana do Município, observando-se o disposto nos artigos 42 e 43.

Parágrafo 1º - Para os efeitos deste imposto, considera-se imóvel construído o terreno com as respectivas construções permanentes, que sirvam para habitação, uso, recreio ou para o exercício de quaisquer atividades lucrativas ou não, seja qual for sua forma ou destino aparente ou declarado, ressalvadas as construções a que se refere o artigo 10, incisos I a IV.

Parágrafo 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

**ARTIGO 41** - O contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel construído..

**ARTIGO 42** - O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel construído que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

**ARTIGO 43** - O imposto também é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado fora da zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Parágrafo Único - O imóvel situado na zona rural, pertencente a pessoas físicas, ou jurídicas, será caracterizado como sítio de recreio quando:

I - sua produção não seja comercializada;

II - sua área não seja superior à área do modulo nos termos da legislação agrária aplicável, para a exploração não definida na zona típica em que estiver localizada;

III - tenha edificações e seu uso seja, reconhecidamente para a destinação de que se trata este artigo.

**ARTIGO 44** - Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana a definida nos artigos 8º e 9º desta Lei.

## SEÇÃO II

### Da base de cálculo e da alíquota

**ARTIGO 45** - A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel construído, ao qual se aplica a alíquota de 1% (um por cento).

**ARTIGO 46** - A alíquota a que se refere o artigo anterior será reduzida em 50% (cinquenta por cento) caso o imóvel possua traços arquitetônicos em sua fachada que guardem características típicas holandesas.

Parágrafo Único - A redução prevista no "caput" deste artigo, fica condicionada a formulação de requerimento pela parte interessada, instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, endereçado ao responsável pelo setor de arrecadação de tributos da Prefeitura, o qual deverá deliberar sobre o mesmo em até 15 (quinze) dias improrrogáveis.

**ARTIGO 47** - O valor venal do imóvel, englobando o terreno e as construções nele existentes, será obtido da seguinte forma:

I - para o terreno, na forma do disposto no artigo 14;

II - para a construção, multiplica-se a área construída pelo valor unitário médio correspondente ao tipo e ao padrão de construção, aplicados os fatores de correção.

**ARTIGO 48** - O poder Executivo editará mapas contendo:

I - valores do metro quadrado de edificação, segundo o tipo de padrão;

II - fatores de correção e os respectivos critérios de aplicação.

**ARTIGO 49** - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente, por decreto do Executivo, antes do lançamento deste imposto, independentemente de qualquer vinculação aos índices de correção monetária, obedecendo-se os seguintes critérios:

lm24

I - preços correntes no mercado imobiliário;

II - custos de construção fornecidos por publicações especializadas;

III - outros elementos informativos obtidos pelo órgão competente e que possam ser tecnicamente admitidos.

**ARTIGO 50** - Na determinação do valor venal não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no bem imóvel, para efeito de sua atualização, exploração, aformosamento ou comodidade;

II - as vinculações restritivas do direito de propriedade;

III - o valor das construções ou edificações, nas hipóteses previstas nos incisos I a IV, do artigo 10º

**SEÇÃO III**

Da inscrição

**ARTIGO 51** - A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada imóvel construído de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, mesmo nos casos de imunidade ou isenção.

**ARTIGO 52** - Para o requerimento de inscrição de imóvel construído, aplicam-se as disposições do artigo 18, incisos I a IX, com o acréscimo das seguintes informações:

I - dimensões e área construida do imóvel;

II - área do pavimento térreo;

III - número de pavimentos;

IV - data da conclusão da construção;

V - informações sobre o tipo de construção;

VI - número e natureza dos cômodos.

**ARTIGO 53** - O contribuinte é obrigado a promover a inscrição dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da:

I - convocação eventualmente feita pela Prefeitura;

II - conclusão ou ocupação da construção;

III - aquisição ou promessa de compra de imóvel construído;

IV - aquisição ou promessa de compra de parte de imóvel construído, desmembrada ou ideal;

V - posse de imóvel construído exercida a qualquer título.

**ARTIGO 54** - O contribuinte omisso será inscrito de ofício, observado o disposto no artigo 59.

Parágrafo Único - Equipara-se ao contribuinte omisso o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosos.

**SEÇAO IV**

Do lançamento

**ARTIGO 55** - O imposto será lançado anualmente, observando-se o estado do imóvel em 1º de Janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

Parágrafo 1º - Tratando-se de construções concluídas durante o exercício, o imposto será lançado a partir do exercício seguinte àquele em que seja expedido o "Habite-se", o "Auto de Vistoria", ou em que as construções sejam parcial ou totalmente ocupadas.

Parágrafo 2º - Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o imposto será devido até o final do exercício, passando a ser devido o imposto sobre a propriedade territorial urbana a partir do exercício seguinte.

**ARTIGO 56** - Aplicam-se ao lançamento deste imposto todas as disposições constantes dos artigos 22 a 30.

## SEÇÃO V

Da arrecadação

**ARTIGO 57** - O pagamento do imposto será feito em cota única, com 20% (vinte por cento) de desconto, ou em até 10 (dez) prestações iguais, respeitando na fixação do número de parcelas o limite mínimo de 1 (uma) UFMH( Unidade Fiscal do Município de Holambra.

Parágrafo Único - Considerar-se-á UFMH base para o lançamento, aquela vigente em 1º de janeiro de cada exercício.

**ARTIGO 58** - Nenhuma prestação poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

**ARTIGO 59** - O pagamento do imposto não implica o reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

## SEÇÃO VI

Das penalidades

**ARTIGO 60** - Ao contribuinte que não cumprir o disposto no artigo 52 será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

**ARTIGO 61** - A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

I - a correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento;

II - à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, corrigido monetariamente;

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, incidente sobre o valor originário.

**ARTIGO 62** - A inscrição do crédito da Fazenda Municipal far-se-á com as cautelas previstas no Capítulo II, do Título V.

**SEÇÃO VII**

Da isenção

**ARTIGO 63** -São isentos de pagamento de imposto :

I - os imóveis pertencentes às instituicòes de filantropia, e benemerência legalmente constituídos e sem fins lucrativos;

II - os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso da União do Estado ou do Município;

III - os imóveis pertencentes a entidades esportivas e utilizados como praças de esportes;

IV - os imóveis pertencentes aos sindicatos e associações de classe;

V - templos pertencentes às entidades religiosas de qualquer culto.

VI - Os aposentados e pensionistas, cujos proventos não ultrapassarem a 4 (quatro) salários mínimos mensais, que possuam ou sejam usufrutários de um único imóvel no município, seja ele destinado a sua e não exceda a 100m2 (cem metros quadrados) de área construída.

**ARTIGO 64**- As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruido com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o 15 (décimo quinto ), dia útil do mês de dezembro, de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

Parágrafo Único - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação..

## CAPÍTULO III

## DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

### SEÇÃO I.

### Do fato gerador e do Contribuinte

ARTIGO 65- O imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação por empresa ou profissional autônomo , com ou sem estabelecimento fixo, de serviços especificados na Tabela I , que faz parte integrante da presente Lei;

Parágrafo 1º - Excluem-se da incidência desse imposto os serviços compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Parágrafo 2º - Os serviços incluídos na tabela ficam sujeitos ao imposto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolvam o fornecimento de mercadorias.

Parágrafo 3º - O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificado na Tabela I., não é fato gerador deste imposto.

ARTIGO 66- O contribuinte do imposto é o prestador do serviço especificado na tabela I., constante do artigo 64.

Parágrafo Único - Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscal de sociedades.

ARTIGO 67 - Considera-se local da prestação de serviços, para a determinação da competência do Município:

I - O local do estabelecimento prestador do serviço, ou , na falta de estabelecimento o, local do domicílio do prestador;

II - No caso de construção civil , o local onde se efetuar a prestação.

**ARTIGO 68** - Entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para prestação de serviços sendo irrelevante sua denominação ou a sua categoria, bem como as circunstância de o serviço ser prestado, habitual ou eventualmente em outro local.

Parágrafo Único - A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjunção parcial ou total dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução do serviço;

II - estrutura organizacional ou Administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais e municipais;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local para exploração econômica de prestação de serviços , exteriorizada através da indicação no enderêço em impressos e formulários, locação do imóvel, propaganda ou publicidade e fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

**ARTIGO 69** - A incidência do imposto independe :

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação do serviço;

III - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação de serviços.

SEÇÃO II.

Da base de Cálculo e da Alíquota

ARTIGO 70 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço , ao qual se aplicam as alíquotas que se seguem;

I - 5% ( cinco por cento ) , aos preços dos serviços de diversões públicas, previstos no item 60 da Tabela I de serviços;

II - 2,5% ( dois e meio por cento ), aos preços dos demais serviços do Artigo 64, excluídos os casos em que o imposto é calculado como dispõem os parágrafos seguintes:

Parágrafo 1º - Os prestadores de serviços especificados nos itens **1, 4, 8, 25, 26, 27, 28, 30, 52, 53, 88, 89, 90, 91 e 92,** , pagarão o imposto anualmente calculado com aplicação das alíquotas previstas na Tabela I anexa a este Código.

Parágrafo 2º - Quando os serviços a que se referem os itens **1, 4, 8, 25, 52 , 88, 89, 90, 91 e 92** da Tabela de serviços, forem prestados por sociedades, essas, ficarão sujeitas ao imposto anualmente, na forma do parágrafo 1º, deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não que preste serviço em nome da sociedade embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável..

Parágrafo 3º - Em qualquer caso em que o serviço seja prestado, comprovadamente, sob a forma de trabalho exclusivamente pessoal do próprio contribuinte, independentemente de ter ou não formação técnica , científica ou artística especializada, com atuação profissional autônoma , o imposto será pago anualmente calculado com a aplicação de alíquota sobre o valor da UFMH, vigente no Município conforme as anotações da tabela I.

Parágrafo 4º - Nos casos dos itens **38, 42, 68, 69, e 70**, da citada Tabela, o imposto será calculado excluindo-se a parcela que tenha servido de base de cálculo para o imposto sobre circulação de mercadorias.

Parágrafo 5º - Na prestação dos serviços a que ser referem os itens 32, 33, 34, da Tabela de serviços, o imposto será calculado sobre o preço, deduzido das parcelas correspondentes:

I - ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços quando produzidos fora do local da prestação dos serviços;

II - ao valor das sub-empreitadas, já atingidas pelo imposto;

III - ao valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços .

Parágrafo 6º- Na prestação dos serviços a que se referem o item 99, da Tabela de serviços, o imposto será calculado sobre o preço, deduzida a parcela correspondente a alimentação , quando não incluída no preço da diária ou da mensalidade.

Parágrafo 7º- Na prestação de serviços a que se referem os itens 68, 69, 70, da Tabela de serviços, o imposto será calculado sobre o preço, deduzidas as parcelas correspondestes as peças e partes de máquinas e aparelhos fornecidos pelo prestador do serviço.

Parágrafo 8º - Os profissionais autônomos ou as empresas de prestação de serviços de qualquer natureza, que desempenharem mais de uma atividade, sujeitar-se-ão ao imposto com base na alíquota correspondente a cada atividade separadamente, constante da Tabela I.

**ARTIGO 71**- Será arbitrado o preço do serviço mediante processo regular, nos seguintes casos:

I - quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte embaraçar o exame de livros ou documentos necessários ao lançamento e a fiscalização do tributo, ou se não estiver inscrito no cadastro fiscal;

II - quando o contribuinte não apresentar sua guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza no prazo legal;

III - quando o contribuinte não possuir os livros documentos, talonários de notas fiscais e formulários a que se refere o artigo 75.

IV - Quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo, quando for difícil a apuração do preço, ou quando a prestação do serviço tiver caráter transitório ou instável.

Parágrafo 1º - Para o arbitramento do preço do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios , os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor das instalações e equipamentos do contribuinte, sua localização , a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários.

Parágrafo 2º - Nos casos de arbitramento de preços para os contribuintes, a que se refere o artigo 69, incisos I, II e III, a soma dos preços em cada mês, não poderá ser inferior a soma dos valores das seguintes parcelas referentes ao mês considerado:

I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos;

II - total dos salários pagos;

III - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

IV - total das despesas de água, luz, força e telefone;

V - aluguel do imóvel e das máquinas, e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% ( um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

ARTIGO 72 - Nos casos dos itens 32, 33, 34, da Tabela I, é indispensável a exibição da prova do reconhecimento do tributo devido, bem como da documentação fiscal no ato da expedição do Habite-se.

Parágrafo 1º - Antes da expedição do Habite-se, o contribuinte deverá exibir todas as notas de serviços consernentes a obra, quer as que tenham sido por ele próprio emitidas, quer as que tenham sido , se for o caso, pelos sub-empreiteiros, afim de que esse elementos sejam confrontados com os constantes de pauta fiscal, elaborada pela Assessoria de Planejamento, baseada nos preços mínimos correntes na praça.

Parágrafo 2º - Se, constatar-se que o imposto recolhido não atinge o mínimo fixado, na pauta referida no parágrafo anterior, será obrigado o contribuinte a recolher a diferença que se apurar, sem o que, não será fornecido o HABITE-SE.

## SEÇÃO III

### Da inscrição

**ARTIGO 73** - O contribuinte deve promover sua inscrição no cadastro fiscal de prestadores de serviços antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessárias para a correta fiscalização do tributo nos formulários oficiais próprios.

Parágrafo 1º - Para cada local de prestação de serviços o contribuinte deve fazer inscrições distintas.

Parágrafo 2º - A inscrição e alterações processadas não implicam na aceitação, pela Prefeitura dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais poderão ser verificados para fins de lançamento e atualização cadastral.

Parágrafo 3º - Poderão ser processados de ofício a inscrição as alterações e o cancelamento cadastral.

**ARTIGO 74**- Os contribuintes a que se referem os parágrafos 1º e 2º do artigo 69, deverão, até 30 de dezembro de cada ano, atualizar os dados de sua inscrição, quanto ao número de profissionais, que participam da prestação de serviços , ou quanto a sua situação de prestadores autônomos de serviços.

**ARTIGO 75** - O contribuinte deve comunicar à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data de sua ocorrência as alterações ou a cessação de atividades para fins de atualização cadastral ou baixa de sua inscrição só deferindo-se o pedido após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

**ARTIGO 76** - A Prefeitura exigirá dos contribuintes a emissão de nota fiscal de serviços e a utilização de livros, formulários ou outros documentos necessários ao registro, controle e fiscalização dos serviços ou atividades tributáveis, sempre que tal exigência se fizer necessária em razão da peculiaridade da prestação.

Parágrafo 1º - Ficam desobrigados das exigências que forem com base neste artigo os contribuintes a que se referem os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 69.

Parágrafo 2º - A Prefeitura poderá exigir dos responsáveis pelos serviços correspondentes aos itens 32, 33, 34, da tabela, a apresentação de relação dos profissionais autônomos que participam da obra e os contratos firmados com empresas se houver.

## SEÇÃO IV

## Do lançamento

**ARTIGO 77** - O imposto sobre serviços de qualquer natureza deve ser calculado pelo próprio contribuinte, mensalmente, nos casos do artigo 69, incisos I, II e III.

Parágrafo 1º - Nos casos de diversões públicas, previstos no item 60, da Lista de Serviços, do artigo 64, se o prestador do serviço não tiver estabelecimento fixo e permanente no Município, o imposto será calculado diariamente.

Parágrafo 2º - O imposto será calculado pela Fazenda Municipal, anualmente, nos casos dos parágrafos 1º, 2º, e 3º, do artigo 69.

**ARTIGO 78** - Os lançamentos de ofício serão comunicados ao contribuinte, no seu domicílio tributário, acompanhados do auto de infração e imposição de multa, se houver.

**ARTIGO 79** - Quando o contribuinte quiser comprovar com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico, por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município, deve fazer a comprovação no prazo estabelecido por este código para o recolhimento do imposto.

**ARTIGO 80** - O prazo para homologação do cálculo do contribuinte, nos casos do artigo 69, incisos I, II e III, é de 5 (cinco) anos, contados da data da ocorrência do fato gerador salvo se comprovada a existência do dolo, fraude ou simulação de contribuinte.

**ARTIGO 81** - Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de serviços aconselhar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Municipal, observadas as seguintes normas, baseadas em:

I - informações fornecidas pelo contribuinte e em outros elementos informativos, inclusive estudos em orgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculados à atividade;

II - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos;

III - total dos salários pagos;

IV - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

V - total das despesas de água, luz, força e telefone;

VI - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

Parágrafo 1º - O montante do imposto assim estimado será parcelado para o recolhimento em prestações mensais.

Parágrafo 2º Findo o período , fixado pela administração, para o qual se fez a estimativa, ou deixando o sistema de ser aplicado, por qualquer motivo, ou qualquer tempo, será apurado o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado.

Parágrafo 3º - Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e o apurado, será ela:

I - recolhida dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data da notificação;

II - restituída, mediante requerimento do contribuinte, a ser apresentado dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data do encerramento ou cessão da adoção do sistema.

Parágrafo 4º - O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério da Fazenda Municipal, poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimentos ou por grupos de atividades.

Parágrafo 5º - A aplicação do regime de estimativa poderá ser suspensa a qualquer tempo, mesmo não tendo findado o exercício ou período, a critério da Fazenda Municipal, seja de modo geral, individual ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento, ou por grupos de atividades.

Parágrafo 6º - A autoridade fiscal poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período, e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

**ARTIGO 82** - Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Municipal notificá-lo-á do "quantun" do tributo fixado e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

**ARTIGO 83** - Os contribuintes enquadrados nesse regime, serão comunicados, ficando-lhe reservado o direito de reclamação, no prazo de **20 (vinte dias)**, contados do recebimento da comunicação.

SEÇÃO V

Da arrecadação

**ARTIGO 84** - Nos casos do artigo 69, incisos I, II e III, o imposto será recolhido mensalmente aos cofres da Prefeitura Municipal, mediante o preenchimento de guias especiais independentemente de prévio exame da autoridade administrativa, até o último dia útil do mês subseqüente ao vencido.

Parágrafo Único - Nos casos de diversões públicas previstos no inciso I, do artigo 69, se o prestador do serviço não tiver estabelecimento fixo e permanente no Município, o imposto será recolhido diariamente, dentro das 24 (vinte e quatro) horas seguintes ao encerramento das atividades do dia anterior.

**ARTIGO 85** - Nos casos do parágrafo I, II e III do artigo 69, o imposto será recolhido pelo contribuinte, anualmente, aos cofres da Prefeitura Municipal, em até 12 (doze) prestações nos prazos indicados no aviso de lançamento.

**ARTIGO 86** - As diferenças de imposto, apuradas em levantamento fiscal, constarão de auto de infração e serão recolhidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias contínuos, contados da data de recebimento da respectiva notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## SEÇÃO VI

### Das Penalidades

**ARTIGO 87** - Ao contribuinte a que se refere o artigo 69, incisos I, II e III, que não cumprir o disposto no artigo 72 e seu parágrafo 1º será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto que não tenha sido recolhido desde o início de suas atividades, até a data da regularização da inscrição, voluntária ou de ofício.

**ARTIGO 88** - Ao contribuinte a que se referem os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 69, que não cumprir o disposto no artigo 72 e seu parágrafo 1º, será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, até a data da regularização da inscrição voluntária ou de ofício.

**ARTIGO 89** - Ao contribuinte a que se referem os parágrafos 2º e 3º, do artigo 69, que não cumprir o disposto no artigo 73, será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor anual do imposto, até a data de atualização voluntária ou de ofício dos dados da inscrição.

**ARTIGO 90** - Pelo descumprimento do disposto do artigo 74, será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto no mês da ocorrência, ou no ano em que se verificaram as alterações ou a cessação das atividades, conforme a omissão das obrigações tributárias acessórias haja sido praticada, respectivamente, pelos contribuintes arrolados nos incisos I, II e III ou nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 69.

**ARTIGO 91** - Ao contribuinte que não possuir documentação fiscal a que se refere ao artigo 75, será imposta a multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido, que seja apurado pela fiscalização em decorrência do arbitramento do preço, observando-se o disposto no artigo 70, incisos I, II, III e IV e seus parágrafos 1º e 2º no que couber.

**ARTIGO 92** - A falta de pagamento do imposto no prazo fixado no artigo 82 e seu parágrafo único, ou, quando for o caso, no prazo fixado no artigo 83 sujeitará ao contribuinte:

I - à correção monetária do débito calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento;

II - à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente.

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração incidente sobre o valor originário.

**ARTIGO 93** - A inscrição do crédito da Fazenda Municipal far-se-á com as cautelas previstas no Capítulo II, do Título V.

## SEÇÃO VII

Da responsabilidade

**ARTIGO 94** - São solidariamente responsáveis, conjuntamente, com o contratante e o empreiteiro da obra, o proprietário do bem imóvel quanto aos serviços previstos nos itens 32, 33 e 34, do artigo 64, prestados sem a documentação fiscal correspondente e sem prova de pagamento do imposto.

## SEÇÃO VIII

Da isenção

**ARTIGO 95** - São isentos do imposto sobre serviços de qualquer natureza:

I - os serviços de execução, por administração, empreitada e sub-empreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil, e os respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos;

II - os serviços de instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao Poder Público, às autarquias e às empresas concessionárias de produção de energia elétrica;

III - as entidades de filantropia e benemerência;

IV - as promoções por entidades de fins culturais e assistenciais, cujas rendas no todo ou em parte revertam aos cofres dessas instituições;

V - os hospitais que mantenham mensalmente à disposição da administração municipal sem ônus no mínimo 10% (dez por cento) dos leitos existentes;

VI - as atividades individuais de rendimento mensal não superior a 1 (um) salário mínimo regional destinado exclusivamente ao sustento de quem as exerça ou de sua família;

VII - os engraxates ambulantes;

VIII - os portadores de deficiência física;

IX - serviços dos Partidos Políticos, inclusive suas Fundações, das entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e Assistência Social, sem fins lucrativos;

X - impressão e distribuição de livros e jornais e periódicos.

Parágrafo Único - Os servidores de engenharia consultiva a que se refere o inciso I, deste artigo, são os seguintes:

I - elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia;

II - elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;

III - fiscalização e supervisão de obras e serviços de engenharia.

ARTIGO 96 - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentada até o 15º( décimo quinto) dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

Parágrafo 1º - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se aquela documentação.

Parágrafo 2º - Este artigo não se aplica às isenções a que se refere o artigo 94, incisos I e II, deste Código.

Parágrafo 3º - Nos casos de início de atividades, o pedido de isenção deve ser apresentado simultaneamente com o pedido de inscrição.

## CAPÍTULO IV

## DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

### SEÇÃO I.

Do fato gerador e do contribuinte

ARTIGO 97 - O imposto sobre transmissão de bens imóveis, mediante ato oneroso inter-vivos, tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acesso física, conforme definido no Código Civil;

II - a transmissão, a qualquer título de direitos reais sobre imóveis exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos as transmissões referidas nos incisos anteriores.

**ARTIGO 98** - A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - compra e venda pura e condicional e atos equivalentes;

II - doação em pagamento;

III - permuta;

IV - arremação ou adjudcação em leilão hasta pública ou praça;

V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica ressalvados os casos previstos nos incisos III e IV do Artigo 98.

VI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionista ou respectivos sucessores;

VII - tornas ou reposição que ocorram;

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiros receber, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condomínio quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal.

VIII - mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;

IX - instituição de fideicomisso;

X - enfiteuse e subenfiteuse;

XI - rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

XII - concessão real de uso:

XIII - cessão de direito de usufruto;

XIV - cessão de direitos ao usucapião;

XV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação;

XVI - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XVII - acesso física quando houver pagamento de indenização;

XVIII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XIX - qualquer ato judicial ou extrajudicial "inter-vivos" não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acesso física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

Parágrafo 1º - Será devido novo imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão;

IV - na retrovenda.

Parágrafo 2º - Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;

III - a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

**SEÇÃO II**

Das imunidades e da não incidência

**ARTIGO 99** - O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

I - o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações;

II - adquirente for partido político, templo de qualquer culto, instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III - efetuada para a sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

IV - decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Parágrafo 1º - O disposto nos incisos III e IV deste artigo não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Parágrafo 2º - Considera-se caracterizada atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos seguintes à aquisição decorrer de vendas, administração ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

Parágrafo 3º - Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

Parágrafo 4º - As instituições de educação e assistência social deverão observar ainda os seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado;

II - aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

III - manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

**SEÇÃO III**

Das isenções

**ARTIGO 100** - São isentas do imposto:

I - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da sua propriedade;

II - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens de casamento;

III - a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;

IV - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;

V - a transmissão de gleba rural de área não excedente a 25 (vinte e cinco) hectares, que se destine ao cultivo pelo proprietário e sua família, não possuindo este outro imóvel ao Município;

VI - a transmissão decorrente de investidura;

VII - a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para a população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;

VIII - as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

## SEÇÃO IV

Do contribuinte e do responsável

**ARTIGO 101** - O imposto é devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

**ARTIGO 102** - Nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento, o transmitente e o cedente conforme o caso.

## SEÇÃO V

## DA BASE DE CÁLCULO

**ARTIGO 103** - A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, prevalecendo o que for maior, atualizado monetariamente, até a data do efetivo recolhimento.

Parágrafo 1º - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

Parágrafo 2º - Nas tornas ou reposições a base de cálculo será o valor da fração ideal.

Parágrafo 3º - Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel ou do direito transmitido, se maior.

Parágrafo 4º - Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou 30% (trinta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

Parágrafo 5º - Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

Parágrafo 6º - No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

Parágrafo 7º - No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

Parágrafo 8º - Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terra nua estabelecido pelo órgão Federal competente, poderá o Município atualizá-lo monetariamente.

Parágrafo 9º - A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido.

## SEÇÃO VI

## DAS ALÍQUOTAS

**ARTIGO 104** - O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

I - transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação, em relação à parcela financiada - 0,5% (meio por cento);

II - demais transmissões 5% (cinco por cento).

## SEÇÃO VII

## DO PAGAMENTO

**ARTIGO 105** - O imposto será pago até a data do fato translativo, exceto nos seguintes casos:

I - na transferência de imóvel à pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contador da data da assembléia ou da escritura em que tiverem lugar aqueles atos;

II - na arrematação ou na adjudicação em praça ou leilão, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que exista recurso da indenização;

III - na acessão física, até a data do pagamento da indenização;

IV - nas tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

**ARTIGO 106** - Nas promessas e compromissos de compra e venda é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.

Parágrafo 1º - Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tornar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo de valor, verificando no momento da escritura definitiva.

Parágrafo 2º - Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Parágrafo 3º - Não se restituirá o imposto pago:

I - quando houver subseqüente cessão da promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em conseqüência, lavrada a escritura;

II - àquele que venha a perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

**ARTIGO 107** -O imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

I - anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - nulidade do ato jurídico;

III - rescisão de contrato e desfazimento de arrematação com fundamento no art. 1136 do Código Civil.

**ARTIGO 108** - A guia para pagamento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente, conforme dispuser regulamento.

## SEÇAO VIII

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

**ARTIGO 109** -O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente da prefeitura os documentos e informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em regulamento.

**ARTIGO 110** - Os tabeliões e escrivões não poderão lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais sem que o imposto tenha sido pago.

**ARTIGO 111** - Os tabeliões e escrivões transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarem.

ARTIGO 112 - Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto são obrigados a apresentar seu título à repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudição ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

## SEÇAO IX

## DAS PENALIDADES

ARTIGO 113 - O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título à repartição fiacalizadora, no prazo legal, fica sujeito à multa de 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor do imposto.

ARTIGO 114 - O não pagamento do imposto nos prazos fixados nesta lei sujeita o infrator à multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo Único - Igual penalidade será aplicada aos serventuários que descumprirem o previsto no art. 110.

ARTIGO 115 - A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonegado.

Parágrafo Único - Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou declaração e seja conivente ou auxiliar na inexatidão ou omissão praticada.

ARTIGO 116 - O crédito tributário não liquidado na época própria fica sujeito à atualização monetária.

## CAPÍTULO V.

## DO IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS.

### SEÇÃO I

### Do fato gerador e do Contribuinte.

**ARTIGO 117** - O imposto sobre combustíveis líquidos e gasosos tem como fato gerador a venda a varejo, dentre outros dos seguintes produtos:

I- gasolina;

II - querosene;

III - óleo combustível;

IV - álcool etílico anídro combustível AEAC;

V - álcool etílico hidratado combustível AEHC;

VI - gás natural.

**ARTIGO 118** - Considera-se contribuinte:

I - o vendedor de qualquer quantidade de combustível e consumidor final, em especial:

a) as distribuidoras, pelas vendas efetuadas pelos grandes consumidores e aos consumidores especiais;

b) os postos revendedores e os transportadores, revendedores, retalhistas pelas vendas efetuadas aos pequenos consumidores;

c) as sociedades civis de fins não econômicos, inclusive cooperativas operações de vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;

d) os órgaos da administração pública direta , as autarquias, as empresas públicas , as sociedade de economia mista e as fundações que vendam a varejo produtos sujeitos ao imposto, ainda que os compradores de determinada categoria profissional ou funcional.

II - o comprador, quando revendedor ou distribuidor, pela quantidade de combustível por ele consumida.

**ARTIGO 119** - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido:

I - o transportador em relação aos combustíveis transportados e comercializados no varejo durante o transporte;

II - o armazém e o depósito que mantenha sob sua guarda, em nome de terceiros combustíveis destinados a venda direta ao consumidor final.

**SEÇÃO II**

Da base de cálculo e das alíquotas.

**ARTIGO 120** - A base de cálculo do imposto é o preço da venda a varejo dos combustíveis, sobre o qual será aplicada a alíquota de 3% (três por cento).

Parágrafo Único. O montante do imposto integra a base de cálculo referida no "CAPUT" do artigo, constituindo o seu destaque mera indicação para fins de controle.

**seção III**

Do local da ocorrência do fato gerador.

**ARTIGO 121** - Considera-se ocorrido o fato gerador no estabelecimento vendedor, entendido como o local, construído ou não, onde o contribuinte exerce a atividade de comercialização de combustíveis a varejo, em caráter permanente ou temporário, inclusive veículos utilizados no comércio ambulante.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica a simples entrega de produtos a destinatário certo, em decorrência de operação já tributada no Município.

SEÇÃO IV

Do lançamento.

**ARTIGO 122** - Os contribuintes do imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos estão sujeitos ao regime de lançamento por homologação.

SEÇÃO V

Do pagamento.

**ARTIGO 123** - O imposto será apurado e pago mensalmente até 15 (quinze ) dias após o encerramento de cada mês, através de DOCUMENTO DE arrecadação MUNICIPAL - DAM.

SEÇÃO VI

Da documentação fiscal.

**ARTIGO 124** - Os contribuintes do imposto são obrigados, além de outras exigências estabelecidas em lei, a emissão e escrituração de livros , notas fiscais e mapas de controle necessários ao registro das entradas, movimentações e vendas relativas ao combustível.

Parágrafo Único. Enquanto não forem definidos em regulamento novos tipos de documentos fiscais, serão aceitos pelo fisco municipal os já adotados por determinação do órgão federal competente.

**ARTIGO 125** - Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito sucursal, agência ou representação terá escrituração fiscal própria.

SEÇÃO VII

Das penalidades.

**ARTIGO 126** - Quando por ação ou omissão do contribuinte, voluntária ou não, não puder ser conhecida a base de cálculo do imposto em determinado período, ou ainda quando os registros contábeis relativos as operações estiverem em desacordo com as normas de legislação, ou não mereçam fé, o imposto será calculado sobre a base de cálculo arbitrada pelo Fisco, por comparação ou em função de dados que exteriorizem a situação econômico financeira do sujeito passivo, independentemente da penalidade cabível.

**ARTIGO 127** - O descuprimento das obrigações tributárias sujeitará o infrator, sem prejuízo das exigências do imposto, as seguintes penalidades:

I - falta do recolhimento do tributo - multa de 50% (cinquenta por cento ) do valor do imposto corrigido monetariamente;

II - falta de emissão de documento fiscal em operação não escriturada - multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto monetariamente;

III - falta de emissão de documento fiscal em operação escriturada - multa de 70% (setenta por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente;

IV - emissão de documento fiscal consignado importância diversa do valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, com o objetivo de reduzir o valor do imposto a pagar - multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto não pago corrigido monetariamente;

V - transporte, recebimento ou manutenção em estoque ou depósito de produtos sujeito ao imposto sem documentação fiscal, ou acompanhado de documentação fiscal inidônia - multa de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente;

VI - falta de inscrição do contribuinte na repartição competente - multa de 5 UFMH;

VII - recolhimento do imposto fora do prazo antes de qualquer procedimento fiscal - multa de 20% ( vinte por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente, ao mês ou fração, até o limite de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo Único - O crédito tributário não liquidado nas épocas próprias, fica sujeito a atualização monetária de seu valor, até a data de seu efetivo pagamento.

SEÇÃO VIII

Das medidas acessórias.

ARTIGO 128 - Para os efeitos deste Capítulo , as denominações relativas aos produtos, distribuidores, revendedores e consumidores, obedecem as normas estabelecidas pelo órgão federal competente.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o órgão Federal competente , o Estado ou Municípios, objetivando a fiscalização da distribuição, comercialização e consumo dos produtos neste Capítulo.

TÍTULO III

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO

PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

Do fato gerador e do contribuinte

ARTIGO 129 - As taxas de licença tem como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

ARTIGO 130 - Considera-se exercício do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernante à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos, individuais e coletivos.

Parágrafo 1º- Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio do poder.

Parágrafo 2º - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos deste Código, de prévia licença da Prefeitura.

**ARTIGO 131** - As taxas de licença serão devidas para:

I - localização;

II - fiscalização de funcionamento em horário normal e especial;

III - exercício da atividade do comércio ambulante;

IV - execução de obras particulares;

V - publicidade.

**ARTIGO 132** - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 128.

**SEÇÃO II**

Da base de cálculo e da alíquota

**ARTIGO 133** - A base de cálculo das taxas de polícia administrativa do Município é o custo estimado da atividade despendida com o exercício regular do poder de polícia.

**ARTIGO 134** - O cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa será procedido com base nas tabelas que acompanham cada espécie tributária a seguir, levando em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicados.

## SEÇÃO III

### Da inscrição

**ARTIGO 135** - Ao requerer a licença, o contribuinte fornecerá à Prefeitura os elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal.

## SEÇÃO IV

### Do lançamento

**ARTIGO 135** - As taxas de licença podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recibos constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

## SEÇÃO V

### Da arrecadação

**ARTIGO 137** - As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte ou pela administração, observando-se os prazos estabelecidos neste Código.

## SEÇÃO VI

Das penalidades

**ARTIGO 138** - O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos, sujeitos ao poder de polícia do Município e dependentes de prévia licença, sem a autorização da Prefeitura, de que trata o artigo 129, parágrafo 2º e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, ficará sujeito:

I - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal, para a atualização do valor dos créditos tributários, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento;

II - à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, corrigido monetariamente;

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor originário.

Parágrafo Único - Ao contribuinte reincidente será imposta a multa equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor corrigido da taxa devida, com as demais cominações deste artigo.

## SEÇÃO VII

Da isenção

**ARTIGO 139** - São isentos do pagamento da taxa:

I - as instituições de filantropia e benemerência;

II - os orgãos estaduais, federais e respectivas autarquias;

III - os Sindicatos e associações de classe;

IV - as atividades individuais de rendimento mensal não superior a 1 (um) salário mínimo regional destinado exclusivamente ao sustento de quem as exerça ou de sua família;

V - as entidades religiosas de qualquer culto;

VI - o artesanato.

**ARTIGO 140** - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

Parágrafo Único - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção, referir-se aquela documentação.

## SEÇÃO VIII

Da taxa de licença para localização

**ARTIGO 141** - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à produção agropecuária, à indústria, ao comércio, a operações financeiras, à prestação de serviços a atividades similares, em caráter permanente ou temporário, só poderá instalar-se e iniciar suas atividades mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa licença para localização.

Parágrafo 1º - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

Parágrafo 2º - A taxa de licença para localização também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias..

ARTIGO 142 - A licença para localização será concedida desde que as condições de zoneamento, higiene e segurança do estabelecimento sejam adequados à espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos da legislação edílica e urbanística do Município.

Parágrafo 1º - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento, ou nova localização.

Parágrafo 2º - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Parágrafo 3º - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

Parágrafo 4º - A taxa de localização será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

ARTIGO 143 - A taxa de licença para a localização é devida de acordo com a tabela II anexa a este código devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções I a VII, do Capítulo I, Título III.

Parágrafo Único - As taxas de licença de localização e funcionamento, serão diferenciadas em razão da localização do estabelecimento, segundo zoneamento.

## SEÇÃO IX

Da taxa de licença para funcionamento

em horário normal e especial

ARTIGO 144 - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à produção agropecuária, à indústria, ao comércio, à operações financeiras, à prestação de serviços, ou a atividades similares, só poderá instalar-se e iniciar suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença para funcionamento.

Parágrafo 1º - Nos exercícios subseqüentes ao do início de suas atividades permanentes, os contribuintes a que se refere este artigo pagarão anualmente no prazo da notificação, a taxa de renovação de licença para funcionamento.

Parágrafo 2º - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como veículos.

Parágrafo 3º - A taxa de licença para funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

**ARTIGO 145** - As pessoas relacionadas no artigo anterior que queiram manter seus estabelecimentos abertos fora do horário normal, nos casos em que a lei o permitir, só poderão iniciar suas atividades mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa correspondente.

Parágrafo Único - Considera-se horário especial o período correspondente aos sábados após as 18 horas, os domingos e feriados em qualquer horário e nos dias úteis das 18 às 7 horas.

**ARTIGO 146** - Para os estabelecimentos abertos em horário especial, a taxa de licença para funcionamento obedecerá a tabela II anexa.

**ARTIGO 147** - Os valores constantes da tabela mencionada no artigo 113 não aplicam às seguintes atividades:

I - impressão e distribuição de jornais;

II - serviços de transportes coletivos e agências de passageiros;

III - institutos de educação e de assistência social;

IV - hospitais e congeneres;

V - bares, restaurantes, lanchonetes e sorveterias;

VI - hotéis e pensões;

VII - agência funerária;

VIII - distribuição de leite;

IX - produção e distribuição de energia elétrica;

X - serviço telefônico;

XI - distribuição de gás.

ARTIGO 148 - A licença para funcionamento será concedida desde que observadas as condições constantes do poder de polícia administrativa do Município.

Parágrafo 1º - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou no exercício da atividade.

Parágrafo 2º - A licença poderá ser cassada e determinado fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Parágrafo 3º - As licenças serão concedidas sob forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

ARTIGO 149 - Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a taxa de licença para funcionamento será calculada e paga levando-se em consideração a atividade sujeita a maior ônus fiscal.

ARTIGO 150 - A taxa de licença para funcionamento é devida de acordo com a tabela II, anexa a este código, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições da seção de I a VII, do Capítulo I do Título III.

Parágrafo Único- As atividades permanentes que se iniciarem no 2º semestre do ano pagarão a taxa com redução de 50% (cinquenta por cento), perdendo o benefício, todavia, àquele que estiver comprovadamente, em funcionamento sem o devido alvará de licença, por mais de trinta dias.

## SEÇÃO X

Da taxa de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante.

**ARTIGO 151** - Qualquer pessoa que queira exercer o comércio ambulante poderá fazê-lo mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença de comércio ambulante.

Parágrafo I. Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento instalações fixa, com características eminentemente não sedentária.

Parágrafo II. Considera-se também como ambulante o comerciante que embora estabelecido em outro Município, aqui exerça atividade sem localização fixa.

Parágrafo III. A inscrição deverá ser permanentemente atualizada , sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade.

**ARTIGO 152** - Ao comerciante ambulante, que satisfizer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentado, quando solicitado.

**ARTIGO 153** - Respondem pela taxa de licença de comércio ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

**ARTIGO 154** - Estão isentos da taxa de licença de comércio ambulante os portadores de deficiência física, e os vendedores de livros, jornais e revistas.

ARTIGO 155 - A taxa de licença de comércio ambulante será recolhida antes do início das atividades ou da prática dos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

ARTIGO 156 - A licença para o comércio ambulante poderá ser caçada e determinada a proibição de seu exercício, a qualquer tempo desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão de licença, ou quando o contribuinte mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação de sua atividade.

ARTIGO 157 - A taxa de licença de comércio ambulante é devida de acordo com a tabela II, anexa a este Código e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções de I a VII, do Capítulo I, do Título III.

## SEÇÃO XI

### Da taxa de licença para execução de obras particulares.

ARTIGO 158 - Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescer ou demolir edifícios, casa, edículas, muros, grades, guias e sargetas, assim como proceder ao parcelamento e anexação do solo urbano , a colocação de tapumes ou andaimes, e quaisquer outras obras em imóveis , está sujeita a prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para a execução de obras.

Parágrafo 1º. A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras na forma da legislação urbanística e edílica aplicável.

Parágrafo 2º. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

ARTIGO 159 - estão isentas desta taxa:
I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II - a construção de barracões destinados a guarda de materiais para obra já licenciada pela Prefeitura;

III - os muros e passeios dos tipos aprovados pela Prefeitura.

## SEÇÃO XII

Da taxa de licença para publicidade.

**ARTIGO 160** - A publicidade levada a efeito através de quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação, de todo o tipo ou espécie , processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos, ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos , locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

**ARTIGO 161** - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas, físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.

**ARTIGO 162** - O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação , das cores dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as inscrições e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender ou colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

**ARTIGO 163** - Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar obrigatoriamente o número de identificação, fornecido pela repartição competente.

**ARTIGO 164** - A publicidade escrita fica sujeita a revisão da repartição competente.

**ARTIGO 165** - A taxa de licença para a publicidade é devida de acordo com a Tabela II , anexa a este Código e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições das Seções I a VII, do Capítulo I do Título III.

**ARTIGO 166º** - Estão isentos da taxa de licença para publicidade, se o seu conteúdo não tiver caráter publicitário:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos, eleitorais, culturais, assistenciais, beneficentes ou desportivos, em qualquer caso;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como a de rumo ou direção de estrada;

III - tabuletas indicativas de hospitais, casa de saúde, ambulatórios e pronto-socorros;

IV - placas colocadas nos vestíbulos de edifícios, nas portas de consultórios, e de escritório de residência, identificando profissionais liberais, sob a condição de que contenham o nome e a profissão do interessado, e não tenham dimensões superiores a 40 cm x 15 cm;

V - placas indicativas dos locais de construção, dos nomes de firmas engenheiros, arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras, particulares ou públicas;

VI - os anúncios em jornais, revistas ou catálogos, e os em estações de rádio difusão e televisão transmitidos.

**ARTIGO 167** - A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança , sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa de licença para publicidade e cassação da licença.

Parágrafo Único - Fica sujeita as mesmas penalidades deste artigo, a publicidade que não observar o disposto no artigo 162.

## CAPÍTULO II

## DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

### SEÇÃO I

Do fato gerador e do Contribuinte.

**ARTIGO 168** - As taxas de serviços públicos tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição .

Parágrafo Único - Considera-se o serviço publico:

I - utilizado pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II - específico, quando possa ser destacado em unidade autônoma de intervenção, de utilidade, ou necessidade pública;

III - divisível, quando suscetível de utilização separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

**ARTIGO 169** - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel lindeiro a via ou logradouro público abrangido pelo serviço prestado.

Parágrafo Único - Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila ou assemelhados, à via ou logradouro público.

**ARTIGO 170** - As taxas de serviços serão devidas para:

I - limpeza pública;

II - conservação de vias e logradouros públicos;

III - iluminação pública;

IV - conservação de estradas municipais;

V - vigilância pública;

VI - prevenção e extinção de incêndio;

VII - coleta e remoção de lixo domiciliar.

**SEÇÃO II**

Da base de cálculo e da alíquota

**ARTIGO 171** - A base de cálculo das taxas se serviços públicos é o custo dos serviços, considerando-se o total anual das despesas do exercício anterior, relativas à prestação dos serviços, devidamente corrigido, na conformidade com o índice oficial divulgado pelo Governo Federal por via de seus órgãos competentes.

**ARTIGO 172** - O custo da prestação dos serviços públicos será rateado pelos contribuintes de acordo com os critérios específicos, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas no parágrafo 1º do artigo 176.

**SEÇÃO III**

Do lançamento

**ARTIGO 173** - As taxas de serviços podem ser laçadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recebidos constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

## SEÇÃO IV

Da arrecadação

**ARTIGO 174** - O pagamento das taxas de serviços públicos será feito nos vencimentos e locais indicados nos "avisos-recibos".

## SEÇÃO V

Das penalidades

**ARTIGO 175** - O contribuinte que deixar de recolher as taxas devidas ficará sujeito:

I - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento;

II - à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente.

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor originário.

## SEÇÃO VI

Da isenção

**ARTIGO 176** - São isentos do pagamento das taxas de serviços:

I - os imóveis pertencentes as instituições de filantropia e benemerências legalmente constituídas e sem fins lucrativos;

II - os próprios estaduais, federais e respectivas autarquias quando exclusivamente utilizados por serviços da União e do Estado;

III - os templos de qualquer culto e os imóveis pertencentes às entidades e instituições de assistência social legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Parágrafo Único - Aplicam-se no que couber, às taxas de serviços as disposições do artigo 139.

## SEÇÃO VII

Da taxa de limpeza pública

**ARTIGO 177** - A taxa de limpeza tem como fato gerador a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, de serviços municipais de limpeza das vias e logradouros públicos e particulares.

Parágrafo Único - Considera-se serviço de limpeza:

I - a varrição, a lavagem e a capinação das vias e logradouros;

II - a limpeza de córrego, bueiros e galerias pluviais.

**ARTIGO 178** - O custo despendido com a atividade da limpeza pública será dividido proporcionalmente às testadas dos imóveis, situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura, observando a freqüência..

Parágrafo 1º - Nos casos de condomínios, vilas, grupos de casas edificações, qualquer que seja o número de pavimentos, nos quais se constate a existência de unidades imobiliárias autônomas, nos termos desta lei, a taxa será devida por unidade beneficiada direta ou indiretamente, considerando-se para cada uma, a testada mínima de 5 (cinco) metros lineares.

Parágrafo 2º - A taxa será acrescida de 40% (quarenta por cento) do seu valor, quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, para atividades comerciais ou de prestação de serviços.

## SEÇÃO VIII

Da taxa de conservação de vias

e logradouros públicos

**ARTIGO 179** - A taxa de conservação de vias e logradouros públicos tem como fato gerador a utilização efetiva, ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, de serviços municipais de conservação de ruas, praças, jardins, parques, caminhos, avenidas e outras vias e logradouros públicos, dotados, pelo menos, de um dos seguintes melhoramentos:

I - pavimentação de qualquer tipo;

II - guias e sarjetas;

III - guias.

**ARTIGO 180** - O custo despendido com a atividade será dividido proporcionalmente às testadas dos imóveis situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.

Parágrafo Único - A taxa será acrescida de 20% (vinte por cento) do seu valor, quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, por garagem, posto de serviço de veículos e supermercados.

## SEÇÃO IX

Da taxa de iluminação pública

**ARTIGO 181** - A taxa de iluminação pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, dos serviços prestados, por intermédio da Prefeitura, de iluminação nas vias e logradouros públicos.

**ARTIGO 182** - O custo despendido com a atividade de iluminação pública será dividido proporcionalmente à potência das luminárias e às testadas dos imóveis situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.

Parágrafo Único - Considera-se testada beneficiada aquela que ficar a 20 (vinte) metros além da luminária postada no sentido da via pública.

## SEÇÃO X

### Da taxa de conservação de estradas municipais

**ARTIGO 183** - A taxa de conservação de estradas municipais tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, de serviços de manutenção de estradas ou caminhos municipais.

**ARTIGO 184** - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóveis localizados na zona rural do território do Município, situados na área servida, direta ou indiretamente, pelas estradas ou caminhos municipais.

**ARTIGO 185** - O custo será dividido pela testada dos imóveis beneficiados direta ou indiretamente pelos serviços de conservação.

## SEÇÃO XI

### Da taxa de vigilância pública

**ARTIGO 186** - A taxa de vigilância pública tem como fato gerador a utilização ou possibilidade de utilização dos serviços de vigilância diurna e noturna, e de preservação da segurança pessoal e patrimonial da comunidade.

**ARTIGO 187** - Contribuinte da taxa é o proprietário de imóvel edificado, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**ARTIGO 188** - O custo despendido com a vigilância pública será dividido proporcionalmente as áreas edificadas dos imóveis situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.

Parágrafo Único - A taxa será acrescida:

I - de 100% (cem por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade para atividades comerciais, ou de prestação de serviços desde que não inclusos nos incisos seguintes deste parágrafo;

II - de 150% (cento e cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade para atividades industriais e postos de serviços de abastecimento de veículos;

III - de 450% (quatrocentos e cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade por instituições financeiras.

## SEÇÃO XII

### Da taxa de prevenção e extinção de incêndio

**ARTIGO 189** - A taxa de prevenção e extinção de incêndio tem como fato gerador a utilização efetiva ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte dos serviços de prevenção contra sinistros e debelação de incêndio, mantidos e prestados pela Prefeitura.

**ARTIGO 190** - O contribuinte da taxa é o proprietário de imóvel edificado na zona urbana, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**ARTIGO 191** - O custo despendido com a prevenção e extinção de incêndio será dividido proporcionalmente à área edificada.

Parágrafo Único - A taxa será acrescida:

I - de 50% (cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade para atividades comerciais ou de prestação de serviços desde que não inclusas nos incisos seguintes deste parágrafo;

II - de 80% (oitenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado em parte ou em sua totalidade por instituições financeiras;

III - de 100% (cem por cento) de seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade para atividades industriais e postos de serviços de abastecimento de veículos.

## SEÇÃO XIII

### Da taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar

**ARTIGO 192** - A taxa da coleta e remoção de lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, pelo contribuinte, dos serviços municipais de coleta e remoção de lixo domiciliar.

**ARTIGO 193** - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel edificado.

**ARTIGO 194** - O custo despendido com a atividade será dividido proporcionalmente à freqüência diária dos serviços e às áreas edificadas dos imóveis, situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.

Parágrafo Único - A taxa será acrescida:

I - de 50% (cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, para atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços, desde que não inclusas no inciso II, deste parágrafo;

II - de 60% (sessenta por cento) do seu valor, quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, por hotel, pensão, padaria, confeitaria, bar, restaurante, cantina, mercearia, açougue, casa de carnes, peixaria, cinema e outras casas de diversões públicas, clube, garagem, posto de serviço de veículos, hospital e afins.

**ARTIGO 195** - Pelas remoções de lixo ou entulho, que excedam a 1,00 m3 (um metro cúbico), serão cobrados preços públicos.

## TÍTULO IV

## DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

**ARTIGO 196** - A contribuição de melhoria tem como fato gerador a execução de obras públicas que beneficiem bens imóveis.

**ARTIGO 197** - Contribuinte da contribuição de melhoria é o proprietário do imóvel beneficiado, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

**ARTIGO 198** - A base de cálculo da contribuição de melhoria é a despesa realizada com a execução da obra pública, instituída face o custo de obras públicas, de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual ou acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único - Na apuração da despesa realizada serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação,, administração, execução e financiamentos, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos.

**ARTIGO 199** - A determinação da contribuição de melhoria, far-se-á rateando-se proporcionalmente, a despesa realizada pelas testadas dos imóveis beneficiados, entendendo-se por testada, qualquer que seja sua extensão: a frente, o lado ou o fundo do terreno, que confronte com a via ou logradouro público beneficiado pela obra.

Parágrafo Único - Em razão de características especiais da obra pública, lei especial poderá determinar redução da despesa realizada, para efeito de cálculo da contribuição de melhoria.

**ARTIGO 200** - As despesas realizadas com a execução da obra serão corrigidas monetariamente, segundo índices fixados pelo Governo Federal.

**ARTIGO 201** - No caso de pavimentação, o custo do melhoramento, para os proprietários de imóveis de esquina, será calculado proporcionalmente às suas testadas, prolongando-se até o limite de bissetriz do ângulo formado pelo cruzamento dos eixos das vias pavimentadas.

**ARTIGO 202** - O pagamento de contribuição de melhoria poderá ser:

I - em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais atualizadas monetariamente, nos vencimentos e local indicados no aviso do lançamento, observando-se , entre o pagamento de uma e outra parcela, o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.

II - em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais sem incidência do fato de correção monetária, aos Núcleos enquadrados no Sistema Financeiro da Habitação.

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais sem incidência do fato de correção monetária, aos contribuintes com situação econômica precária, comprovada pelos órgãos competentes.

Parágrafo 1º - Fica facultado ao contribuinte, a qualquer tempo, liquidar o saldo do débito, atualizado monetariamente até a época do pagamento.

Parágrafo 2º - A contribuição de melhoria que for arrecadada totalmente, no prazo de vencimento da primeira parcela, gozará de um desconto de 20% (vinte por cento).

ARTIGO 203 - Ficam isentos da Contribuição de Melhoria:

I - as instituições de filantropia, benemerência ou assistência social, legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Parágrafo 1º - O benefício isencional previsto no inciso I deste artigo somente se efetivará em favor das entidades que protocolarem requerimentos na Prefeitura, com dispensa do pagamento do preço público devido deste, até 30 (trinta) dias contador da data do edital contendo os elementos sobre a execução da respectiva obra.

Parágrafo 2º - O requerimento referido no parágrafo anterior deverá ser devidamente instruído com estatuto social formalizado e ata da última eleição da diretoria.

ARTIGO 204 - As parcelas que não forem recolhidas nos respectivos prazos de vencimentos, ficarão sujeitas:

I - à correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos créditos tributários;

II - à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente;

III - juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor originário.

## LIVRO II

## DAS NORMAS GERAIS

## TÍTULO I

## DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ARTIGO 205 - A expressão legislação tributária compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

**ARTIGO 206** - Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos ou a sua redução;

III - a definição do fato regador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

Parágrafo 1º - Equipara-se a majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso.

Parágrafo 2º - Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II, deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

**ARTIGO 207** - O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta lei.

**ARTIGO 208** - São normas complementares das Leis e decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios celebrados entre o Município, a União e o Estado.

**ARTIGO 209** - Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte aquele em que ocorra sua publicação os dispositivos de lei:

I - que instituam ou majorem tributos;

II - que defiram novas hipóteses de incidência;

III - que extingam ou reduzam isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

**ARTIGO 210** - A lei implica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado;

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha implicado a falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

## TÍTULO II

## DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

### CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 211** - A obrigação tributária é principal ou acessória.

Parágrafo 1º - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e se extingue juntamente com o crédito dela decorrente.

Parágrafo 2º - A obrigação acessória decorre da legislação tributária, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Parágrafo 3º - A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

## CAPÍTULO II

## DO FATO GERADOR

**ARTIGO 212** - Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

**ARTIGO 213** - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**ARTIGO 214** - Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II -. tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

**ARTIGO 215** - Para os efeitos do inciso II, do artigo anterior, e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o

momento de seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

**ARTIGO 216** - A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

## CAPÍTULO III

## DO SUJEITO ATIVO

**ARTIGO 217** - Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município, pessoa jurídica de direito público, é o titular da competência para arrecadar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes..

Parágrafo 1º - A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.

Parágrafo 2º - Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

## CAPÍTULO IV

## DO SUJEITO PASSIVO

### SEÇÃO I

Das disposições gerais

**ARTIGO 218** - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da

obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tem a relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

**ARTIGO 219** - Sujeito passivo da obrigação acessória da pessoa obrigada as prestações que constituam o seu objeto.

**ARTIGO 220** - Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativa a responsabilidade pelo pagamento de tributo, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

## SEÇÃO II

### Da solidariedade

**ARTIGO 221** - São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo Único - A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

**ARTIGO 222** - Salvo disposição de lei em contrário , são seguintes os efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, substituindo, neste caso a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição ou

contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

## SEÇÃO III

Da capacidade tributária.

**ARTIGO 223** - A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de se achar a pessoa natural sujeita a medidas que importam privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

## SEÇÃO IV

Do domicílio tributário.

**ARTIGO 224** - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável considera-se como tal:

I - quanto as pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida o centro habitual de sua atividade;

II - quanto as pessoas jurídicas de direito privado ou as firmas individuais, o lugar de sua sede, ou , em relação aos atos ou fatos que derem origem a obrigação ou de cada estabelecimento;

III - quanto as pessoas jurídicas de direito público , qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

Parágrafo 1º - Quando não couber a

aplicação das regras fixadas em qualquer um dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem a obrigação.

Parágrafo 2º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

## CAPÍTULO V.

## DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

### SEÇÃO I

Da disposição geral.

ARTIGO 225 - Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, incluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

### SEÇÃO II

Da responsabilidade dos sucessores

ARTIGO 226 - Os créditos tributários relativos ao imposto predial e territorial urbano, bem como as taxas pela prestação de serviços públicos ou as contribuições de melhoria, sub-rogam-se nas pessoas dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único - No caso de arrecadação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

ARTIGO 227 - São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II - o sucessor a qualquer título e o

cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelos "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelos "de cujos" até a data da abertura da sucessão.

**ARTIGO 228** - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação, incorporação ou cisão de outra, ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas, incorporadas, cisionadas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social , ou sob firma individual.

**ARTIGO 229** - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

## SEÇÃO III

Da responsabilidade de terceiros.

**ARTIGO 230** - Nos casos de impossibilidade

de exigência de cumprimento, da obrigação principal pelo contribuinte respondem solidariamente com este nos atos em que intervirem ou pelas omissões de que forem resposáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos pelos seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliões, escrivões e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só se aplica em matéria de penalidades, as de caráter moratório.

ARTIGO 231 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes as obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos ou empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoa jurídica de direito privado.

SEÇÃO IV

Da responsabilidade por infrações

**ARTIGO 232** - Salvo disposição de lei em contrária, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**ARTIGO 233** - A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto as infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções , salvo quando praticados no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto as infrações em cuja a definição o dolo específico seja elementar;

III - quanto as infrações que decorram direta ou indiretamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 228, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

**ARTIGO 234** - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração , acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

## DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 235 - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

ARTIGO 236 - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão os seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

ARTIGO 237 - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

### CAPÍTULO II

### DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção Única

Do lançamento

ARTIGO 238 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**ARTIGO 239** - O lançamento reporta-se a data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo 1º - Aplica-se ao lançamento a lesgilação que, posteriormente a ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de alteração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios exceto, neste último caso para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Parágrafo 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considere ocorrido.

**ARTIGO 240** - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - impugnação do sujeito passivo;

II - recurso de ofício;

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 240.

**ARTIGO 241** - O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - lançamento por declaração - quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato indispensáveis a sua efetivação;

II - lançamento direto - quando feito unilateralmente pela autoridade tributária, sem intervenção do contribuinte;

III - lançamento por homologação - quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento de tributo sem prévio exame de autoridade administrativa, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologue.

Parágrafo 1º - O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso III, deste artigo, extingue o crédito sob condição resolutória de anterior homologação do lançamento.

Parágrafo 2º - Na hipótese do inciso III, deste artigo, não influem sob a obrigação tributária quaisquer atos anteriores a extinção total ou parcial do crédito; tais atos serão porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

Parágrafo 3º - É de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso III, deste artigo; expirado esse prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Parágrafo 4º - Nas hipóteses dos incisos I e III, deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só será admissivel mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

Parágrafo 5º - Os erros contidos na declaração a que se referem os incisos I e II deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de ofício pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

**ARTIGO 242** - O lançamento é efetivado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada,

embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juizo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou emissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o inciso III do artigo anterior;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que de lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo Único - A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

## CAPÍTULO III

## DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I

Das disposições Gerais

**ARTIGO 243** - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos dos artigos 334, 343 e 346.

IV - a concessão de medida liminar em mandato de segurança.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo o crédito seja suspenso, ou dela conseqüentes..

## SEÇÃO II

Da moratória

**ARTIGO 244** - A moratória somente pode ser concedida por lei:

I - em caráter geral;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa.

**ARTIGO 245** - A lei que conceda a moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestação e seus

vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão de caráter individual.

**ARTIGO 246** - Salvo disposição de lei em contrário a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado aquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo Único - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

**ARTIGO 247** - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada, de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição~o de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo Único - No caso do inciso I, deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito a cobrança do crédito; no caso do inciso II, deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

CAPÍTULO IV

## DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### Seção I

### Das modalidades de extinção

**ARTIGO 248** - Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - a transação;

IV - a remissão;

V - a prescrição e a decadência;

VI - a conversão de depósito em renda;

VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 239, inciso III e seus parágrafos 1º e 3º;

VIII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente;

IX - a decisão administrativa e irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X - a decisão judicial passada em julgado.

### SEÇÃO II

### Do pagamento

**ARTIGO 249** - O pagamento será efetuado em moeda corrente ou em cheque.

Parágrafo Único - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

**ARTIGO 250** - O pagamento de um crédito não importa a impresunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II - quando o total, de outros créditos referente ao mesmo ou, a outros tributos.

**ARTIGO 251** - A imposição de penalidade não inibe o pagamento integral do crédito tributário, nem desonera o cumprimento da obrigação acessória.

**ARTIGO 252** - Os juros moratórios resultantes da impontualidade de pagamento serão cobrados do dia seguinte ao do vencimento a razão de 1% (um por cento) ao mês calendário, ou fração, e calculados sobre o valor originário.

Parágrafo 1º - Entende-se por valor originário o que corresponda ao débito decorrente de tributos excluídas as parcelas relativas à correção monetária, juros de mora e multa de mora.

Parágrafo 2º - Os juros de mora não são passíveis de correção monetária.

**ARTIGO 253** - A correção monetária incidirá mensalmente sobre os créditos fiscais decorrentes de tributos ou penalidades não liquidados na data de seus vencimentos.

**ARTIGO 254** - As multas incidentes sobre os créditos tributários vencidos e não pagos serão calculadas em função dos tributos corrigidos monetariamente.

Parágrafo Único - As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão também corrigidas monetariamente.

## SEÇÃO III

### Do pagamento indevido

**ARTIGO 255** - O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevido ou maior que o devido em face da lesgilação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

**ARTIGO 256** - A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebe-la.

**ARTIGO 257** - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo Único - A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

**ARTIGO 258** - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II, do artigo 253, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III, do artigo 253 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

**ARTIGO 259** - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição é

interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

SEÇÃO IV

Das demais modalidades de extinção

ARTIGO 260 - A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

Parágrafo 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante propõe-se a pagar.

Parágrafo 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento reputa-se efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

ARTIGO 261 - A lei pode, nas condições e sob as garantias de estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Parágrafo Único - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação do vencimento.

ARTIGO 262 - A lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em terminação de litígio e conseqüente extinção de crédito tributário.

Parágrafo Único - A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.

**ARTIGO 263** - A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto a matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - a consideração de eqüidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - as condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo Único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, o disposto no artigo 245.

**ARTIGO 264** - O direito de a Fazenda Pública construir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**ARTIGO 265** - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo 1º - A prescrição interrompe-se:

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda extra-judicial, que importe em reconhecimento do débito.

Parágrafo 2º - Não correrá o prazo de prescrição, enquanto não localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.

## CAPÍTULO V

## DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I

Das disposições gerais

**ARTIGO 266** - Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo Único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído,, ou dela conseqüentes..

### SEÇÃO II

Da isenção

**ARTIGO 267** - A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo Único - A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

**ARTIGO 268** - A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III, do artigo 207.

**ARTIGO 269** - A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

Parágrafo Único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 245.

**SEÇÃO III**

Da anistia

**ARTIGO 270** - A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceda, não se implicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de concluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

**ARTIGO 271** - A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações de legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

**ARTIGO 272** - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

Parágrafo Único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível , o disposto no artigo 245.

## TÍTULO IV.

## DAS IMUNIDADES

**ARTIGO 273** - São imunes dos impostos municipais:

I. o patrimônio e os serviços da União,

dos Estados e respectivas autarquias, cujos serviços sejam vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes;

II. os templos de qualquer culto;

III. o patrimônio e os serviços de partidos políticos e de instituições de educação e de assistência social, observados os requisitos do artigo 273.

Parágrafo I.- O disposto no inciso I, deste artigo não se estende aos serviços públicos concedidos nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incidir sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

Parágrafo II.- O disposto neste artigo não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

**ARTIGO 274** - A imunidade não abrange as taxas e a contribuição de melhoria e não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.

**ARTIGO 275** - O disposto no inciso III, do artigo 271, subordina-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I. não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II. aplicarem integralmente, no país, os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III. manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo I. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no parágrafo II, do artigo 271, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

Parágrafo II. Os serviços a que se referem

o inciso III, do artigo 271, são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata o citado artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

ARTIGO 276 - Serão aplicadas, no que couber aos pedidos de reconhecimento da imunidade, as disposições do artigo 39.

## TÍTULO V

## DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

### CAPÍTULO I

### DA FISCALIZAÇÃO

ARTIGO 277 - Compete à unidade administrativa de finanças a fiscalização do cumprimento da legislação tributária.

ARTIGO 278 - A legislação tributária municipal aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozam de imunidade ou de isenção.

ARTIGO 279 - Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibi-los..

Parágrafo Único - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

ARTIGO 280 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens negócios ou atividades de terceiros:

I. os tabeliões, escrivões e demais serventuários de ofício;

II. os bancos, Caixa Econômica e demais instituições financeiras;

III. as empresas de administração de bens;

IV. os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V.os inventariantes,;

VI. os síndicos comissários e liquidatários;

VII. quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, ministério, função, atividade ou profissão.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações, quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

**ARTIGO 281** - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

**ARTIGO 282** - A Fazenda Pública Municipal, poderá prestar e receber assistência das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios para fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

**ARTIGO 283** - A autoridade administrativa municipal poderá requisitar o auxílio da polícia militar estadual, quando vítima de embaraço ou desacato nos exercícios de suas funções, ou quando necessária à efetivação de medida prevista na legislação tributária ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

## CAPÍTULO II

## DA DÍVIDA ATIVA

**ARTIGO 284** - constitui dívida ativa tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuições de melhorias e multas tributárias de qualquer natureza, correção monetária e juros de mora, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

**ARTIGO 285º** - A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez..

Parágrafo I. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser iludida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem a aproveite.

Parágrafo II. A fluência de juros de mora e a aplicação dos índices de correção monetária não excluem a liquidez do crédito.

**ARTIGO 286** - O termo de inscrição da dívida ativa conterá obrigatoriamente:

I. o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido o domicílio ou residência de um e de outros;

II. o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular o juros de mora e demais encargo previstos em lei ou contrato;

III. a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV. a indicação se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V. a data e o número de inscrição, no registro de dívida ativa; e

VI. o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo 1º - A certidão da dívida ativa conterá os mesmo elementos do termo de inscrição, e será autenticada pela autoridade competente.

Parágrafo 2º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou conseqüentes, poderão ser englobadas na mesma certidão.

Parágrafo 3º - O termo de inscrição e certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual , mecânico ou eletrônico.

**ARTIGO 287** - A cobrança da dívida tributária do Município será procedida:

I. por via amigável - quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

II. por via judicial - quando processada pelos órgãos judiciários.

Parágrafo Único - As duas vias a que se refere este artigo, são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim o exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável.

**ARTIGO 288** - Aplicam-se essas disposições à dívida ativa não tributária, na forma da legislação competente.

## CAPÍTULO III

## DA CERTIDÃO NEGATIVA

**ARTIGO 289** - A prova de quitação do crédito tributário será feita, exclusivamente, por certidão negativa, regularmente expedida pelo órgão administrativa competente.

**ARTIGO 290** - A prova de quitação de determinado tributo será feita por certidão Negativa expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo Único - A certidão negativa será

sempre expedida nos termos que se tenha sido requerida e será fornecida dentro de 15 (quinze ) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

ARTIGO 291 - A expedição de certidão negativa não exclui o direito de a Administração exigir, a qualquer tempo, os créditos tributários que venham a ser apurados.

ARTIGO 292 - Terá os mesmos efeitos de certidão negativa aquela que consigne a existência de créditos tributários não vencidos, em curso de cobrança executiva, em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

## CAPÍTULO VI

## DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

### CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 293 - Este título regula as disposições gerais do procedimento tributário, as medidas preliminares, os atos iniciais da exigência do crédito tributário do Município, decorrentes de impostos, taxas, contribuições de melhoria, penalidades e demais acréscimos, a consulta, o processo administrativo tributário e a responsabilidade dos agente fiscais.

#### SEÇÃO I

Dos prazos

ARTIGO 294 - Os prazos serão contínuos excluindo-se de sua contagem e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal no órgão em que tramite o processo ou deva ser praticado o ato.

ARTIGO 295 - A autoridade julgadora,

atendendo a circunstâncias especiais, poderá, em despacho fundamentado, prorrogar pelo tempo necessário o prazo para realização de diligência.

## SEÇÃO II

### Da ciência dos atos e decisões

**ARTIGO 296** - A ciência dos atos e decisões far-se-á:

I - pessoalmente, ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado, ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

II - por carta registrada com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio.

Parágrafo 1º - Quando o edital for de forma resumida deverá conter todos os dados necessários à plena ciência do intimado.

Parágrafo 2º - Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seção para as intimações.

**ARTIGO 297** - A intimação presume-se feita:
I - quando pessoal, na data do recebimento;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, e, se for essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III - quando for edital, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

**ARTIGO 298** - Os despachos interlocutórios que não afetem a defesa do sujeito passivo independem de intimação.

## SEÇÃO III

Da notificação de lançamento

**ARTIGO 299** - A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá, obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado e as características do imóvel, quando for o caso;

II - o valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnação;

III - a disposição legal infringida, se for o caso, e o valor da penalidade;

IV - a assinatura do chefe do órgão expedidor, ou do servidor autorizado, e a indicação do seu cargo ou função.

Parágrafo Único - Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo mecanográfico ou eletrônico.

**ARTIGO 300** - A notificação do lançamento será feita na forma do disposto nos artigos 294 e 295.

## CAPÍTULO II

## DO PROCEDIMENTO

**ARTIGO 301** - O procedimento fiscal terá início com:

I - a lavratura de termo de início de fiscalização;

II - a lavratura de termo de apreensão de bens, livros ou documentos;

III - a notificação preliminar;

IV - a lavratura de auto de infração e imposição de multa;

V - qualquer ato da Administração que

caracterize o início de apuração do crédito tributário.

Parágrafo Único - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação a atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

ARTIGO 302 - A exigência do crédito tributário será formalizada em auto de infração e imposição de multa, notificação preliminar ou notificação de lançamento distinto por tributo.

Parágrafo Único - Quando mais de uma infração à legislação de um tributo decorrer do mesmo fato e a comprovação do ilícito depender dos mesmo elementos de convicção, a exigência será formalizada em um só instrumento e alcançará todas as infrações e infratores.

ARTIGO 303 - O processo será organizado em forma de auto forense e em ordem cronológica e terá suas folhas e documentos rubricados e numerados.

## CAPÍTULO III

## DAS MEDIDAS PRELIMINARES

### SEÇÃO I

Do termo de fiscalização.

ARTIGO 304 - A autoridade que presidir ou proceder a exames e diligências, lavrará sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, consignando a data de início e final , o período fiscalizado, os livros e documentos examinados e o que mais possa interessar.

Parágrafo I. O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração em livro de escrita fiscal, ou em separado, hipótese em que o termo poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos à mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

Parágrafo II. Em sendo o termo lavrado em

separado, ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autenticado pela autoridade, contra -recibo no original.

Parágrafo III. A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do termo de fiscalização , não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravará a pena.

Parágrafo IV. Iniciada a fiscalização o agente fazendário terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para conclui-la, salvo quando houver justo motivo de prorrogação autorizado pela autoridade superior.

## SEÇÃO II

Da apreensão de bens, livros e documentos.

**ARTIGO 305** - Poderão ser apreendidos os bens móveis, inclusive mercadorias, livros ou documentos em poder do contribuinte, do responsável ou de terceiros, que constituam prova material de infração, estabelecida na legislação tributária.

**ARTIGO 306** - Da apreensão lavrar-se-á auto com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 312.

Parágrafo Único - Do auto de apreensão constatarão a descrição dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e do nome do depositário, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juizo do autuante.

**ARTIGO 307** - Os livros ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, mediante recibo, ficando no processo cópia de inteiro teor da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Parágrafo Único - Os bens apreendidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja a importância será arbitrada pela autoridade competente, e passado recibo, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários a prova.

**ARTIGO 308** - Se o autuado não provar o

preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta ) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a leilão.

Parágrafo I. Quando apreensão recair em bens de fácil deterioração, o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

Parágrafo II. Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo, à multa e acréscimos devidos, será o autuado notificado para receber o excedente.

## CAPÍTULO IV

## DOS ATOS INICIAIS

### SEÇÃO I

Da notificação preliminar

**ARTIGO 309** - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração à legislação tributária, de que possa resultar evasão de receita, será expedido contra o infrator notificação preliminar para que , no prazo de dez ( 10 ) dias, regularize a situação.

Parágrafo I. Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração e imposição de multa.

Parágrafo II. Lavrar-se-á, imediatamente, auto de infração e imposição de multa quando o sujeito passivo se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

**ARTIGO 310** - Não caberá notificação preliminar devendo o sujeito passivo ser imediatamente autuado:

I. quando for encontrado no exercício da atividade tributável sem prévia inscrição:

II. quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;

III. quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV. quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar.

## SEÇÃO II

### Do auto de infração e imposição de multa

**ARTIGO 311** - Verificando-se violação da legislação tributária, por ação ou omissão, ainda que não importe em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração e imposição da multa correspondente, em duas ou mais vias, sendo a primeira entregue ao infrator.

**ARTIGO 312** - O auto será lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá:

I - mencionar o local, dia e hora da lavratura;

II - conter o nome do autuado e endereço e, quando existir, o número de inscrição no cadastro da Prefeitura;

III - referir-se ao nome e endereço das testemunhas, se houver;

IV - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes;

V - indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e o da penalidade aplicável;

VI - fazer referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso;

VII - conter intimação ao infrator para pagar os tributos, multas e acréscimos devidos, ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos;

VIII - assinatura do autuante aposta sobre a indicação de seu cargo ou função;

IX - assinatura do próprio autuado ou

infrator, ou de representante, mandatário ou preposto, ou da menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura.

Parágrafo 1º - As omissões ou incorreções de auto não acarretarão nulidades quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Parágrafo 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravará a pena.

Parágrafo 3º - Havendo reformulação ou alteração do auto, será devolvido o prazo para pagamento e defesa do autuado.

**ARTIGO 313** - O auto poderá ser lavrado cumulativamente com o auto de apreensão.

**ARTIGO 314** - Não sendo possível a intimação na forma do inciso IX, do artigo 310, aplica-se o disposto no artigo 294.

**ARTIGO 315** - Desde que o autuado não apresente defesa e efetue o pagamento das importâncias exigidas no auto de infração, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva intimação, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 20% (vinte por cento).

## CAPÍTULO V

## DA CONSULTA

**ARTIGO 316** - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, desde que protocolada antes do início da ação fiscal e com obediência às normas.

**ARTIGO 317** - A consulta será formulada

através de petição dirigida ao responsável pela unidade administrativa, com a apresentação clara e precisa de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato e com a indicação dos dispositivos legais aplicados, instruída, se necessário, com os documentos.

Parágrafo Único - O consulente deverá elucidar se a consulta versa sobre hipótese em relação à qual ocorreu o fato gerador da obrigação tributária, e, em caso positivo, a sua data.

**ARTIGO 318** - Nenhum procedimento fiscal, será instaurado contra o contribuinte ou responsável relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta, até o (20º) vigésimo dia subseqüente à data da ciência da resposta.

**ARTIGO 319** - O prazo para a resposta à consulta formulada será de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único - Poderá ser solicitada a emissão de parecer e a realização de diligências, hipótese em que o prazo referido no artigo será interrompido, começando a fluir no dia em que o resultado das diligências, ou pareceres, forem recebidos pela autoridade competente.

**ARTIGO 320** - Não produzirá efeito a consulta formulada:

I - em desacordo com o artigo 315;

II - por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

III - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

IV - quando o fato já tiver sido objeto de decisão, anterior, ainda não modificada, proferida em consulta, ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da lei tributária;

VI - quando não descrever, completa e

exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à solução, salvo se a inexatidão ou omissão for acusável pela autoridade julgadora.

Parágrafo Único - Nos casos previstos neste artigo, a consulta será declarada ineficaz e determinado o arquivamento.

ARTIGO 321 - Quando a resposta à consulta for no sentido da exigibilidade de obrigação, cujo fato gerador já tiver ocorrido, a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o cumprimento da mesma, fixando o prazo de 20 (vinte) dias.

ARTIGO 322 - O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração de eventual crédito tributário, efetuando seu pagamento ou depósito obstativo, cujas importâncias serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do interessado.

ARTIGO 323 - Não cabe pedido de reconsideração ou recurso de decisão proferida em processo de consulta..

ARTIGO 324 - A solução dada à consulta terá efeito normativo quando adotada em circular expedida pela autoridade fiscal competente.

## CAPÍTULO VI

## DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I

### Das normas gerais

ARTIGO 325 - Ao processo administrativo tributário aplicam-se subsidiariamente as disposições do processo administrativo comum.

**ARTIGO 326** - Fica assegurada, ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, a plena garantia de defesa e prova.

**ARTIGO 327** - O julgamento dos atos e defesas compete:

I - em primeira instância, ao responsável pela unidade administrativa de finanças;

II - em segunda instância, ao Prefeito.

**ARTIGO 328** - A interposição de impugnação, defesa ou recurso independente de garantia de instância.

**ARTIGO 329** - Não será admitido pedido de reconsideração de qualquer decisão.

**ARTIGO 330** - É facultado ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que por parte, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

**ARTIGO 331** - Poderão ser restituídos os documentos apresentados pela parte, mediante recibo, desde que não prejudiquem a decisão, exigindo-se a sua substituição por cópias autenticadas.

**ARTIGO 332** - Quando, no decorrer da ação fiscal, forem apurados novos fatos, envolvendo a parte ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado igual prazo para apresentação de defesa, no mesmo processo.

## SEÇÃO II

### Da impugnação

**ARTIGO 333** - A impugnação de exigência fiscal instaura a fase contraditória.

**ARTIGO 334** - O contribuinte, o responsável e o infrator poderão impugnar qualquer exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento ou da intimação, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo Único - O impugnante, poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído.

**ARTIGO 335** - A impugnação será dirigida ao responsável pela unidade administrativa de finanças e deverá conter:

I - a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para receber a intimação;

II - matéria de fato ou de direito em que se fundamenta;

III - as provas do alegado e a indicação das diligências que pretenda sejam facultadas com os motivos que a justifiquem;

IV - o pedido formulado de modo claro e preciso.

Parágrafo Único - O servidor que receber a impugnação dará recibo ao representante.

**ARTIGO 336** - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança.

**ARTIGO 337** - Juntada a impugnação ao processo, ou formado este, se não houver, o mesmo será encaminhado ao autor do ato impugnado, que apresentará réplica às razões da impugnação, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

**ARTIGO 338** - Recebido o processo com a réplica, a autoridade julgadora determinará de ofício a realização das diligências que entender necessárias, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para sua efetivação, e indeferirá as prescindíveis.

Parágrafo Único - Se na diligência forem

apurados fatos de que resulte crédito tributário maior do que o impugnado, será reaberto o prazo para nova impugnação, devendo do fato ser dado ciência ao interessado.

ARTIGO 339 - Completada a instrução do processo, o mesmo será encaminhado à autoridade julgadora.

ARTIGO 340 - Recebido o processo pela autoridade julgadora, esta decidirá sobre a procedência ou improcedência da impugnação, por escrito, com redação clara e precisa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 1º - A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações da impugnação e da réplica, devendo decidir de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Parágrafo 2º - No caso de a autoridade julgadora entender necessário, poderá converter o julgamento em diligência, determinando as novas provas a serem produzidas e o prazo de sua produção.

ARTIGO 341 - A intimação da decisão será feita na forma dos artigos 294 e 295.

ARTIGO 342 O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

Parágrafo Único - Sendo devido o crédito tributário, a importância depositada será automaticamente convertida em renda.

ARTIGO 343 - A autoridade julgadora recorrerá de ofício, no próprio despacho, sempre que a decisão exonerar o contribuinte ou responsável do pagamento de tributo e multa, cujos valores originários somados sejam superiores a um valor referência vigente à época da decisão.

SEÇÃO III

Do recurso

**ARTIGO 344** - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário ao Prefeito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação.

Parágrafo Único - O recurso poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela.

**ARTIGO 345** - O recurso voluntário terá efeito suspensivo da cobrança.

**ARTIGO 346** - O Prefeito poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas ou do que julgar cabível para formar sua convicção.

**ARTIGO 347** - A intimação será feita na forma dos artigos 294 e 295.

**ARTIGO 348** - O recorrente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cuja importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

**SEÇÃO IV**

Da execução das decisões

**ARTIGO 349** - São definitivas:

I - as decisões finais da primeira instância não sujeitas ao recurso de ofício, e quando esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que este tenha sido interposto;

II - as decisões finais da segunda instância.

Parágrafo Único - Tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso, nos casos de recurso voluntário parcial.

**ARTIGO 350** - Transitada em julgado a

decisão desfavorável ao contribuinte, responsável, autuado, o processo será remetido ao setor competente, para a adoção das seguintes providências, quando cabíveis:

I - intimação do contribuinte, do responsável. do autuado, para que recolha os tributos e multas devidos, com seus acréscimos, no prazo de 20 (vinte) dias;

II - conversão em renda das importâncias depositadas em dinheiro;

III - remessa para a inscrição e cobrança da dívida;

IV - liberação dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos ou depositados.

ARTIGO 351 - Transitada em julgado a decisão favorável ao contribuinte, responsável, autuado, o processo será remetido ao setor competente para restituição dos tributos e penalidades porventura pagos, bem como liberação das importâncias depositadas, se as houver.

ARTIGO 352 - Os processos somente poderão ser arquivados com o respectivo despacho.

Parágrafo Único - Os processos encerrados serão mantidos pela Administração, pelo prazo de 5 (cinco) anos da data do despacho de seus arquivamento, após o que serão inutilizados.

## CAPÍTULO VII

## DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS

ARTIGO 353 - O agente fiscal que, em função do cargo exercido, tendo conhecimento de infração da legislação tributária, deixar de lavrar e encaminhar o auto competente será responsável pecuniáriamente pelo prejuízo causado à Fazenda Pública Municipal, desde que a comissão e a responsabilidade sejam apuradas enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Parágrafo 1º - Igualmente será

responsável a autoridade ou funcionário que deixar de dar andamento aos processos administrativos tributários, ou quando o fizer fora dos prazos estabelecidos, ou mandar arquivá-los, antes de findos e sem causa justificada e não fundamentado o despacho na legislação vigente à época da determinação do arquivamento.

Parágrafo 2º - A responsabilidade, no caso deste artigo, é pessoal e independente do cargo ou função exercidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis à espécie.

ARTIGO 354 - Nos casos do artigo anterior e seus parágrafos, ao responsável, e, se mais de um houver, independentemente uns dos outros, será cominada a pena de multa de valor igual à metade da aplicável ao contribuinte, responsável ou infrator, sem prejuízo da obrigatoriedade do recolhimento do tributo, se este já não tiver sido recolhido.

Parágrafo 1º - A pena prevista neste artigo será imposta pelo responsável pela unidade administrativa de finanças, por despacho do processo administrativo que apurar a responsabilidade do funcionário, a quem serão assegurados amplos direitos de defesa.

Parágrafo 2º - Na hipótese do valor da multa e tributos deixados de arrecada por culpa do funcionário ser superior a 10% (dez por cento) do total percebido mensalmente por ele, a título da remuneração, o responsável pela unidade administrativa de finanças determinará o recolhimento parcelado, de modo que de uma só vez não seja recolhida importância excedente aquele limite.

ARTIGO 355 - Não será de responsabilidade do funcionário a omissão que praticar ou o pagamento do tributo cujo recolhimento deixar de promover em razão de ordem superior, devidamente provada, ou quando não apurar infração em face das limitações da tarefa que lhe tenham sido atribuída pelo chefe imediato.

Parágrafo Único - Não se atribuirá responsabilidade ao funcionário, não tendo cabimento aplicação de pena pecuniária ou de outra, quando se verificar que a infração consta de livro ou documentos fiscais a ele não exibidos e, por isso, já tenha lavrado auto de infração por embaraço à fiscalização.

ARTIGO 356 - Consideradas as

circunstâncias especiais em que foi praticada a omissão do agente fiscal, ou motivos por que deixou de promover a arrecadação de tributos, conforme fixados em regulamento, o responsável pela unidade administrativa de finanças, após a aplicação da multa, poderá dispensá-lo do pagamento desta.

## TÍTULO VII

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**ARTIGO 357** - Serão desprezadas as frações de centavos no cáculo de qualquer tributo.

**ARTIGO 358** - O Município define e estabelece como valor de referência aquele fixado pela União no mês de Novembro do exercício imediatamente anterior.

**ARTIGO 359** - Esta Lei entrará em vigor nadata de sua publicação, e terá sua eficácia a partir de 1º de janeiro de 1994.

**ARTIGO 360** - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 09 de dezembro de 1993.

VEREADOR ANDRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1o. Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º. Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

VÂNIA FRANCO SHIONI RENZO
Diretora Interina

TABELA I

PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DO I.S.S.Q.N. - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA.

| DISCRIMINAÇÃO | ALÍQUOTA E BASE DE CÁLCULO DA RECEITA BRUTA E FIXA ANUAL<br>RENDA BRUTA FIXA ANUAL (%) |
|---|---|
| 01. médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres | 2,5 — 30 UFMH. |
| 02. hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, pronto-socorros, manicômios, casa de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres | 2,5 |
| 03. bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres | 2,5 |
| 04. enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos, (prótese dentária) | 2,5 — 12 UFMH. |
| 05. assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3, desta tabela, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados | 2,5 — 30 UFMH. |
| 06. planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta tabela e que se cumpram através de serviços prestados* por terceiros, contratados pela empresas ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano | 2,5 |
| 08. médicos veterinários | 2,5 — 18 UFMH. |
| 09. hospitais veterinários, clínicas ve- | |

terinárias e congêneres.....2,5

10. guarda, tratamento, adestramento , adestramento, embelezamento,alojamen - to e congêneres relativos a animais...2,5.....2 UFMH.

11. banhos, duchas, sauna, manicuros , pedicuros, tratamento de pele, depi - ção e congêneres.....2,5.....2 UFMH.

12. banhos, duchas, sauna, massagens , ginásticas e congêneres.....2,5.....2 UFMH.

13. varrição, coleta, remoção, e in - cineração de lixo.....2,5.....1 UFMH.

14. limpeza e drenagem de portos,rios, e canais.....2,5.....2 UFMH.

15. limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas , parques e jardins:
a. por empresa.....2,5
b. por profissional autônomo sem máqui na ou veículo.....0.....1 UFMH.
c. por profissional autônomo com má - quina ou veículo .....2 UFMH.

16. desinfecção, imunização, higieniza ção, desratização e congêneres.....2,5.....2 UFMH.

17. controle e tratamento de afluentes de qualquer natureza e agentes físicos e biológicos.....2,5.....4 UFMH.

18. incineração de resíduos quaisquer..2,5.....1 UFMH.

19. limpeza de chaminés.....2,5.....1 UFMH.

20. saneamento ambiental e congêneres..2,5.....2 UFMH.

21. assistência técnica.....2,5.....12 UFMH.

22. assessoria ou consultoria de qualquer natureza não contida em ou - tros itens desta tabela, organização, programação, planejamento, assessoria processamento de dados, consultoria - técnica, financeira, ou administrati- va.....2,5.....18 UFMH.

23. planejamento, coordenação, pro - gramaçao, ou organização técnica, fi- nanceira ou administrativa.....2,5.....18 UFMH.

24. análises, inclusive de sistemas , exames, pesquisas, e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.....2,5.....18 UFMH.

25. a. contabilidade e auditoria.....2,5.....18 UFMH.
b. guarda livros , técnicos em contabilidade e congêneres.....2,5.....12 UFMH.

26. perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.....2,5.....4 UFMH.

27. traduções e interpretações.....2,5.....4 UFMH.

28. avaliação de bens.....2,5.....4 UFMH.

29. datilografia, estenografia, espediente, secretaria e congêneres.....2,5.....2 UFMH.

30. projetos cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.....2,5.....4 UFMH.

31. aerofotogrametria( inclusive interpetração ) mapeamento e topografia...2,5.....4 UFMH.

32. execução por administração, em - preitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares ( exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços , que fica sujeito ao ICMS).....2,5.....4 UFMH.

33. Demolição.....2,5.....4 UFMH.

34. reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e conegêres (exceto fornecimento' de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....2,5.....4 UFMH.

35. pesquisa, perfuração, cimentação perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados coma exploração' e exportação de petróleo e gás natural.....2,5.....4 UFMH.

36. florestamento e reflorestamento..2,5.....2 UFMH.

37. escoramento, e conteção de en -

costas e serviços congêneres.....2,5.....2 UFMH.

38. paisagismo, jardinagem e decora
ção ( exceto fornecimento de merca-
dorias que ficam sujeitas ao ICMS)...2,5.....4 UFMH.

39. raspagem, calafetação, polimen-
to , lustragem de pisos, paredes e
divisórias.....2,5.....2 UFMH.

40. ensino, instrução, treinamento,
avaliação de conhecimento de qual -
quer grau ou natureza.....2,5.....4 UFMH.

41. planejamento organização e admi
nistração de feiras, exposições con
sos e congêneres.....2,5.....2 UFMH.

42. organização de festas, e recep -
ções (exceto fornecimento de alimen-
tação e bebidas que fica sujeito ao
ICM ).....2,5.....2 UFMH.

43. administração de bens e negócios
de terceiros e de consórcio.....2,5.....6 UFMH.

44. administração de fundos mútuos (
exceto a realizada por instituições
autorizadas a funcionar pelo Banco '
Central.....2,5.....6 UFMH.,

45. agenciamento, corretagem ou in -
termediação de câmbio, de seguros e
de planos de previdência privada.... 2,5.....4 UFMH.

46. agenciamento, corretagem ou in -
termediação de títulos quaisquer (ex
ceto os serviços executados por ins-
tituições autorizadas a funcionar pe
lo banco Central).....2,5.....4 UFMH.

47. agenciamento, corretagem ou in -
termediação de direitos da proprieda
de industrial, artística ou literá -
ria.....2,5..... 4 UFMH.

48. agenciamento, corretagem ou in -
termediação de franquia, (franchise)
e de faturação (factoring), (excetu-
am-se os serviços prestados por ins-
tituições autorizadas a funcionar pe
lo Banco Central ).....2,5.....4 UFMH.

49. agenciamento, organização, promo

ção e execução de programas de turis
mo passeios, excursões, guias de tu-
rismo, e congêneres.....2,5.....2 UFMH.

50. agenciamento, corretagem ou in -
termediação de bens móveis e imóveis
abrangidos nos itens 45, 46, 47 e 48...2,5.....4 UFMH.

51. despachantes.....2,5.....8 UFMH.

52. agentes da propriedade industri-
al.....2,5.....6 UFMH.

53. agentes da propriedade artística
ou literárias.....2,5.....6 UFMH.

54. leilão.....2,5.....2 UFMH.

55. regulação de sinistros cobertos'
por contratos de seguros, inspeção'
e avaliação de riscos para cobertura
de contratos de seguros, prevenção e
gerência de riscos seguráveis pres -
tados por quem não seja o segurado
ou companhia de seguro.....2,5.....4 UFMH.

56. armazenamento, depósito, carga ,
descarga, arrumação e guarda de bens
de qualquer espécie ( exceto depósi-
tos feitos em instituições financei-
ras autorizada a funcionar pelo Ban
co Central).....2,5.....2 UFMH.

57. guarda e estacionamento de veícu
los automotores terrestres .....2,5

58. vigilância ou segurança de pes -
soas e bens.....2,5.....2 UFMH.

59. transporte, coleta, remessa ou
entrega de bens ou valores, dentro
do território do Município.....2,5.....2 UFMH.

60. diversões públicas:
a. cinemas, "taxi-dancing" e congêne
res.....5
b. bilhares, boliches, corridas de
animais e outros jogos.....5
c. exposições com cobranças de in -
gressos.....5
d. bailes, shows, festivais, recita-
is e congêneres, inclusive espetácu-
los que sejam também transmitidos me
diante compra de direitos para tan-
to, pela televisão e pelo rádio.....5

e. jogos eletrônicos.....5
f. competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos a transmissão pelo rádio e pela televisão..5
g. execução de música, individual - mente ou em conjunto.....5.....4 UFMH.

61. distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules, ou cupons de aposta, sorteios, prêmios e congêneres.....2,5.....10 UFMH.

62. fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo , para vias pública ou ambientes fechados ( exceto transmissões rádio - fônicas ou de televisão ) .....5

63. gravação e distribuição de filmes e vídeos tapes.....2,5.....3 UFMH.

64. fonografia ou gravação de sons ' ou ruídos, inclusive trucagem dublagem mixagem sonora.....2,5.....3 UFMH.

65. fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem.....2,5.....3 UFMH.

66. produção para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres....2,5.....3 UFMH.

67. colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário' final do serviço.....2,5.....2 UFMH.

68. lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos ( exceto fornecimento' de peças e partes, que fiquem sujeitos ao ICMS).....2,5.....2 UFMH.

69. conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto ( exceto fornecimento de peças e partes que fiquem sujeitos ao ICMS) .....2,5.....2 UFMH.

70. recondicionamento de motores (

o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito' ao ICMS )..... 2,5 ..... 2 UFMH.

71. recauchutagem ou regeneração ' de pneus par o usuário final..... 2,5 ..... 2 UFMH.

72. recondicionamento, acondiciona mento, pintura, beneficiamento, la vagem, secagem, tingimento, galva- noplastia, anodização, corte, re - corte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não desti - nados a industrialização e comer - cialização..... 2,5 ..... 2 UFMH.

73. lustração de bens móveis quan- do o serviço for prestados para o usuário final do objeto lustrado..... 2,5 ..... 2 UFMH.

74. instalação e montagem de apa - relhos, máquinas e equipamentos , prestados ao usuário final do ser- viço, exclusivamente o material ' por ele fornecido..... 2,5 ..... 2 UFMH.

75. montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, ex - clusivamente com material por ele fornecido..... 2,5 ..... 2 UFMH.

76. cópia ou reprodução , por quaisquer processos, de documen - tos e outros papéis, plantas ou desenhos..... 2,5 ..... 2 UFMH.

77. composição gráfica, fotocompo sição, clicheria, zincografia, li tografia, e fotolitografia..... 2,5 ..... 2 UFMH.

78. colocação de molduras e afins encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres..... 2,5 ..... 2 UFMH.

79. locação de bens móveis, in - clusive arrendamento mercantil..... 2,5

80. funerais..... 2,5 ..... 2 UFMH.

81. alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usu ário final, exceto aviamento..... 2,5 ..... 2 UFMH.

82. tinturaria e lavanderia..... 2,5 ..... 2 UFMH.

83. taximetria.....2,5.....2 UFMH.

84. recrutamento, agenciamento , seleção, colocação ou fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive, por empregados do prestador do serviço, ou por trabalhador avulso por ele contratado.....2,5.....2 UFMH..

85. propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários ( exceto sua impressão reprodução e fabricação ).....2,5.....4 UFMH.

86. veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio ( exceto jornais, periódicos, rádios e televisão ).....2,5.....4 UFMH.

87. serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto , ou aeroporto, atracação capatazia armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios, movimentação de mercadorias fora do cais.....2,5

88. advogados.....2,5.....8 UFMH.

89. engenheiros, arquitetos, urbanistas e agrônomos.....2,5.....16 UFMH.

90. dentistas.....2,5.....20 UFMH.

91. economistas.....2,5.....12 UFMH.

92. psicólogos.....2,5.....12 UFMH.

93. assistentes sociais.....2,5.....8 UFMH.

94. relações públicas.....2,5.....8 UFMH.

95. cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos , devolução de títulos não pagos , manutenção de títulos vencidos , fornecimento de posições de co -

brança ou recebimento ( este i - tem abrange também os serviços ' prestados por inhstituições fi - nanceiras e outras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.....2,5

96. instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central : fornecimento de talão de cheques, emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques, ordem de pagamento e de crédito, por qualquer meio, emissão e renovação de cartões magnéticos, consultas em terminais eletrônicos, pagamento por conta de terceiro, inclusive os feitos fora do estabelecimento , elaboração de fichas cadastral, alu - guel de cofres, fornecimento de segunda vias de avisos de lançamento, extrato de contas, emis - são de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento , às instituições financeiras, de gastos com o porte de correio , telegramas, telex, e teleprocessamento, necessários a presta - ção dos serviços).....2,5

97. transporte de natureza, es - tritamente municipal:
a. prestado por empresa.....2,5
b. prestado por profissional autônomo com veículo automotor.....4 UFMH.
c. prestado por profissional autonômo, com veículo de tração animal.....2 UFMH.

99. hospedagem em hotéis, pen - sões, e congêneres ( o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviço).....2,5

100. distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.....2,5.....8 UFMH.

TABELA II
PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DAS TAXAS DE LICENÇA

| DISCRIMINAÇÃO | ALÍQUOTA E BÁSE DE CÁLCULO | | |
|---|---|---|---|
| I. TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO. | | | |
| A. Atividades permanentes: | | | |
| 1 - Estabelecimentos ou atividades comercais e de prestação de serviços exceto os de créditos, financiamento e investimento,postos de serviços de abastecimento de veículos e atividades exercidas em vias e logadouros públicos, em locais autorizados..... | 6 UFMH | | |
| 2 - Estabelecimento industriais e de produção Agro Pecuária..... | 30 UFMH | | |
| 3 - Estabelecimento de crédito, financiamento e investimento situados em qualquer local..... | 20 UFMH | | |
| 4 - Postos de serviços de abastecimento de veículos, situados em qualquer local..... | 6 UFMH | | |
| 5 - Atividades exercidas em vias e logradouros públicos, em locais autorizados: | | | |
| 5.1 - Com ou sem utilização de trailler ou de veículo autorizado..... | 10 UFMH | | |
| B - Atividades temporárias, exercidas em qualquer zona de valorização imobiliária. | DIA<br>50% UF | MÊS<br>300% UF | ANO |
| II - TAXA DE LICENçA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL. | | | |
| A - Atividades permanentes e temporárias: | 50% UF | 300% UF | 1000% UF |
| III - TAXA DE LICENÇA PARA FUN- | | | |

CIONAMENTO EM HORÁRIO NORMAL

A - Atividades permanentes:

| | |
|---|---|
| 1 - Estabelecimentos ou atividades comerciais e de prestação de serviços, exceto os de crédito, financiamento e investimento, postos de serviços de abastecimento de veículos e atividades exercidas em vias e logradouros públicos, em locais autorizados; | 8% do valor da UFMH, por metro quadrado, de área construída ou não, efetivamente utilizada. |
| 2 - Estabelecimento industriais e de produção Agro-Pecuária; | 15% do valor da UFMH, por metro quadrado, de área construída ou não, efetivamente utilizada. |
| 3 - Estabelecimento de crédito, financiamento e investimentos,situados em qualquer local; | 15 % do valor da UFMH, por metro quadrado, de área construída ou não, efetivamente utilizada. |
| 4 - Postos de serviços de abastecimento de veículos em qualquer local; | 8% do valor da UFMH, por metro quadrado, de área construída ou não, efetivamente utilizada. |
| 5 - Atividades exercidas em vias e logradouros públicos, em qualquer local: | |
| 5.1 - Com ou sem utilização de trailler ou veículo motorizado. | 15 UFMH |
| 8 - Atividades temporárias, exercidas em qualquer local. | 100% UF 600% UF |

IV - TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE

1 - Vendas de produtos alimentí-

cios em geral:

| | | | |
|---|---|---|---|
| A - Com veículo motorizado | 60% UF | 300% UF | 900% UF |
| B - Sem veículo motorizado | 30% UF | 180% UF | 600% UF |

2 - Vendas de produtos de limpeza e higiene:

| | | | |
|---|---|---|---|
| A - Com veículo motorizado | 90% UF | 360% UF | 960% UF |
| B - Sem veículo motorizado | 60% UF | 240% UF | 780% UF |

3 - Vendas de bebidas:

| | | | |
|---|---|---|---|
| A - Com veículo motorizado | 300% UF | 1200% UF | 3000% UF |
| B - Sem veículo motorizado | 150% UF | 600% UF | 1000% UF |

4 - Vendas e outros produtos:

| | |
|---|---|
| A - Com veículo motorizado | 10 UFMH |
| B - Sem veículo motorizado | 05 UFMH |

V - TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES.

1 - Construção de prédios ou dependências de qualquer natureza, por metro quadrado de área:

| | |
|---|---|
| piso coberta; | 6% do valor da UFMH |

2 - Outras obras:

| | |
|---|---|
| por metro quadrado; | 6% do valor da UFMH |
| por metro linear; | 4% do valor da UFMH |

3 - Demolição por metro quadrado de área da edificação a ser demolida; 4% do valor da UFMH

4 - Transferência de responsável técnico; 10 UFMH

5 - Habite-se:

| | |
|---|---|
| por metro quadrado de área construída; | 4% do valor da UFMH |
| 6 - Vistorias técnicas: | |
| 6.1 - Em prédios; circos, parques de diversões e congêneres; sedes de clubes recreativos e esportivos; elevadores; | 200% do valor da UFMH |
| 7 - Fornecimento de diretrizes para loteamento; | 30 UFMH |
| 8 - Parcelamento do solo: | |
| 8.1 - Concessão de licença para execução de urbanização por metro quadrado, excetuando as áreas destinadas a espaços verdes e edificações públicas; | 0,50% do valor da UFMH |
| 8.2 - Anexação e desmembramento de lotes; | 5 UFMH por lote envolvido ou resultante |

VI - TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

| | |
|---|---|
| 1 - Publicidade relativa à atividade exercida no local, pintada ou afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários de prestação de serviços e outros - qualquer espécie ou quantidade. | 320% UF |
| 2 - Publicidade em local diverso daquele em que o ramo de atividade é exercido, pintada ou colocada em muros, paredes ou similares, desde de que visível de vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais.<br>Por unidade; | 20% UF 400% UF 1000% UF |
| 3 - Publicidade de terceiros, | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais,agropecuários, de prestação de serviços e outros - qualquer espécie ou quantidade, por interessado na publicidade; | 20% UF | 400% UF | 1000% UF |
| 4 - Publicidade: | | | |
| 4.1 - No interior de veículos de uso público não destinados a publicidade como ramo de negócio - qualquer espécie ou quantidade por anunciante; | | 160% UF | 400% UF |
| 4.2 - Na parte externa de veículos não destinados a publicidade como ramo de negócio - qualquer espécie ou quantidade por anunciante; | | 200% UF | 600% UF |
| 4.3 - Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita - qualquer espécie ou quantidade, por anunciante; | 80% UF | 1200% UF | 2000% UF |
| 4.4 - Em cinemas, teatros,circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dispositivos - qualquer quantidade por anunciante; | | 200% UF | 600% UF |
| 4.5 - Em vitrines "stands", vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, agropecuários, industriais, de prestação de serviços e outros, para divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte - qualquer espécie ou quantidade por anunciante; | 20% UF | 400% UF | 1000% UF |
| 5 - Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, pintados ou colocados: | | | |
| 5.1 - Em terrenos, toldos ou congêneres - qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visível de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive rodo- | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| vias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais<br>Por anunciante; | 40% UF | 320% UF | 800% UF |
| 5.2 - Em cadeiras, mesas, campos de esportes, clubes, associações e similares, qualquer que seja o sistema de colocação -<br>Por anunciante; | 20% UF | 200% UF | 400% UF |
| 6 - Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares, em vias ou logradouros públicos - qualquer quantidade -<br>Por anunciante; | 100% UF | | |
| 7 - Publicidade por meio de folhetos, destinados à venda de imóveis, mercadorias, serviços, etc<br>Por anunciante; | 0,8% UF | | |
| 8 - Publicidade por meio de faixas, placas, painéis, cartazes,letreiros, tabuletas e similares,colocados em postes, vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais -<br>Por anunciante; | 120% UF | | |
| 9 - Publicidade por meio de placas, painéis, cartazes,letreiros, tabuletas e similares, conduzidos por pessoas -<br>Por unidade | 20% UF | | |
| 10 - Publicidade aérea, por meio de balões, helicópteros, aviões ou congêneres -<br>Por unidade ou anunciante; | 120% UF | | |

LIVRO I - DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
TÍTULO II - DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I - DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA
Seção I - Do fato gerador e do contribuinte
Seção II - Da base de cálculo e da alíquota
seção III - Da inscrição
Seção IV - Do lançamento
Seção V - Da arrecadação
Seção VI - Das penalidades
Seção VII - Da isenção
CAPÍTULO II - DOS IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL
seção I - Do fato gerador e do contribuinte
Seção II - Da base de cálculo e da alíquota
Seção III - Da inscrição
Seção IV - Do lançamento
Seção V - Da arrecadação
Seção VI - Das penalidades
Seção VII - Da isenção
CAPÍTULO III - DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA
Seção I - Do fato gerador e do contribuinte
Seção II - Da base de Cálculo e da alíquota
Seção III - Da inscrição
Seção IV - Do lançamento
Seção V - Da arrecadação
Seção VI - Das penalidades
Seção VII - Da responsabilidade
Seção VIII - Da isenção
CAPÍTULO IV - DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
Seção I - Do fato gerador e do contribuinte
Seção II - Das imunidades e da não incidência
Seção III - Das isenções
Seção IV - Do contribuinte e do responsável
Seção V - Da base de cálculo
Seção VI - Das alíquotas
Seção VII - Do pagamento
Seção VIII - Das obrigações acessórias
Seção IX - Das penalidades
CAPÍTULO V - DO IMPOSTO SOBRE VENDA A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS
Seção I - Do fato gerador e do contribuinte
Seção II - Da base de cálculo e das alíquotas
Seção III - Do local da ocorrência do fato gerador
Seção IV - Do lançamento
Seção V - Do pagamento
Seção VI - Da documentação fiscal
Seção V - Das penalidades
Seção VI - Das medidas acessórias
TÍTULO III - DAS TAXAS
CAPÍTULO I - DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA
Seção I - Do fato gerador e do contribuinte
Seção II - Da base de cálculo e da alíquota

Seção III - Da inscrição
Seção IV - Do lançamento
Seção V - Da arrecadação
SEção VI - Das penalidades
Seção VII - Da isenção
Seção VIII - Da taxa de licença para localização
seção IX - Da taxa de licença para funcionamento em horário normal e especial
Seção X - Da taxa de licença para o exercício de atividade de comércio ambulante
Seção XI - Da taxa de licença para a execução de obras particulares
Seção XII - Da taxa de licença para publicidade
CAPÍTULO II - DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Seção I - Do fato gerador e do contribuinte
Seção II - Da base de cálculo e da alíquota
Seção III - Do lançamento
Seção IV - Da arrecadação
Seção V - Das penalidades
Seção VI - Da isenção
Seção VII - Da taxa de limpeza pública
Seção VIII - Da taxa de conservação de vias e logradouros públicos
Seção IX - Da taxa de iluminação pública
Seção XII - Da taxa de prevenção e extinção de incêndio
Seção XIII - Da taxa de coleta e remoção de lixo domiciliar
TÍTULO IV - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
LIVRO II - DAS NORMAS GERAIS
TÍTULO I - DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
TÍTULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO II - DO FATO GERADOR
CAPÍTULO III - DO SUJEITO ATIVO
CAPÍTULO IV - DO SUJEITO PASSIVO
Seção I - Das disposições gerais
Seção II - Da solidariedade
seção III - Da capacidade tributária
seção IV - Do domicílio tributário
CAPÍTULO V - DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Seção I - Da disposição geral
seção II - Da responsabilidade dos sucessores
Seção III - da responsabilidade de terceiros
Seção IV - Da responsabilidade por infrações
TÍTULO III - DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO II - DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção Única - Do lançamento
CAPÍTULO III - DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Das disposições gerais
Seção II - Da moratória
CAPÍTULO IV - DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Das modalidades de extinção
Seção II - Do pagamento

Seção III - Do pagamento indevido

Seção IV - Das demais modalidades de extinção
CAPÍTULO V - DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Das disposições gerais
Seção II - Da isenção
Seção III - Da anistia
TÍTULO IV - DAS IMUNIDADES
TÍTULO V - DA ADMINISTRAçÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I - DA FISCALIZAÇÃO
CAPÍTULO II - DA DÍVIDA ATIVA
CAPÍTULO III - DA CERTIDÃO NEGATIVA
TÍTULO VI - DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I - Dos prazos
Seção II - Da ciência dos atos e decisões
Seção III - Da notificação de lançamento
CAPÍTULO II - DO PROCEDIMENTO
CAPÍTULO III - DAS MEDIDAS PRELIMINARES
Seção I - Do termo de fiscalização
Seção II - Da apreensão de bens, livros e documentos
CAPÍTULO IV - DOS ATOS INICIAIS
Seção I - Da notificação preliminar
Seção II - Do auto de infração e imposição de multa
CAPÍTULO V - DA CONSULTA
CAPÍTULO VI - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Seção I - Das normas gerais
Seção II - Da impugnação
Seção III - Do recurso
Seção IV - Da execução das decisões
CAPÍTULO VII - DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS
TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

# Prefeitura Municipal de Holambra

*( Cidade das Flores )*

Tels.: (0192) 60-1432 / 60-1437 - Cep. 13825-000 - Holambra - Est. de São Paulo - CGC 67.172.437/0001-83

C.OF.Nº 294/93
SGP/JAADS/jaads
Holambra, 30 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente:

De ordem do Senhor Prefeito Municipal e para os devidos fins, encaminho à essa Egrégia Casa de Leis, incluso, cópia da Lei Complementar nº 014/93, que Institui o Código Tributário do Município de Holambra e dá outras providências.

Limitados ao exposto, renovamos nossos protestos de elevado apreço e especial consideração.

- conferir
- visto André
- afixar
- arquivo

Atenciosamente.

**José Antonio de Andrade Dias da Silva**
Secretário de Gabinete

PROTOCOLO
No de Ordem 728
Fls No 25 Livro No 01
Data 30 / 12 / 93
SECRETÁRIA

Excelentíssimo Senhor
**VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT**
MD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Holambra - SP

30-12-93

# P.M. HOLAMBRA

# LEI COMPLEMENTAR N. 014/93

# CODIGO TRIBUTARIO DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA